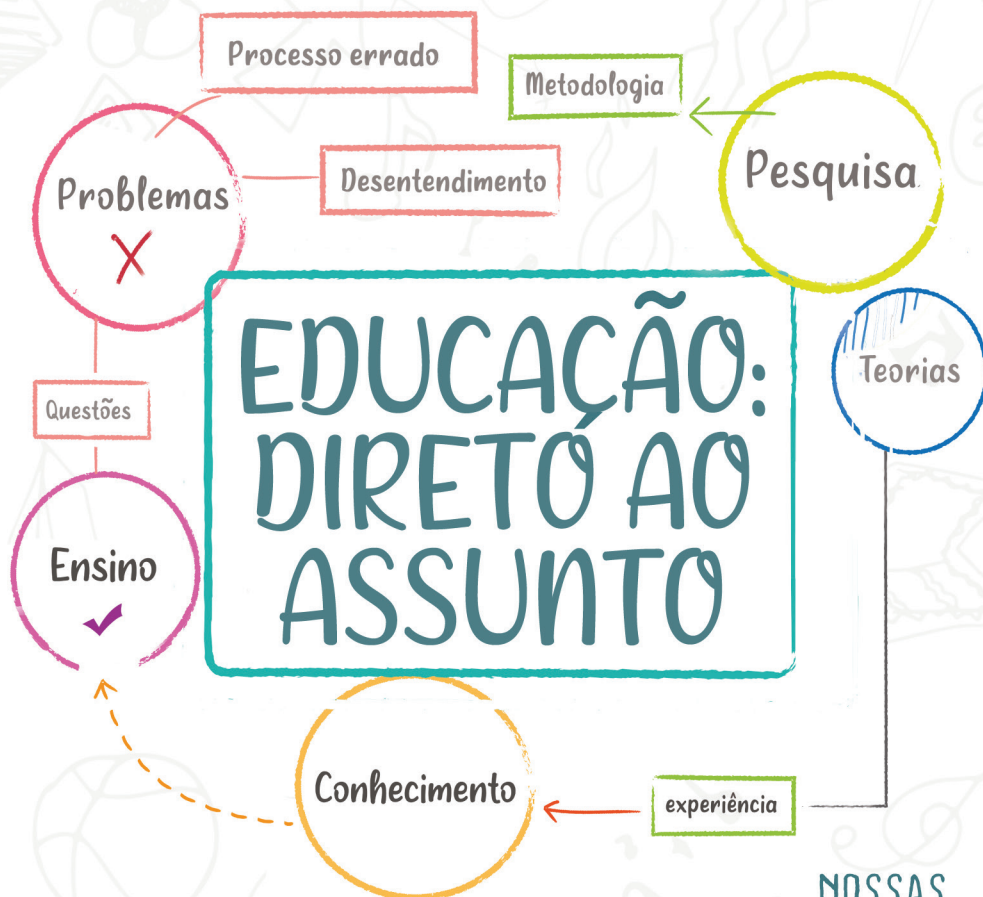


CELSO FERRAREZI JR.



NOSSAS  
MAZELAS E NOSSAS  
ESPERANÇAS

Coleção Ciência Aberta  
Volume nº. 21

2ª edição

**Organizadores:**

Ana Christina de Sousa Damasceno  
Elizângela Ataíde de Souza Morais  
Gina Lúcia Gomes da Silva e Silva  
Jorge Luís de Freitas Lima

**Coordenador:**

Sérgio Nunes de Jesus



*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Celso Ferrarezi Jr.  
(Autor)

Ana Christina de Sousa Damasceno  
Elizângela Ataíde de Souza Moraes  
Gina Lúcia Gomes da Silva e Silva  
Jorge Luís de Freitas Lima  
(Organizadores)

Sérgio Nunes de Jesus  
(Coordenador)

EDUCAÇÃO:  
DIRETO AO ASSUNTO  
nossas mazelas e nossas esperanças

2ª edição

Coleção Ciência Aberta  
Volume nº. 21

Editora CRV  
Curitiba – Brasil  
2022

Copyright © da Editora CRV Ltda.

**Editor-chefe:** Railson Moura

**Diagramação e Capa:** Designers da Editora CRV

**Fotografias:** Celso Ferrarezi Junior

**Arte de Capa:** Freepik

**Revisão:** Celso Ferrarezi Junior, Jorge Luís de Freitas Lima,  
Sérgio Nunes de Jesus

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

Ed24

Educação: direto ao assunto: nossas mazelas e nossas esperanças. 2. ed. / Celso Ferrarezi Jr. (autor), Ana Christina de Sousa Damasceno, Elizângela Ataíde de Souza Morais, Gina Lúcia Gomes da Silva e Silva, Jorge Luís de Freitas Lima (organizadores), Sérgio Nunes de Jesus (coordenador) – Curitiba : CRV, 2022.

230 p. (Coleção Ciência Aberta – volume 21).

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-1989-2

ISBN Físico 978-65-251-1988-5

DOI 10.24824/978652511988.5

1. Educação I. Ferrarezi Jr., Celso. aut. II. Damasceno, Ana Christina de Sousa. org. III. Morais, Elizângela Ataíde de Souza. org. IV. Silva, Gina Lúcia Gomes da Silva e. org. V. Lima, Jorge Luís de Freitas. org. VI. Jesus, Sérgio Nunes de. coord. VII. Título VIII. Série.

CDU 37

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

1. Educação – 370

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.  
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2022

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: [sac@editoracrv.com.br](mailto:sac@editoracrv.com.br)

Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br)

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)  
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)  
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)  
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)  
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)  
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)  
Carmen Tereza Velanga (UNIR)  
Celso Conti (UFSCar)  
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional  
Três de Febrero – Argentina)  
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)  
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)  
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)  
Élsio José Corá (UFFS)  
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)  
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)  
Gloria Fariñas León (Universidade  
de La Havana – Cuba)  
Guillermo Arias Beatón (Universidade  
de La Havana – Cuba)  
Helmuth Krüger (UCP)  
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)  
João Adalberto Campato Junior (UNESP)  
Josania Portela (UFPI)  
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)  
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)  
Lourdes Helena da Silva (UFV)  
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)  
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)  
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)  
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)  
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)  
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)  
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)  
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)  
Simone Rodrigues Pinto (UNB)  
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)  
Sydione Santos (UEPG)  
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)  
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

## Comitê Científico:

Altair Alberto Fávero (UPF)  
Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ)  
Andréia N. Militão (UEMS)  
Anna Augusta Sampaio de Oliveira (UNESP)  
Barbara Coelho Neves (UFBA)  
Cesar Gerónimo Tello (Universidad Nacional  
de Três de Febrero – Argentina)  
Diosnel Centurion (Univ Americ. de Asunción – Py)  
Eliane Rose Maio (UEM)  
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)  
Fauston Negreiros (UFPI)  
Francisco Ari de Andrade (UFC)  
Gláucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)  
Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI)  
Ilma Passos A. Veiga (UNICEUB)  
Inês Bragança (UERJ)  
José de Ribamar Sousa Pereira (UCB)  
Jussara Fraga Portugal (UNEB)  
Kilwangy Kya Kapitango-a-Samba (Unemat)  
Lourdes Helena da Silva (UFV)  
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (UNIVASF)  
Marcos Vinicius Francisco (UNOESTE)  
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)  
Maria Eurácia Barreto de Andrade (UFRB)  
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)  
Mighian Danae Ferreira Nunes (UNILAB)  
Mohammed Elhajji (UFRJ)  
Mônica Pereira dos Santos (UFRJ)  
Najela Tavares Ujii (UNESPAR)  
Nilson José Machado (USP)  
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)  
Sílvia Regina Canan (URI)  
Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)  
Suzana dos Santos Gomes (UFMG)  
Vânia Alves Martins Chaigar (FURG)  
Vera Lucia Gaspar (UDESC)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

*Versão final*

*Estamos diante de um caso grave de deficiência intrínseca da sociedade brasileira. A incapacidade de educar a população se deve ao próprio caráter da sociedade nacional.*  
(Darcy Ribeiro)

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
<i>Walterlina Brasil</i>	

... ALGUMAS PALAVRAS.....	15
<i>Os Organizadores</i>	

UMA BREVE APRESENTAÇÃO .....	17
<i>O Autor</i>	

## **SOBRE A EDUCAÇÃO E ALGUNS PRINCÍPIOS GERAIS**

A MEMÓRIA DA CORRENTE E DO TRONCO.....	21
--	----

UMA ESCOLA SEM RELÓGIO NEM CALENDÁRIO.....	25
--	----

A EDUCAÇÃO NÃO VALE MAIS A PENA.....	31
--------------------------------------	----

A EDUCAÇÃO QUE VALE A PENA!.....	33
----------------------------------	----

EDUCAÇÃO PARA QUÊ? (VERSÃO 2011: O RETORNO FATÍDICO).....	39
--	----

A ESCOLA, O PROGRESSO E A VIDA .....	45
--------------------------------------	----

A ESCOLA, O PROGRESSO, A VIDA – FINAL .....	49
---	----

A IMPORTÂNCIA DA VERDADE NA EDUCAÇÃO (PARTE 1).....	53
---	----

A IMPORTÂNCIA DA VERDADE NA EDUCAÇÃO (PARTE 2).....	57
---	----

A IMPORTÂNCIA DA VERDADE NA EDUCAÇÃO (PARTE 3).....	63
---	----

A ESCOLA E O EGOÍSMO.....	67
---------------------------	----

NÃO EXISTE “VIOLÊNCIA ESCOLAR”! .....	71
---------------------------------------	----

A PRIMAZIA DA INCOMPETÊNCIA.....	75
----------------------------------	----

## **SOBRE O PROFESSOR**

ESPÉCIE EM EXTINÇÃO (PARTE 1) .....	79
ESPÉCIE EM EXTINÇÃO (PARTE 2) .....	83
ESPÉCIE EM EXTINÇÃO (PARTE 3) .....	87
PROFISSÃO: Professor (Parte 1) .....	91
PROFISSÃO: Professor (Parte 2) .....	95
PROFISSÃO: Professor (Parte 3) .....	99
SÓ NÃO SE ECONOMIZA ESTUPIDEZ .....	103
SOBRE ORGULHOS PERDIDOS E OUTRAS DORES .....	105
A ÚLTIMA ROSA DO VERÃO .....	109

## **SOBRE OS CURRÍCULOS**

A ESCOLA, O PROFESSOR E O LIXO .....	115
A ESCOLA, O PROFESSOR E O LIXO (ÚLTIMO E LONGO CAPÍTULO...) .....	119
QUINQUILHARIAS DO SABER .....	123
ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 1) .....	127
ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 2) .....	131
ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 3) .....	135
ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 4) .....	139
ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PRA FECHAR A FATURA – POR ENQUANTO...) .....	143

## **SOBRE A ESCOLA E A QUALIDADE EM EDUCAÇÃO**

AFINAL, O QUE PODEMOS CHAMAR DE “ESCOLA”? .....	149
O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 1) .....	157
O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 2) – QUALIDADE NOS INSUMOS.....	161
O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 3) – QUALIDADE NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	165
O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 4) – QUALIDADE NOS CURRÍCULOS .....	169
O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 5) – QUALIDADE NOS RELACIONAMENTOS .....	173

## **SOBRE A LEITURA E SEU ENSINO**

A LITERATURA E O PRAZER NA ESCOLA.....	179
A LEITURA EM CASA (PARTE 1) – O EXEMPLO .....	185
A LEITURA EM CASA (PARTE 2) – A BIBLIOTECA FAMILIAR.....	191
A LEITURA EM CASA (PARTE 3) – EXPERIÊNCIAS MULTIMODAIS .....	195
A LEITURA EM CASA (PARTE 4) – TRANSFERÊNCIA PARA A VIDA ESCOLAR .....	201

## **SOBRE A EXCELÊNCIA DESEJADA E A ESPERANÇA**

PORQUE A ESPERANÇA É INSUBSTITUÍVEL! .....	207
A EXCELÊNCIA EDUCACIONAL É POSSÍVEL NO BRASIL!.....	211

POSFÁCIO (APRENDENDO A VOAR!).....	215
<i>Nair Ferreira Gurgel do Amaral</i>	
ÍNDICE REMISSIVO .....	219
O AUTOR.....	223
OS COLABORADORES.....	225

*Versão final*

# PREFÁCIO

*Profa. Dra. Walterlina Brasil<sup>1</sup>*

---

Para melhor apreciar a obra de Celso Ferrarezi Jr., considero que é importante compará-la com uma outra de suas paixões: o motociclismo. Para os aficionados do motociclismo de aventura, de trilha, de pista ou de competição – com a devida segurança associada ao prazer – estar em uma moto é estar ao vento, como extensão de si mesmo. Como escrevera Monteiro Lobato, em *História das Invenções*, cada coisa que se inventa no mundo por obra humana tem algo de extensão de si. Os motociclistas encaram assim: extensões de si e apreensões do mundo quando rompem o vento ou o que esteja diante deles. Estas apreensões tornam o mundo viável. Tudo o que vem construído nessa intenção, passa a ser o próprio homem. Isto é o que o leitor vai encontrar neste livro.

Como uma conexão com a essência da existência, Celso explora, também, as conexões consigo mesmo. Seu diferencial neste caso é que consegue fazê-lo longe de ser tomado por comezinhos domésticos ou bricolés de experiências alheias. Consegue fazê-lo com universalidade, permitindo que o leitor vá de carona e sinta, como ele próprio o faz, o vento, a lama, a pista, a conexão, o risco e, sobretudo, o prazer. Neste caso, o prazer também vem acompanhado da escolha sob quais limites estará o olhar do leitor: temor, dor, angústia, desapontamento, satisfação, orgulho ou pura reflexão. O leitor escolhe.

Para entender um pouco me atrevo a relatar que Celso Ferrarezi é e sempre foi uma pessoa exigente no que faz. Desde muito jovem – e não é tanto tempo que passou desde então – procura ser um autor tal qual um bom vidraceiro que observa cuidadosamente o vidro a ser cortado. Respeita a peça ali, amorfa, para dar-lhe sentido conforme o local e função a cumprir. Ou como um aluno interessado em aprender e procura, a cada atividade, uma forma de surpreender e tornar as enfadonhas tarefas para aprendizagem em modos interessantes de explorar o conhecimento com todos os colegas. Ou ainda, como um atleta que sabe que para compor a equipe, tem que fazer bem a parte que lhe cabe e treinar muito bem os fundamentos do esporte que pratica. Posso informar isto ao leitor porque o conheço tanto como vidraceiro, quanto por dedicado estudante do ensino médio ou atleta das quadras de voleibol em tempos idos. Nada lhe pede esforço, mas carinho e zelo. E com carinho tratou os textos neste livro. Isto os torna de fácil leitura e ampla imersão. O sentido, o leitor construirá conforme sua permissibilidade cognoscente.

---

1 Walterlina Brasil é mestre e doutora em Educação, e atua como professora do Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia.

E o quanto de permissibilidade há? Depende do ângulo que o leitor opte. Celso Ferrarezi consegue ser, ao mesmo tempo, terno e ácido. Dotado de profunda caridade reúne seus escritos produzidos no percurso de suas reflexões virtuais – ou seriam trilhas? – em seis partes. Nas três primeiras, triangula quais aspectos são mais gerais para pensarmos em uma educação que minimamente cumpra seu papel social. Aborda, respectivamente: as bases educacionais que estão em choque com a realidade brasileira; o sujeito dessas bases: o professor, que considera como “profissional” da docência; e o conteúdo da educação: quais são as evidências de que sejam importantes, úteis ou defensáveis para uma escola que se diga boa e competente na sociedade? Ele não propõe respostas, mas nos instiga a encontrar as nossas.

Nas três últimas partes aborda com um bisturi analítico aspectos vinculados as políticas públicas educacionais. Longe de análises técnicas ou esquemáticas, propõe tópicos de humanização nos temas da qualidade, das habilidades necessárias a uma visão de mundo através da leitura (ferramenta de emancipação), e da excelência como denotativo e sob a qual obtém-se *excelsior homini*, sem qualquer doutrinação alienadora. O leitor é conduzido a níveis cada vez mais profundos, sem apresentar-se-lhe textos excessivamente eruditos ou de uma complexidade inútil, tocando o tempo todo no chão, no real, no palpável.

Aliás, já na apresentação da obra, Ferrarezi descreve suas pretensões: ainda que tenhamos excelentes teóricos da educação brasileira, está em cada um de nós a decisão por uma prática realmente transformadora e coerente. Celso usa seu livro como usa uma motocicleta: somente a pessoa, sua habilidade de acelerar-se ao vento e o próprio vento. Uma viagem segura, prazerosa, cujos imprevistos estão distinguidos pelo combustível de cada experiência relatada, cada respingo de pensamento, linguagem e reflexão que o leitor se dispuser a seguir.

Suba na garupa e lembre-se do capacete. E boa leitura!

## ... ALGUMAS PALAVRAS...

Tom Fitzgerald<sup>2</sup> já dizia que “se podemos sonhar, também podemos tornar nossos sonhos realidade”. Assim, nós, atuais e futuros profissionais da educação percebemos que educar com qualidade infelizmente ainda é uma quimera. Entretanto, a esperança deste desejo se concretizar reflete-se através do despertar de nossa consciência de que algo precisa ser feito e apresentar possibilidades de como realizar esse sonho. O caminho a ser trilhado é árduo, mas também gratificante e possível, sendo o que nos aponta esta ilustre obra do professor Celso Ferrarezi Jr.

Recorrendo às próprias palavras do autor em um de seus diversos discursos, que diz que “A educação é bela na teoria. Na prática é indescritivelmente maravilhosa”<sup>3</sup>, observamos que este posicionamento faz toda a diferença no momento em que se adentra na sala de aula e se depara com diversos rostos atentos e curiosos pelo aprender. O ato de educar requer amor pela prática, o reconhecimento de nossas mazelas e a potencialidade de nossas esperanças!

Uma provável pergunta que alguém deve fazer ao primeiro contato com esta obra é: *por que este livro (e não outro)? Por que mais um livro?* A resposta para estes questionamentos está em cada uma das inquietantes páginas desta obra que se sobressai por promover a construção de reflexões críticas no vasto universo compreendido entre as *teorias educacionais* e o *chão da escola*, entre a *teoria* e a *prática*.

As perspectivas trazidas por esta obra promovem um constante movimento reflexivo de “lançar âncoras e içar velas” em temáticas e experiências pontuais e necessárias em tempos de tempestade e esperança de calmaria no misterioso, profundo e deslumbrante oceano da educação.

A obra elucida uma educação que precisa ser orientada na perspectiva de ser um direito universal, trazendo ao seu leitor uma reflexão pautada na transformação necessária diante de necessidades urgentes de uma sociedade que exclui sua maioria denominando-a de ‘minorias’, tais necessidades estão arraigadas à uma prática que conduza, de maneira singular, o trabalho docente consciente e transformador.

Trata-se, portanto, de uma obra que, num tom de constante diálogo com o leitor, se propõe crítica, mas sem a imposição de verdades absolutas.

Nesse sentido, a tessitura dos textos é um convite ao leitor para que se perceba parte de um processo educacional objeto de questionamentos e ponderações nos seus diferentes níveis de organização para que se desvele a

2 [https://www.pensador.com/frases\\_sobre\\_musica\\_de\\_tom\\_jobim/](https://www.pensador.com/frases_sobre_musica_de_tom_jobim/)

3 Trecho extraído da carta direcionada aos formandos de 1998, da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, campus de Guajará-Mirim, escrita pelo professor Celso Ferrarezi Junior.

humanização necessária e fundante do processo educativo, em detrimento à capitalização dos valores humanos. Ao mesmo tempo em que aponta caminhos e possibilidades por meio da reflexão fundamentada em diferentes falas de educadores notáveis.

Esse processo reflexivo poderá, se for da vontade do interlocutor, pela percepção de sua importância como educador, romper com “as correntes nos troncos” e com os “cordéis de sisal” que o prendem a níveis de impotência e incapacidade subjugadoras de seu potencial de transformador por meio de sua prática docente, e assumir uma postura de engajamento, não desse engajamento mascarado e mentiroso que conhecemos, mas aquele defendido pelo autor: o engajamento que possibilite a cada professor se converter em “combatentes de liberdade”.

Certamente, o professor Celso Ferrarezi Jr. É um desses combatentes incansáveis.

Que a leitura desta obra possa ser um estímulo aos combatentes e um convite à conversão para sê-los, pois a batalha é longa, mas a esperança é uma arma poderosa na mão de quem a empunha e acredita!

Como últimas palavras, proponho a reflexão pela leitura de uma produção de autoria desconhecida, mas que considero pertinente ao contexto:

“Longe, muito longe, morava um homem que, todos os dias, ia para a praça de sua cidade e tentava convencer as pessoas a mudarem a sua visão sobre o que considerava errado.

Enfim, gastava dias e dias lutando para que entendessem o seu discurso, a sua luta.

Passaram-se muitos anos. Um dia, o seu amigo que vivera um longo tempo longe dali, incomodado por ver o homem ainda na praça lutando, apesar de tanto tempo, foi procurá-lo.

– Você está nessa luta e não vejo grandes vitórias, as pessoas são difíceis de mudar. – Por que você não desiste?

O amigo, ainda com o mesmo entusiasmo, respondeu:

– Não posso desistir, porque senão eles terão me mudado!”

Boa leitura!

Cacoal-RO, 20 de outubro de 2021

*Os Organizadores*

(...em tempos de pandemia...)

# UMA BREVE APRESENTAÇÃO

O Brasil é um país de grandes teóricos da Educação, de profundo saber educacional, de incrível criatividade filosófica... e de uma Educação com qualidade pífia, especialmente no nível da Educação Básica. Quem diz isso não sou só eu, mas o mundo. Isso é um fato que não permite muitas negações, se é que permite alguma ressalva...

Essa contradição, a meu ver, tem suas bases na não participação da população em geral nas questões da Educação nacional que, ou ficam restritas aos gabinetes governamentais ou às salas ilustres de defesas de teses doutorais e dissertações de mestrado nas universidades do país. A própria literatura da área parece ser construída para não ser lida pelas pessoas comuns, tamanha sua complexidade e sua linguagem “técnico-pedagógica”. E isso é terrível! Não acredito que qualquer mudança profunda na Educação nacional seja conseguida sem que as pessoas em geral entendam o que acontece, como acontece e por que poderia ser diferente, para que possam participar efetivamente do processo (inescapável) de reconstrução de nosso sistema educacional, se é verdade que queremos alguma melhora no setor.

Por cerca de três anos, ocupei parte de meu tempo e de minhas energias na tentativa de escrever sobre Educação (embora abordasse outros temas eventualmente) em um portal de Internet ([www.artefatocultural.com.br](http://www.artefatocultural.com.br)). Era uma coluna semanal na qual eu gozava de total liberdade editorial. O resultado foi um conjunto de cerca de 150 artigos, a maioria dos quais sobre temas ligados à Educação. São artigos de que gosto, que expressam muitas de minhas preocupações mais sinceras e muitas de minhas esperanças em relação ao que existe e ao que poderia ser feito na Educação brasileira. Mas, o que me agrada mais nesses textos é que eles dialogam com os leitores em uma linguagem acessível de verdade. A experiência que tive com as mensagens eletrônicas que recebi em função do que ia publicando nesse período, e recebidas das mais variadas pessoas, mostrou isso de forma inequívoca.

Não quero que esses textos se percam nas páginas efêmeras da Internet. Creio que é importante que eles sejam resgatados na forma de um livro e perdurem para um diálogo mais profundo. É o que tento agora organizando-os aqui na forma de um livro.

Os textos estão agrupados por temas e não foram escritos para agradar ninguém: foram escritos para fazer pensar. Alguns são mais severos, outros mais irônicos, outros são desabafos e lamentações, outros, ainda, mensagens de esperança, mas em cada um deles – assim acredito – o leitor enxergará a Educação de nosso país, aquela da escola do bairro ou da escola particular que ele gostaria que seu filho estudasse, a da sua faculdade ou um fato sobre

a Educação que viu na televisão. A intenção do livro é essa mesmo: fazer ver, fazer pensar, instigar o pensamento na direção de nossa Educação e da necessidade de fazê-la minimamente aceitável.

Uma última nota que vale a pena aqui: ao organizar os textos, primeiramente pensei em tirar todas as referências ao Portal, a questões temporais e conversas com os leitores, deixando-os “elegantes” e “enxutos”. Depois, vi que isso ia descaracterizar o material, que ele ia perder sua originalidade e ia ficar chato e “acadêmico”, justamente o que eu queria evitar ao montar o livro. Então, os textos seguem em seu formato original, tais quais foram publicados em cada semana entre o final de 2008 e meados de 2011.

Com isso, pretendo trazer o leitor (o novo leitor dos textos e o que já os havia lido na Internet) para a mesma experiência inicial de leitura que os textos provocaram quando publicados, só que, agora, perenizando-os. Espero que funcione... pelo menos um pouquinho.

*O Autor*

(...em algum momento da vida...)

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



## SOBRE A EDUCAÇÃO E ALGUNS PRINCÍPIOS GERAIS

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A MEMÓRIA DA CORRENTE E DO TRONCO

Uma das coisas mais impressionantes na relação entre homens e animais é a doma do elefante. Certa vez, li em um livro de costumes tailandeses que a doma do elefante se faz quando ele ainda é pequenino. O domador pega o coitado do elefantinho e o prende com uma corrente grossa a um tronco de árvore. Ali o pobre elefantinho briga, luta, se machuca – alguns chegam a ter ferimentos graves na perna por causa da corrente, ferimentos que serão carinhosamente tratados por aquele que os provocou – chora por sua mãe, tudo inutilmente. Essa dolorosa experiência grava na memória do pobre animalzinho a memória do tronco e da corrente. Com o passar do tempo, o elefantinho cresce, se torna o mais poderoso animal de toda a terra: sete toneladas de força bruta. Mas, nessa fase ele já está domado. Prende-se esse monstro a uma vara enfiada no chão, com um cordel de sisal que não seria suficiente para prender a maioria dos cachorros sadios. Mas, ao ver o cordel de sisal, na verdade o que o elefante experimenta é a memória da corrente e do tronco. Memória que faz com que um rapazote franzino, com seus míseros 45 kg e uma varinha, obrigue o elefante a derrubar árvores, a carregar troncos, a mover carros pesados de toras. O mesmo elefante que derruba uma árvore por ordem de seu guia não quebra a vara que o prende: é a memória da corrente e do tronco atuando. E isso é chamado de “amizade entre o guia e o animal”.

Contava, aquele livro sobre costumes tailandeses, que alguns meninos “malvados”, às escondidas, ensinam os elefantes a soltar o cordel. Primeiro eles, os meninos, soltam o cordel. Depois, induzem os elefantes a fazê-lo. A maioria dos elefantes se recusa a aprender essa lição. A memória da corrente e do tronco é tão forte que os impede de se libertar. Mas, um ou outro, feliz mas raramente, aprendem que a vara e o cordel de sisal não são fortes o bastante para prendê-los. Esses elefantes, então, tornam-se indomáveis. Seguem sua própria vontade e, na maioria das vezes, são soltos em ambiente natural porque não servem mais para a escravidão. Eles precisam ser ensinados a se libertar. A liberdade é uma lição dura para quem, desde a pequenez, convive com a memória da corrente e do tronco.

Há mais de vinte anos, trabalho na formação de professores no Brasil e é com desespero que tenho acompanhado a resistência de nossos professores a mudanças radicais na Educação. Quando tenho o privilégio de proferir palestras para auditórios de professores ou em escolas, as coisas que mais escuto são “não dá!” e “o sistema não permite”. Tenho pensado muito sobre isso e tenho a mesma dificuldade que tinha Darcy Ribeiro para compreender o que realmente acontece. Em seu livro “Nossa Escola é uma Calamidade”, de 1984, Darcy Ribeiro dizia que é incompreensível o fato de que a classe trabalhadora

que movimentam diariamente a maior massa de pessoas no país, ou seja, nossos professores movimentando cerca de 90 milhões de brasileiros diariamente, seja tão estupidamente fraca e tão pouco determinante socialmente. Darcy Ribeiro atribuía isso à mesma causa que eu: à memória da corrente e do tronco. Dizia ele,

“A explicação que dou para nosso atraso educacional é a de que ele constitui uma seqüela do escravismo. Nós fomos o último país do mundo a acabar com a escravidão, e este fato histórico, constitutivo da nossa sociedade, tem um preço que ainda estamos pagando.”

Na verdade, sou obrigado a discordar do saudoso Darcy quanto ao fato de o Brasil ter acabado um dia com a escravidão. Não há escravidão legal, mas há escravidão de fato. Todo menino pobre brasileiro nasce atado à corrente e ao tronco. As desigualdades sociais são tamanhas que ensinam nossos pequenos a ser servilmente obedientes em troca de um prato de comida diário e mal feito chamado “emprego de salário mínimo” ou “bolsa-qualquer-coisa”. Os sofrimentos da infância são tamanhos que deixam marcas indelévels na alma. E o fato é que nossos professores são, quase todos, oriundos dessas classes baixa e baixíssima. Filho de rico no Brasil vai cuidar dos negócios da família ou seguir uma carreira de prestígio como a dos pais. Professor rico no Brasil, só se for profissional liberal já economicamente realizado que gosta de dar aula em universidade por uma questão de status. Sabe como é... ele faz um favor à instituição que estava sem professor. Professor de educação básica? Filhos de pobres da décima geração. Trazem na memória a corrente e o tronco. Cresceram, é verdade, aprenderam muitas coisas, poderiam se libertar, poderiam manobrar a sociedade – esses 90 milhões que estão em suas mãos diariamente – mas a memória da corrente e do tronco faz com que eles vejam no cordel de sisal um impedimento definitivo de sua liberdade.

A desculpa “do sistema” é uma das mais tolas e ridículas que se pode dar hoje em dia. A Lei 9394/96 (escrita pelo Darcy...) deu uma autonomia antes impensável aos professores e às escolas. Eles têm liberdade de pensamento, da forma de ensinar, da adoção ou não deste ou daquele material didático, inclusive do livro didático, as escolas fazem seus currículos, elaboram sua proposta pedagógica de acordo com as peculiaridades e necessidades de sua clientela... tudo isso na lei, diga-se. Há amparo legal para a revolução! Há amparo legal para a transformação da educação brasileira! Mas a memória da corrente e do tronco a impede. Os professores sempre dizem “não dá” e “o sistema não permite”. Eles cresceram e têm uma força que desconhecem, mas carregam dentro de si mesmos a fraqueza que faz com que políticos franzinos com sua varinha chamada “salários baixos para professores” lembrem diariamente a cada professor brasileiro de onde ele veio: da pobreza, da corrente e do tronco. E o medo de que

o cordel de sisal volte a ser uma corrente e de que a vara volte a ser um tronco mantêm o professor em situação de escravismo profissional, gerando mentira após mentira nessa mentira enorme que chamamos de Educação.

Uma dessas mentiras se chama “engajamento”. Professor “engajado nos projetos da escola” é aquele que participa braçalmente da festa junina, que faz no fogão da sua casa, com seu gás e em sua panela a comida que vai ser vendida ali para “ajudar a escola”. Ajudar a escola? Sim, ajudar a escola a continuar como é: acomodada à sua ruindade! Professor engajado é aquele que ajuda a montar as barracas e ainda compra os pregos. Professor engajado é aquele que ajuda a pintar a escola, aquele que lava os banheiros quando não há zelador e que, quando não há material de limpeza, o compra fiado para pagar quando sair seu salário. Isso é engajamento? Não! Isso é o desvirtuamento do magistério! É a desprofissionalização do profissional docente, que o induz a pensar como o escravo, que não tem outra tarefa social definida a cumprir que não a de fazer a vontade de seu senhor. Por que não esperamos que o médico lave os banheiros do hospital ou que o juiz lave as escadarias do fórum? Por que não exigimos que o deputado federal digite o ofício que ele vai mandar ou que o engenheiro carregue os tijolos para ajudar o servente de pedreiro? Porque, no Brasil, essas carreiras têm suas funções muito bem definidas. São carreiras de elite, nunca confundidas com a escravidão. Não são carreiras que lembram a corrente e o tronco. Médicos e juízes, políticos e profissionais técnicos, teoricamente, existem na sociedade para servir. Mas, na prática, exigem ser servidos para que possam servir. Professores existem para servir. Apenas isso. O conceito de “engajamento” que tem sido adotado para professores no Brasil é uma das âncoras que mantêm a escola brasileira num nível tão baixo de profissionalismo que é de dar pena. E o pior é que, como diria o Darcy:

“O espantoso é que todos nós estejamos tranquilos, as escolas continuem funcionando normalmente, e que as professoras, muito aparentemente conformadas, “façam o que podem”, o que é quase nada!”

E a culpa de tudo isso? É da criança pobre, é claro! Ela não aprende, não porque a nossa escola seja péssima, não porque nossos currículos sejam ruins, não porque o Brasil prefira os bancos financeiros aos bancos escolares: ela não aprende porque é pobre! Porque carrega atados às pernas a corrente e o tronco. E nossos professores, sem o saber – mas porque eles mesmos têm a mesma memória! – ajudam a perpetuar a sina escravista de nossos meninos pobres.

Em uma das passagens mais interessantes do livro que citei, Darcy Ribeiro diz na mesma medida em que “*o escravismo animaliza, brutaliza o escravo, arrancado de seu povo para o serviço no cativo como um bem*

*semovente de seu senhor*”, o escravismo também, de certa forma, dignifica o escravo, “*porque o condena a lutar por sua liberdade*”. Ele diz mais: “*Quando alcança um mínimo de compreensão recíproca e de capacidade de se situar no mundo novo em que se encontra, ele foge para o quilombo. Condenado a lutar, converte-se num combatente da liberdade.*”

É preciso que nossos professores alcancem essa “compreensão mínima” do mundo novo em que vivemos. É preciso que compreendam que não existe mais a corrente e o tronco, que isso não passa de uma memória triste da história de cada um de nós pobres professores filhos de pais pobres. É preciso quebrar o cordel que nos prende à vara e transformar cada escola em um “quilombo” repleto de “combatentes da liberdade”. É preciso que cada professor consiga converter-se em um combatente da liberdade. Converter-se! É preciso compreender que todo professor determinado a promover qualquer mudança significativa na Educação brasileira está condenado a lutar. Não se trata de uma opção: a opção está em decidir-se ou não pela mudança. Em se optando pela mudança, a luta é uma condenação inescapável para o professor. Para a Educação brasileira, não há solução conciliatória. Há de se romper o cordel. Se ele não for rompido, as novas gerações continuarão trazendo em seus pés a corrente e o tronco, e em suas mentes, como guia de suas vidas, essa dolorosa memória.

A Educação brasileira me provoca lágrimas. As arranca de meus olhos mesmo que eu lute bravamente contra elas. As arranca como está fazendo agora, como tem feito por anos a fio. Torna-se cada vez mais insuportável para mim, a cada dia, ver elefantes cheios de poder presos como cães doentes a um cordel de sisal. Para mim, torna-se cada vez mais insuportável ver que nossos educadores se envolveram tanto com tecnicismos pedagógicos e estruturas sistêmicas, que eles ficaram tão preocupados com diários e relatórios, que eles se ocupam com tanta energia de tolos “projetos” – esporádicos, insossos e ineficazes, mas que são tratados como a revolução da Educação – que não têm sido capazes de compreender a própria condição.

Agora, a moda é “projeto”. A escola que não tem “projeto” não presta. Qual é o projeto de sua escola hoje? De verdade? Sem mentira alguma ou desculpa infantil? Afirmo que é este, professor: derrubar aquela árvore – aquela e nunca outra! –, carregá-la até aquele carro – aquele carro e nunca outro! – e puxar o carro de troncos até aquele depósito – aquele depósito e nunca outro! Por quê? Porque assim o seu senhor o deseja. Essa é e tem sido a condição da escola brasileira de Pombal até hoje.

A verdadeira revolução está em aprender a quebrar o cordel de sisal. Isso demanda duas coisas: vontade de aprender e coragem para apagar a memória da corrente e do tronco. Enquanto isso não acontecer, não há revolução na educação. Há apenas a perpetuação de uma dolorosa memória...

# UMA ESCOLA SEM RELÓGIO NEM CALENDÁRIO...

Desde que eu fazia magistério no tradicional Instituto Adventista São Paulo, no município de Hortolândia, SP, ouvia meus professores dizerem que “a escola tem que preparar para a vida”. Já se vão 25 anos desde então. Passei pela universidade, pelo mestrado e pelo doutorado, pelo pós-doutorado: o discurso não mudou – “a escola tem que preparar para a vida!”. Também acho. Tanto acho que me desespero ao ver que a escola brasileira é uma escola do tipo autossuficiente no tempo e no espaço, uma escola cujos muros delineiam não apenas o formato do terreno, mas a sua invariável teimosia em não mudar e cujos portões servem para uma a viagem no tempo muito mais do que para uma viagem ao mundo do conhecimento.

A escola brasileira surgiu, lá no século XVI, como um centro de catequização. Era uma escola funcional, que servia para amansar índios e dar um pouco de educação aos filhos dos bandidos portugueses trazidos ao Brasil para os fins da colonização. Nesse tempo, senhores e barões não mandavam seus filhos para escola, pois traziam a escola que queriam para dentro de casa, contratando professoras estrangeiras que educavam seus filhos com o rigor que a educação de um senhor exige. Enquanto os filhos dos índios e dos bandidos aprendiam a ser bonzinhos, os filhos dos ricos aprendiam a ser senhores e mandar. Mais do que isso, os filhos dos senhores aprendiam a ser fiéis à causa de seus pais. O escravo não conhecia nenhuma das duas escolas: a segunda, ele não conhecia porque não tinha dinheiro para bancá-la; a primeira, não conhecia porque ainda “não tinha alma”, e a Igreja Romana não catequizava quem não tinha alma. Lembre-se, leitor, que os negros só “ganham alma” como presente do santíssimo padre alguns séculos depois, quando passou a interessar a libertação dos escravos...

Essas duas escolas tão diferentes, a catequista e a senhorista, conviveram por muito tempo juntas, sem conflitos mais significativos dos que aqueles que já havia na sociedade, simplesmente pelo fato de que serviam à mesma causa: manter a sociedade como era. Normal. Afinal, o mundo é assim desde que o conhecemos: uns mandam, outros obedecem, e o “argumento do cacete” é o que mais funciona.

Mas, o Brasil foi crescendo e aumentando sua economia. Já era, então, um país “cristão e pacificado”. O brasileiro, com seu jeitinho para tudo já havia aprendido que um pouquinho de religião africana convive bem com um pouquinho de cristianismo místico, que as coisas não são assim tão distantes, que é possível conciliar Maria e Iemanjá sem muito esforço, enfim...

tudo aqui se ajeita... E ainda mais com um bocado de cerveja e feijoada. Não somos um povo afeito a terrorismos e guerra: preferimos comida, bebida, sexo e futebol. Num país assim, a catequese já não era tão essencial e outras formas de religiosidade ganharam força e se alastraram ajudando a controlar os ânimos nacionais. Tudo numa boa. O fato é que, como todas as economias que crescem, precisávamos de trabalhadores qualificados. Entramos na era industrial! A Ford e a Volks vieram para o Brasil. A Nestlé já havia pintado por aqui havia algum tempo e já se comia (bebia?) Leite Moça há algumas décadas. Depois, chegou a General Motors e as multinacionais vieram se instalando, uma a uma, num país de plantadores de café e cana, que havia recebido até então, em seus ciclos migratórios, apenas agricultores e analfabetos. Precisávamos formar trabalhadores “qualificados para apertar botões”! Foi aí que surgiu o mito educacional de que “educamos as pessoas para que sejam alguém na vida.” É engraçado – e tristíssimo! – como esse mito pegou.

Você pergunta a qualquer brasileiro normal por que ele manda o filho para escola. Ele responde: “Pra ele ser alguém na vida!” e completa: “Hoje, sem estudo, a gente não arruma emprego.” Maravilha! Então, a gente estuda para ser alguém na vida, porque na verdade filho de pobre é “ninguém”. A gente estuda para arrumar um emprego, e não para ter a própria empresa e mandar em alguma coisa. A gente manda o filho para escola já sonhando com o concurso público, como “a vaga na firma” (olha o tamanho da mesquinhez disso!), como um lugarzinho ao sol! Sol? Que Sol bate debaixo da árvore? Você já viu rico dizendo para alguém que o filho dele vai para escola para ser alguém na vida? Só se for “novo rico”, desses que ainda não perderam o cheiro de pobre. Porque “rico acostumado” não diz que o filho precisa ser alguém na vida: o filho dele já nasceu sendo gente.

Você entende, leitor, como isso tudo é ridículo, absurdo e ofensivo? A escola “moderna” brasileira, a escola da era industrial, mantém o mesmo espírito funcional de criadora de servos que a escola catequista possuía, mas agora revestida do tom da “modernidade industrial”. Nenhum filho de pobre vai à escola porque a Constituição diz que ser uma pessoa educada e feliz é um direito de todos: ele vai é para “ser alguém”! Nenhum filho de pobre vai à escola para aprender a mandar, a dirigir a própria vida, a ser senhor de seu destino: vai para aprender a obedecer! Por isso a nossa escola ensina o silêncio e a submissão como regras máximas. O bom aluno é o aluno calado e obediente.

E, por isso também, é que nossa academia ensina que o “bom aluno” escreve na terceira pessoa sempre! Porque a nossa academia de estrábica visão umbilical, essa que sempre flertou com os poderosos, muito mais em busca dos próprios interesses do que em prol do bem comum, esqueceu – também! – do tempo e continuou formando professores de inferior nível superior. Sempre foi e ainda é uma academia silenciadora. Essa academia sempre fez

questão de ensinar os pobres-moços que querem ser “alguém na vida” que na “verdadeira Ciência” a gente nunca aparece! É claro que não aparece: não pode aparecer! Só quem aparece é quem manda; só quem pode aparecer é quem comanda. É incrível a sutileza com que a academia faz isso: ela manda o aluno ler Nietzsche, que só escreveu “eu sei”, “eu sei”, “eu sei”, ela diz que esse cara era o máximo porque “matou Deus”, o Grande Eu Sou Eterno, e ensina que esse mesmo aluno que lê Nietzsche deve dizer apenas “sabe-se”!!! “Sabe-se”?! “Sabe-se” é uma forma brutal de transferência de individualidade e de poder. Transferência própria de quem está sendo preparado para obedecer, para servir como um “moribundo de seus sonhos”, um arremedo de homem culto e intelectualmente independente. E isso se faz com todos os grandes pensadores, de Platão a Paulo Freire, que são grandes pensadores justamente porque aprenderam a falar “eu sei”, mas que são utilizados pela academia para silenciar e domesticar num repetir incessante de “sabe-se”, “sabe-se” e “sabe-se”. É também por isso que, ainda em nome na academia, sempre em nome da “honestidade”, a gente nunca pode ter uma ideia, nunca pode pensar sozinho. O infeliz da graduação e da pós-graduação sempre precisa apresentar uma “referência bibliográfica”. Você sempre tem que ter tirado o que diz de algum lugar. Pensar independentemente é um pecado intolerável na academia, a menos que você seja um “medalhão”! Como sempre se diz, o aluno precisa ser “articulado”, “inserido”, “honesto”... em outras palavras: o aluno tem que ser dependente, subserviente e assumir que é um tosco! Boa! Assim você será um bom aluno, mesmo que seja um tosco! Mesmo que tenha visto o que ninguém jamais viu, não deixará de ser um tosco e terá que fundamentar seu ineditismo na repetição “científica” das ideias alheias. Bem, é claro que isso é uma forma sutil e metódica de colocar você no seu “devido lugar.”

Essa escola e essa academia domesticadoras não perceberam (ou fingem que não perceberam, ou ainda, foram construídas para não perceber) que estamos na era do direito humano. Nossa Constituição estabelece isso. Um aluno deve estudar porque é seu direito! Ponto final. Ele deve estudar porque “já é alguém”, e não “para ser alguém”! Ponto final de novo. A criança deve estudar “para ser feliz”, e não para “fazer apenas o seu padrão feliz”! Outro ponto final. A criança pobre precisa aprender na escola a mandar, principalmente em seu próprio destino, e não apenas a obedecer. Mais um ponto final. Mas se a escola fizesse isso, o que aconteceria? Aí é que aparece o tão esperado ponto de exclamação!

É justamente por isso que nossa escola sem relógio nem calendário não vê o tempo passar fora de seus muros. A revolução da informática tomou conta do mundo e só agora algumas escolas brasileiras estão acordando para a necessidade da inclusão digital. A desculpa é sempre a falta de recursos. Mas é uma desculpa mentirosa e injurante, porque pressupõe a estupidez do nosso povo em ver que dinheiro não falta e que se houvesse vontade política a história seria

diferente. As escolas rurais, aquelas escolinhas de sete alunos e uma professora, então, quando verão a luz dos monitores? “Sabe-se” lá quando!

E é essa mesma escola que não viu a calculadora tomar conta do mundo e continua ensinando MDC e MMC, que não viu os celulares tomarem conta de cada bolso de criança e continua ensinando só a escrever cartas ao invés de ensinar a mandar torpedos e escrever e-mails; que não viu que a família foi destruída quase que completamente e que, por isso, não se preocupa com o ensino da moral e da ética, essa escola que não percebeu que a violência explodiu fora dos seus muros e que, agora que essa violência passou por seu “portão mágico”, não sabe o que fazer com ela! É essa escola sem tempo, fora do seu tempo, despreocupada com o tempo, que continua ensinando que índios são vagabundos, negros são bons trabalhadores e brancos mandam “naturalmente” na coisa, a mesma que ensina que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 22 de abril de 1500, a mesma que está construindo o “nosso futuro”!

Enquanto isso, os ricos, aqueles que traziam as escolas para dentro de suas casas, criaram suas escolas especiais, com mensalidades de milhares de reais (que funcionam como democráticas barreiras antipobres), com os melhores professores do país (muito bem pagos, diga-se) com segurança de primeira e acompanhamentos psicológico, de saúde, nutricional, didático-pedagógico e “escambalístico-a-quatro”, uma escola pensada e implantada para ensinar seus filhos a mandar. Justo? Justíssimo! Eles têm mais é que fazer isso mesmo! Os errados somos nós, os que queremos que nossos filhos ainda um dia “venham a ser alguém”, decerto porque hoje não acreditamos que sejam alguma coisa! E, depois, ainda queremos que nossos filhos vão fazer Direito ou Medicina, para serem doutores e ganharem um bom salário num emprego público, depois de fazerem um concurso de governo qualquer, e ajudarem a gente na nossa velhice, já que a pensão do INSS não dá para nada! Que miséria de visão de mundo! Que miséria de vida! Que miséria de futuro, meu Deus!

Depois não se sabe por que esse país é essa zorra. O povo trabalhando 5 meses por ano só para bancar – com seus impostos – um governo que não dá a mínima contrapartida em saúde, educação e segurança, que seria o mínimo-do-mínimo. Um Congresso Nacional de produtividade pífia, que custa 16 milhões de reais por dia para o povo brasileiro! Isso mesmo: 16 milhões de reais por dia, segundo dados do próprio Congresso divulgados por um Senador na tribuna da casa. Uma “Justiça” (definitivamente, esse nome ainda não cabe ao nosso sistema judiciário, infelizmente...) que demora anos para julgar as coisas mais simples e banais, mas que tem juízes e servidores que ganham algumas vezes mais do que os trabalhadores de formação semelhante nas empresas privadas, e que trabalham em tribunais de mármore e em gabinetes de madeira-de-lei. Ou seja, esses sim “viraram alguém”? Tudo “muito justo”, tudo “muito honesto”, “tudo muito dentro da lei”, tudo muito brasileiro!

E, enquanto o mundo pega fogo lá fora, a nossa escola sem relógio nem calendário, dentro de seus portões mágicos, continua ensinando aos nossos pobres-filhos-pobres “o núcleo do sujeito”, “a revolução farroupilha” e “o número atômico do estrôncio”. Para quê? Para ocupar o tempo que ela não vê passar, para fingir que liberta enquanto sufoca e aprisiona, para transformar “alguém que é ninguém”, em “alguém que saiba obedecer bem para ser alguém”. Afinal, o que se poderia esperar de uma escola que não vê – ou finge que não vê – o tempo passar, o mundo se transformar, de uma escola que ainda não aprendeu – e nem sei se um dia aprenderá – a sentir a vida pulsar?

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A EDUCAÇÃO NÃO VALE MAIS A PENA...

Estava conversando, esta semana, com um rapaz de 16 anos que capina quintais na cidade em que eu moro. Perguntei a ele se estava estudando e ele respondeu que sim. Perguntei qual era o sonho dele para o futuro. Ele disse, acanhadamente: “Um bom emprego”. Então eu disse que minha intenção era saber qual a formação que ele queria, o que ele queria ser quando ficasse “adulto”. Ele disse: “Não faz muita diferença”. “Como assim?”, perguntei. Então afirmei categórico: “Claro que faz diferença se a gente vai ser médico ou advogado ou engenheiro”. “Pra mim não faz”, ele respondeu. “Por quê?”, retruquei. “Porque não vou ser nem uma coisa nem outra. Só preciso de um bom emprego...”. “Como assim não vai ser nem uma coisa nem outra?! Não entendo! Você podia me explicar isso?”, pedi já meio irritado... “É simples, professor: sou pobre e não tenho dinheiro para comprar vaga de vestibular em faculdade particular. Minha escola, a que eu vou, é tão ruim que não vou conseguir entrar numa faculdade do governo. Minha mãe já sabe disso. Para mim, vai ter que bastar um bom emprego.”

Pausa...

Mais pausa, por favor. Ainda estou respirando para não explodir...

Leia de novo esse negócio aí em cima, por obséquio, e faça nova pausa comigo.

Agora leia, por favor, o que tenho a dizer sobre isso. Começo com uma singela e calma pergunta:

– Que espécie de escola é essa que, ao invés de criar e alimentar esperanças, as destrói? Isso é uma escola ou uma câmara mortuária? Ou a antessala do inferno? Aí pensei que o menino podia ser um caso de aluno depressivo incurável e desestimulado... A culpa é dele, sem dúvida... Mas, descobri que não! Os outros dois da sua turma, que estavam com ele, me disseram a mesma coisa. E um ainda completou: “Se a gente tivesse oportunidade, teria até como mudar alguma coisa. Mas a gente vai crescendo e vai vendo que não pode viver de sonho. Tem que comer. E para comer tem que ter emprego.”

Isso é ESPANTOSO! É TERRÍVEL! É AFRONTOSO!

Depois que eu digo que nossa educação chegou no fundo do poço e que a maioria das escolas, principalmente as públicas, não está conseguindo fazer seu serviço, que o MEC está mais preocupado com o ENEM do que com a Educação em si, que existem muitas prefeituras que não têm a mínima condição de oferecer boa educação para sua população, que é necessária uma incisão nesse corpo doente para que seja retirada toda essa podridão de dentro,

aí eu sou radical, sou revoltado, sou desrespeitoso com os colegas de profissão, e mais um monte de coisas! Pois então eu sou! Mas eu sou também UM SUJEITO INDIGNADO COM TUDO ISSO E NÃO ME DOU O DIREITO DE FICAR CALADO! EU NÃO TENHO ESSE DIREITO!

Uma coisa que eu aprendi muito cedo na vida foi a simples – mas muito significativa – lição que diz que “para que o Mal deite e role, basta que o Bem se canse.”. Não sou maniqueísta nem ingênuo. Não quero propor uma divisão estúpida de tudo em “bom” e “mau” e “ponto final”. Mas, será que é tão difícil assim entender que essa situação de absoluta desesperança de nossa Educação É RUIM para TODO MUNDO???!

Essa semana, vi um programa na TV que mostrou jovens de uma escola de periferia numa grande cidade brasileira. Quantas adolescentes grávidas! Quantos jovens envolvidos em problemas e marginalidade! Quanto sofrimento dos professores! Quanta baderna nas escolas! Quanta indisciplina! Quanto faz-de-conta! Quanta desesperança estampada no rosto dos meninos! E sabe o que eu deles respondeu ao repórter?? Aí vai: “A gente tem que estudar para arrumar um bom emprego!”.

Será que ninguém mais, nesse país, estuda para ser feliz???! A gente não estuda mais pela cultura, pelo caráter, pelo conhecimento, pela cidadania, pela plenitude do nosso eu? Agora a gente só estuda para ter um bom emprego? Então, meu caro leitor, se é assim, se isso é verdade como esses jovens disseram, sinto muito: a educação não vale mais a pena neste país.

Por hoje chega, senão vou começar a chorar.

# A EDUCAÇÃO QUE VALE A PENA!

Se a educação que se pratica na maioria das escolas do Brasil, hoje, não vale mais a pena – e algumas dezenas de meios que recebi esta semana, depois do artigo da semana passada, me comprovaram, por dúzias de experiências de vida, que eu estava certo ao afirmar isso- fiquei pensando se não existiu, existe ou poderia existir uma educação que vale a pena. Resposta óbvia: CLARO QUE EXISTE!

Por que essa educação não é praticada no Brasil? Bem, seria injustiça pedir que eu explicasse aqui toda a história... seria, na verdade, uma condenação para a eternidade... Mas, me pus a procurar essa educação que vale a pena. Não em mim, mas no que pessoas que fizeram diferença neste mundo disseram sobre educação. Saí em busca para aprender o que uma educação de verdade deve fazer ao ser humano.

Nem tudo o que apresento aqui é tal-e-qual, letra-por-letra. Muitas vezes, foi preciso tecer paráfrases das ideias dessas pessoas, mas, na medida do possível, procurei ser fidelíssimo ao que elas disseram e, quando possível, copiei os textos integrais. Minha pergunta chave foi: **Por que se educa uma pessoa?** Vejam as respostas que obtive em alguns dias de leitura:

## **Constituição da República Federativa do Brasil:**

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Viram? Educa-se uma pessoa porque é direito dela e ponto final. Não é para ela ser alguém, mas porque ela já é alguém! E, além disso, a gente educa esse alguém para que ele seja pleno! E “pleno” significa, também, “feliz”!

## **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:**

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

e

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Educação não é só na escola: é na vida inteira, em todo canto, a cada minuto! Todos somos responsáveis por ela. E ela tem que ter “princípios inspiradores” que permitam alcançar a plenitude. É lei!

**Paulo Freire (educador brasileiro contemporâneo):**

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua (do aluno) própria produção ou a sua (do aluno) própria construção. E este saber necessário ao professor, não apenas precisa ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido.”

Amplamente vivencial, exemplar! Educar é mostrar como se deve ser, não apenas dizer como se deve ser! Nota dez para o Paulinho!

**Leonardo da Vinci (espécie raríssima de gênio-faz-tudo italiano do século XV):**

“Educar é tornar o homem pleno para que ele se torne humilde. Isto porque pouco conhecimento faz que as criaturas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o céu, enquanto que as cheias se baixam para a terra, sua mãe.”

Poético, profundo, elegante, sublime! Esse cara era o bicho! Já pensaram uma educação assim?! Há anos, fico pasmado diante desse pensamento! É um verdadeiro quadro da Mona... a MonaEducação!

**Mahatma Gandhi (líder político e religioso indiano):**

“A verdadeira educação consiste em pôr a descoberto ou fazer atualizar o melhor de uma pessoa. E isso só é possível ensinando-a a governar a si mesma.”

Simple e direto como o dono da frase. E com a responsabilidade de um líder cuja pregação era a própria vida: ser governado por si mesmo, no melhor estilo hindu. Supimpa!

**Pitágoras (filósofo grego do século VI a.C.):**

“Educar é ensinar os homens a fazer escolhas.”

Matematicamente simples e maravilhosamente correto! Vida + boas escolhas = felicidade. Vida + más escolhas = infelicidade. É o verdadeiro cálculo da hipotenusa. Grande Pita! (“Pita” com um “t” só...)

**Charles Chaplin (genial ator/dramaturgo inglês do século passado):**

“O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nós nos desviamos dele. A cobiça envenenou a alma dos homens. A Educação pode devolver-nos ao caminho correto.”

Boa, Carlito! Educar é tirar o veneno de dentro da gente, esse veneno que é tão fácil de aprender e tão difícil de desaprender. Mais do que isso, educar é tornar-nos sublimemente altruístas!

**Nietzsche (filósofo alemão odiado por uns, amado por outros):**

Educar é dar a conhecer e fazer vivenciar *“não só marcha ousada, leve, delicada e rápida dos próprios pensamentos, mas antes de tudo, a disposição para as grandes responsabilidades, a altura e a profundidade do olhar imperioso, o sentimento de ser separado da multidão, dos deveres e das virtudes da multidão, e a proteção e a defesa benevolente daquilo que é mal interpretado e caluniado..., a propensão e a habilidade à suprema justiça, a arte do comando, a amplitude da vontade.”*

É isso aí, SuperNietzsche! Às vezes, a gente briga, mas aqui a gente concorda: educar é fazer o sujeito sentir que ele pode ser muito mais do que aquela coisa medíocre que muita gente quer que ele acredite que é. Quanta gente precisaria aprender isso! Quantos mais precisariam ensinar isso!

**Ellen G. White (escritora norte-americana do século passado):**

“Educação é o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais. A verdadeira educação significa mais do que a prossecução de certo curso de estudos. Significa mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo e todo o período da existência possível ao homem.”

Completo! Sublime! Harmonioso! Educação é muito mais do que cursar a Educação Básica... é se tornar basicamente completo, pleno, feliz, por sempre e para sempre!

**John Dewey (educador norte-americano do século XIX):**

“Educação é o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras.”

Futuristicamente perfeito! Preparar hoje para que o futuro possa ser ainda mais feliz. A educação tem falhado tanto e tanto nisso, que o mundo piora a cada dia! Ah, por que não te deram ouvido, Dewey??!!

**Philippe Perrenoud (sociólogo suíço contemporâneo):**

Educar “é mais do que revelar as disposições individuais. Compreende um sistema de ação, uma organização que transforma as pessoas, suas competências, assim como suas atitudes, suas representações, seus gostos. É exercer uma influência.”

Transformadoramente maravilhoso, Phill! É descobrir mais do que aquilo que você e eu queremos, mas descobrir também como podemos ser transformados para ser mais felizes juntos! Que educação influente e transformadora!

**Célestin Freinet (educador francês do século XX):**

Educação “é a busca da verdade à luz da experiência e do bom senso. É, também, libertar, porque não se é livre quando se é ignorante.”

Célestin! Você aqui falou como Jesus: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará!” (João 8:32). Que percepção completa e sublime de educação! Valeu Célestin! Estou sem palavras diante de tanta liberdade!

**Darcy Ribeiro (antropólogo brasileiro contemporâneo):**

“A educação precisa, acima de tudo, ser um processo honesto.”

Pois, é, Darcy... essa prática da honestidade educacional anda meio em baixa aqui no Brasil... Tem gente aos montes ensinando o que não acredita e gente acreditando naquilo que não ensina. Outros nem sabem por que ensinam... e outros nem sabem por que aprendem... Se é que alguém ensina, se é que alguém aprende... Uma hipocrisia só...

**Lev Vygostky (psicólogo russo do início do século XX):**

Educação “é um processo ativo de internalização de uma cultura, de um mundo: é uma transformação.”

Então, Vig, esse negócio de se transformar pela internalização precisa ser melhor explicado aqui. É que a nossa moçada anda decorando apenas para prova e no dia seguinte já esquece tudo... “Decoreba”, sabe?... Nada de internalização... nada de transformação de vidas... Fica tudo na ponta da língua, e quando se abre a boca, cai...

**Sigmund Freud (psicólogo austríaco nascido no século XIX, que explica quase tudo até hoje):**

“Educar é aproveitar o desejo natural de saber para preparar o ser humano para contribuir com o saber o humano por toda a vida.”

Ah, Freud... Você disse isso, mas tem um monte de gente aqui que não ouviu não! Ao invés de aproveitar o “desejo natural de saber”, a gente destrói o desejo de saber nas nossas escolas. Tem menino com dois meses de escola que já aprendeu que tem que “odiar estudar” e “amar as férias”. Aliás, sabe, Sig, um castigo bem comum aqui na nossa terra é esse: “Se não fizer a tarefa, vai ficar sem recreio!”. Sabe o que isso diz para o menino, Sig? Sei que você sabe, mas vou dizer assim mesmo. Diz, claramente, isso: “Estudar é ruim e o recreio é bom! Se você não fizer o que é ruim, te tiro o que é bom!” Por isso é castigo! Quando será que vai chegar o dia em que vamos dizer: “Se não fizer a tarefa vou te mandar para o recreio!” e o aluno vai implorar: “Não professora! Por favor! Eu não quero ir para o recreio! Quero estudar!!!!!!”?? Explica essa, Freud!

**Anton S. Makarenko (educador russo da virada do século XIX):**

“Educar o ser humano é proporcionar-lhe perspectivas, conduzindo-o para a felicidade do amanhã, dentro da disciplina para a construção do caráter, exigindo o máximo da pessoa e respeitando-a ao máximo.”

Maravilhoso! Impecável! Revolucionário! Sabe, Maka, você dedicou sua vida a transformar vidas de meninos “perdidos”. E como você conseguia fazer isso com mestria! Te invejo, Maka, de verdade! Que educador você foi! E como é belo seu conceito de educação! Ah se a gente aprendesse a fazer isso aqui no Brasil!

Viu, leitor, quanta **educação que vale a pena**?! Quanta inspiração para um educador! Quantos caminhos apontados! Mas, ao mesmo tempo, quanta tristeza nos dá saber que isso tudo poderia ser real em nosso país! Como transformar toda essa luz em educação de verdade em um país cujo governo se preocupa mais com pré-sal do que com o pré-escolar, em um país em que o MEC está mais preocupado com os números que tem que apresentar à ONU do que com as vidas dos inúmeros-alunos-números das nossas escolas públicas, em um país cujas famílias já assimilaram o ideal-círculo vicioso de que “o menino tem que estudar para ser alguém na vida” o que, em última instância significa “ele tem que estudar para arrumar um emprego”, como se estudo hoje garantisse um emprego, né Wal??

Quanto mais eu estudo, quanto mais eu tento compreender a educação brasileira, mais me convenço que essa coisa toda não é por acaso. Não pode ser por acaso! Alguém aí pode me explicar quem arquitetou essa conspiração?! POR FAVOR!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# EDUCAÇÃO PARA QUÊ? (VERSÃO 2011: O RETORNO FATÍDICO)

Esta semana, muito insistentemente, muito preocupadamente e, de certa forma, muito desiludidamente, me perguntei qual é o papel da educação hoje. Nossa bela legislação educacional nos diz que

*Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Lei 9394/96).*

A conclusão é mais do que clara. A educação deveria servir para:

- desenvolver plenamente o educando – isso implica os aspectos físicos, intelectuais, emocionais, sociais e espirituais (já que esta última é uma importante dimensão do ser humano);
- preparar plenamente cada indivíduo para o exercício consciente e maduro da cidadania – isso implica o conhecimento e a prática assimilada dos direitos e deveres de cada cidadão brasileiro;
- qualificar o indivíduo profissionalmente – isso implica desde a descoberta das vocações até a adequação dessas mesmas vocações às reais necessidades de mercado e o preparo consistente e atualizado para o exercício profissional.

Essa lei vê o educando, portanto, a partir de três perspectivas: como pessoa, como cidadão e como profissional, sendo que todas elas, obviamente, são imbricadas, correlacionadas, dependentes umas das outras.

Bem, isso é o que diz a lei. Na semana passada, publiquei um artigo que não fazia uma única afirmação. Ele começava perguntando e terminava perguntando. Em seu conteúdo, citei algumas respostas obtidas em uma pesquisa com cem pessoas de diversas idades e níveis escolares. A indicação da pesquisa era simples: os alunos se importam e se incomodam com a vida que os professores levam fora da sala de aula. Isso demonstra que os alunos veem em seus professores mais do que informadores: eles esperam que seus professores sejam **formadores**, especialmente em uma sociedade em que a família faliu e os alunos crescem criados por tribos, gangues, quadrilhas ou pela sorte. Ao final, perguntei se isso não seria merecedor de alguma atenção e sugeri que se deveria pensar no caso.

O resultado do artigo foi mais estarrecedor para mim do que a pesquisa já com vários anos de idade: recebi cerca de 40 e-mails furiosos de professores e não professores cuja mensagem central era: “não quero me comprometer/ não vou me comprometer/ e tenho raiva de quem se compromete com algo além

do mínimo exigido em sala”. Houve apenas dois emeios que apontavam a necessidade de que o professor seja algo além da sala, vindos de professores. Mas, ainda mais estarrecedor foi ler, em alguns emeios, os alunos sendo chamados, de forma indiscriminada, de “emos viadinhos”, “viciados fedorentos”, “prostitutas que vão à escola caçar homem”, “vagabundos”, “desinteressados”, “sem futuro”, “maconheiros abestados”, “cheiradores de cola” e “imbecis”, ente outros “elogios” que não gostaria de publicar aqui.

Um dos emeios afirmava textualmente (na verdade, dos quase 40, é um dos poucos com conteúdo publicável aqui...): *“Estou cagando e andando para o que meus alunos pensam de mim fora da sala de aula. Meu compromisso acaba na porta e é do tamanho do meu salário: mínimo. Não tenho obrigação de ser modelo para uma cambada de viciados sem futuro que eles mesmos não são modelo para ninguém.”*

A argumentação desse leitor-professor (ele falou em “meus alunos”, logo concluí que fosse um professor) é a mesma presente na maioria dos outros emeios e admite uma ideia central – perigosa a meu ver – de que os defeitos e vícios dos alunos justificam:

- a. o desinteresse dos professores pela correção e pela educação plena desses alunos;
- b. possíveis vícios e defeitos dos professores na vida cotidiana;
- c. a desnecessidade de que o professor se mantenha como um modelo de vida para que o compromisso com a educação formadora se concretize.

Sinceramente, e sem demagogia barata, pensei que os defeitos e vícios dos alunos deveriam justificar, fundamentar, obrigar, uma postura de maior comprometimento com a Educação. Mas, o efeito é o contrário.

Que fique claro que não estou aqui tecendo um juízo de valor em relação aos argumentos desses leitores, mas estou levantando uma questão que me parece relevante em função do ponto em foco: se o compromisso do professor com a educação se encerra na porta da sala de aula (e entendo que o compromisso do professor com a educação inclua que ele seja, no mínimo, aquilo que exige de seus alunos, ou seja, um sujeito um pouco mais pleno, cidadão e bom profissional) essa educação preconizada na lei não é possível de ser alcançada. Então, nesse caso, temos educação para quê? Claramente, somos obrigados a aceitar a substituição de um processo formativo por um processo meramente informativo e ponto final. Cada um que cuide de sua vida, seja uma criança na primeira infância, seja um universitário, e dane-se o resto. Afinal, é só isso o que cabe na sala. Pelo menos é o que afirma a educadora Maria Isabel Cunha, em seu livro “O Bom Professor e sua Prática” (o que está entre parênteses é comentário meu, aqui e depois):

Descobri que o caminho para a transformação social na área da educação é duplo: contempla o específico da escola (a sala) e envolve a prática social mais ampla (a vida), que se dá na participação política em qualquer instância. Parece que a visão positivista que nos ensinou a ver na escola seu interior pedagógico e, fora dela, o político ainda está presente entre nós. Esses professores são os que expressam uma visão mais restrita dos problemas educacionais brasileiros. Limitam para si um campo de atuação que não extrapola sua sala de aula, seu laboratório, quando muito o colegiado de seu curso.

Outros importantes educadores e pensadores da Educação expressaram suas ideias sobre a posição do educador de forma muito clara e todos eles foram além da sala-de-aula. Vou citar alguns aqui, apenas para exemplificação do que estou querendo dizer. Não vou nem comentar, uma vez que elas são suficientes por si sós para realçar o que que quero afirmar neste artigo:

*Nem sempre, infelizmente, muitos de nós, educadoras e educadores [...] temos uma prática em coerência com o nosso discurso avançado. Daí que o nosso discurso, incoerente com a nossa prática, vive de puro palavreado. Daí que, muitas vezes, as nossas palavras “inflamadas”, porém contraditas por nossa prática autoritária, entrem por um ouvido e saiam pelo outro. O ponto de vista de uma tal visão da educação, de que resulta ser ela entendida como um quefazer puro, a serviço da formação de um tipo ideal de ser humano, desencarnado do real, virtuoso e bom, é uma das conotações fundamentais da visão ingênua da educação. É da intimidade das consciências, movidas pela bondade dos corações, que o mundo se refaz. E, já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais (Paulo Freire, **A Importância do Ato de Ler**, p. 26-28).*

*O verdadeiro educador não se satisfaz com trabalho de segunda ordem. Não se contenta com encaminhar seus estudantes a um padrão mais baixo do que o mais elevado que lhes é possível atingir. Não pode contentar-se com lhes comunicar apenas conhecimentos técnicos fazendo deles meramente hábeis guarda-livros, destros artesãos, prósperos homens de negócio. É sua ambição incutir-lhes os princípios da verdade, obediência, honra, integridade, pureza – princípios que deles farão uma força positiva para o erguimento da sociedade. Ele quer, acima de tudo, que eles aprendam a grande lição da vida sobre o trabalho altruísta (E. G. White, **Educação**, p. 29).*

*Nas nossas escolas, os alunos comportam-se bem nas aulas de um professor e mal nas aulas de outro. E isso não é de modo algum porque um deles seja talentoso (na sala) e outro não, mas simplesmente porque um é mestre na vida e outro não. (Assim), é necessário não só dar instrução aos pedagogos,*

*mas também educá-los. Independentemente da instrução que dermos a um pedagogo, se nós não o educamos, não podemos contar apenas com seu talento (na sala)* (Makarenko, **Problemas da Educação Escolar**).

*Se você explica uma lição valendo-se apenas de sua autoridade escolar, ninguém o ouvirá* (Freinet, **La part du maitre: huit jours de classe**).

*Aquele professor, sempre disposto a fazer um discursolouvaminheiro sobre suas pequenas façanhas (de sala), em lugar de ajudar na luta real contra o atraso, contribui para sua perpetuação. É espantoso que todos nós estejamos tranquilos, as escolas continuem funcionando normalmente, e que os professores, muito aparentemente conformados, façam o que podem, que é quase nada* (Darcy Ribeiro, **Nossa Escola é uma Calamidade**).

Citações nessa direção poderiam se multiplicar aos milhares aqui. A conclusão a que se chega, nesse caso, é uma só: educação não é o tipo de coisa que caiba numa sala-de-aula. Educação para a transformação social, menos ainda. Se o professor não se acha responsável por nada mais do que os 45 minutos em que expõe conhecimentos técnicos aos seus alunos dentro da sala, não está fazendo educação, pelo menos não nos moldes em que esses famosos educadores a pensaram. Isso me obriga, nessas condições, a chegar à mesma sentença de Freud: “Educar é um ato impossível”. Então, se é assim, manter um sistema educacional para quê? Por pura burrice. E, daqui para frente, vou sim fazer um juízo de valor:

Se é para não ter compromisso com os alunos, se eles não passam de “um bando de viciados sem futuro”, se nossa carreira docente não vai além da sala, se nosso compromisso é do tamanho do nosso salário, seria muito mais inteligente transformar nossas escolas em boates e prostíbulos, que dão muito mais dinheiro! Os ginásios esportivos que elas contêm seriam ótimos para bailes funk e baladas. Professoras e professores podem ter seus contratos alterados para prostitutas, garotos de programa ou pedófilos autorizados, ou ainda garçonetes de boate, cozinheiros de tiragosto, “barmans” ou “barwomans”, bilheteiros ou leões-de-chácara. Eles ganhariam mais e não teriam preocupações outras com os alunos, que virariam seus fregueses. Nessas condições de ausência de compromisso “em nome dos vícios e defeitos de nossos alunos sem futuro”, creio que deveríamos aplicar o dinheiro constitucional da Educação na construção de novos estádios de futebol, sambódromos e parques para festas rave, além, é claro, de cracolândias e bocas de fumo oficiais, bares para menores e respeitáveis estabelecimentos de corrupção moral precoce pelo país. Poderíamos aplicar as verbas do FUNDEB na distribuição de camisinhas, seringas descartáveis ou cachimbos de crack industrializados para nossos infantes “viciados

fedorentos”. Em um estágio avançado do programa, quem sabe, transferir parte desse dinheiro da Educação para tribos, gangues ou traficantes. Se a Educação é só informação, oras bolas!, informação tem na Internet e na TV aos montes! por que manter um dispendioso sistema só para isso?

Quem sabe, assim, tiraríamos um enorme peso das costas de muitos professores do tipo “compromisso mínimo”. Tiraríamos o peso de ter que pensar em ser um modelo ético e moral para seus alunos, o peso do compromisso pessoal com a Educação e **o peso de ter que achar que a profissão que escolheram é algo mais do que uma besta ocupação sem valor social própria para quem não conseguiu ser outra coisa na vida** (sinceramente, esse deve ser um peso terrível para eles!). Afinal de contas, prostitutas, garotos de programa e outros profissionais do “entretenimento”, bem como traficantes, chefes de gangue e outros líderes sociais marginais, salvo engano, parecem não desfrutar desse tipo de drama existencial sobre cobranças morais e éticas para com seus alunos, digo, fregueses... Inclusive, uma prostituta pode ser muito honesta e muito gente boa, mas nunca ouvi falar de uma que recomendasse a um freguês uma confissão ao padre e uma penitência após o pecado cometido...

De repente, acabamos descobrindo que, nesse caminho da ausência de compromisso, conseguiríamos ser um povo ainda mais feliz?! Quem sabe essa não seria a solução para nosso sistema educacional: acabar com ele!! Quem sabe não está na mais absoluta falta de comprometimento a solução para anos de sofrimento, não é mesmo? Afinal, como disse um conhecido de alguma data, “pra que arrumar, se a gente pode esculhambar”?

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A ESCOLA, O PROGRESSO E A VIDA

Já tive oportunidade de dizer isso aqui no portal outras vezes, mas não me canso: é óbvio que o sistema capitalista e seu mito do crescimento infinito são monstros que nasceram com os dias contados. O “crescimento infinito” é uma ideia que já nasceu condenada à morte, por uma questão muito, muito simples: um planeta de recursos finitos não suporta crescimento infinito. Talvez os capitalistas tivessem, um dia, a pretensão de dominar o universo, como gafanhotos que destruiriam também outros planetas para acumular capital até o infinito e ter tanto dinheiro, mas tanto dinheiro, que fossem capazes até de comprar o trono do próprio Deus, por uma boa oferta, é claro, e não antes de um “almoço grátis”...

Embora eu possa estar parecendo dramático aqui, na verdade essa é uma sensação que tenho muito presente comigo quando escuto certos economistas exaltando as virtudes do capitalismo ou louvando o fato de que a China cresce a estupendos 9% ao ano enquanto o Brasil só cresce a 1% ou 2%. Que grande virtude a chinesa: destroem, proporcionalmente, 9 vezes mais recursos naturais que o Brasil por ano, o que, na contagem líquida, deve representar algumas dezenas de vezes a mais de destruição. Maravilha essa tal de China! Por isso existem cidades lá com chuva ácida diária, com poluição insuportável, com rios estupidamente poluídos e lençóis de água contaminados, com terras desoladas pela exploração indevida da biomassa e toda sorte de doenças da poluição afetando os moradores. Ops! Aqui também tem??? Então esse nosso miserável 1% também causa esse arregoço todo? Foi mal aos chineses... Não somos tão diferentes assim, então, quando o assunto é “progresso”!

Na verdade, essa ideia de crescimento sempre contou com os aparelhos ideológicos do Estado (como diria Althusser) para ser perpetuada. A escola sempre foi escrava fiel nesse caminho de estimular, nas crianças, a ideia de infinitude do planeta – a única ideia possível na base do mito do crescimento infinito. Então, nossas crianças sempre aprenderam a competir mais do que a cooperar, sempre aprenderam a produzir mais do que a reciclar e reutilizar, sempre aprenderam que os primeiros lugares são os dos espertos e que as pedras da base da montanha são inferiores às do topo. Foi na escola que aprendemos a matemática da acumulação e da riqueza e foi lá também que nos demos conta, um dia, de que precisávamos do estudo para “ser alguém”. A escola brasileira sempre foi fiel depositária da concepção do berço esplêndido, do “Brasil que nunca acabaria”, de riquezas naturais incomensuráveis e, por isso, desperdiçáveis. Aprendemos na escola que o “Inferno Verde”, a Amazônia era tão grande, mas tão grande, que acabamos achando que ela era também infinita. Aprendemos, ali os números astronômicos das reservas

minerais e da extensão territorial brasileira, que sempre nos deram a ideia de infinitude. Foi lá que aprendemos que o pau Brasil era importante porque tinha dado o nome ao nosso país, embora o fato de que tenha sido quase extinto em sua exploração sempre tenha sido secundário, e aprendemos, igualmente, que as monoculturas e a exploração desmesurada de nossos metais foram muito importantes na formação de nossa economia, em ciclos econômicos que trouxeram o progresso à nação! As cicatrizes de tudo isso sempre ficaram escondidas debaixo do manto do folclore do “bom Brasil caboclo”, filho de todas as raças, país de paz, em que não existe preconceito e em que todos são bem-vindos, exceto os argentinos seguidores incondicionais de São Maradona... Aprendemos na escola, enfim, a acreditar que essa coisa chamada dinheiro é mais importante que uma coisa chamada vida. Isso está na maioria dos livros didáticos, às vezes disfarçadamente e, às vezes, escancaradamente. Está também no sistema de provas e trabalhos, na contagem do tempo de aprendizagem, no tipo de merenda que a escola serve, na forma como ensina a utilizar os recursos didáticos existentes, na ideia de que os gastos com educação são “gastos” realmente e não investimento, e por aí vai.

Mas o fato é que o mundo está chegando ao seu limite e até os deuses capitalistas estão começando a sentir na pele – e, o que é muito mais terrível para eles – no bolso, os efeitos da destruição. A Natureza se volta contra o homem, não de forma consciente, é claro, mas de exatamente segundo a tal lei de ação e reação, aquela da Física que estudamos na escola sem nunca entender muito bem que se aplicava nesse caso também... Enquanto países poderosos do mundo se negam a assinar tratados internacionais de controle ambiental, ou alguns o fazem parcialmente, e alguns, ainda e o que é pior, assinam, mas não cumprem, enquanto o mundo se volta todo para tal crise econômica e busca desesperadamente a volta dos índices de crescimento como solução para os problemas da humanidade, enquanto os ambientalistas, frente à crise econômica começam a ser vistos novamente como radicais anticrescimento, quem é chamada para dar sua contribuição novamente? A escola!

Interessante a situação da escola hoje, em relação a isso: o mundo todo pretende que o crescimento econômico retome seus níveis normais. Basta substituir carros a petróleo por carros elétricos, mesmo que os elétricos, mais tarde, abarrotam o mundo com milhões de toneladas de baterias irrecicláveis repletas de agentes tóxicos e metais pesados. Isso é progresso. E o progresso capitalista, como vimos, se faz na base da destruição. Mas, querem que a escola ensine às novas gerações a arte da preservação. Ou seja: colocaram a escola para brigar com o mundo do capital. Só isso. Simples e fácil assim! Mas, por que justamente agora que a escola está debilitada, enfraquecida, desestruturada e combalida. Talvez, justamente por isso!

Nunca se falou tanto em meio ambiente como se fala hoje nas escolas brasileiras (e tenho notícias de que em outros países também). Cabe à escola, “instrumento legítimo da perpetuação do bom saber”, formar uma consciência ecológica nas crianças. Mas, o fato é que uma consciência ecológica não se coaduna com o sistema de competição da escola. Uma consciência ecológica é, obrigatoriamente, cooperativa, preza pelo reaproveitamento, exige a utilização racional dos recursos e, mais do que isso, preza pelo *senso de suficiência*. Uma consciência ecológica exige a substituição do mito do desenvolvimento infinito pela necessidade de adoção do conceito de “desenvolvimento suficiente”, que é bem mais complexa e profunda que a ideia de desenvolvimento sustentável. Mas, a escola pratica tudo ao contrário.

A escola prega a ecologia, mas abomina que cadernos usados de um ano sejam reaproveitados no outro ano; alunos aprendem a descartar livros e materiais com uma facilidade doentia; trabalhos como maquetes e trabalhos de feiras de ciências são apresentados e jogados fora – reaproveitar os materiais neles utilizados tem cheiro de pobreza; professores exigem trabalhos digitados e impressos somente na frente da página, pois é mais bonito, quando os trabalhos poderiam ser feitos em papel almaço reciclado (que é bem mais fino que o sulfite comum), escritos a mão com tintas à base de água ou mesmo lápis de reflorestamento, nas duas faces da folha, economizando milhões de toneladas de papel todos os anos. Qual o problema disso? A alegação contra o reaproveitamento é meramente estética. A escola incentiva uma competição permanente entre os alunos (há aquelas que dão medalhas aos melhores, chamando isso de incentivo...), competição que vai desde quem tem o material escolar mais caro e bonito, a mochila mais chique e incrementada, até quem tira a maior nota da classe, quando, na verdade, precisamos de cooperação para vencer os problemas atuais do mundo. A escola, da mais simples à mais cara e sofisticada, ensina, por meio de sua prática, os ideais da competição doentia e do capitalismo. Acumular é a regra: acumular nota, acumular prestígio, acumular coisas (chiques e caras, de preferência), acumular “futuro”. A escola prega um mundo melhor, mas pratica o mundo sem futuro. Discursa a ecologia e pratica o desperdício. Defende com a “boca” a união dos homens ao mesmo tempo em que estimula, em todo seu “corpo”, a competição incessante. Por isso sua obra é um fracasso. Por isso a escola não consegue inculcar nos alunos uma nova concepção de mundo, uma concepção de suficiência.

Para que possa cumprir sua mais nova missão de redirecionar as novas gerações para um mundo sustentável, a escola precisa mudar radicalmente seu modo de ser e de agir. Precisa ser uma nova escola em todos os sentidos: desde concepção pedagógica e sua forma de ensino até a maneira

como pratica a conservação ambiental em seu cotidiano. A escola contra o mundo na fachada, mas fazendo o que sempre fez, servilmente, na prática, significará o fracasso total.

E o progresso continua, companheiro! Vamos acabar com a crise produzindo mais, consumindo mais, destruindo mais! Enquanto isso, o que resta do mundo está a ser consumido nas ruas e estradas, nas fábricas, nas plantações repletas de agrotóxicos, no modo capitalista de ser. “Falar contra isso” – ouvi certa vez um economista dizer na televisão – “é ingenuidade. O mundo só pode funcionar assim.”, dizia ele. Bem... então vamos aguardar que a profecia da WWF se cumpra: “Um dia o homem compreenderá que não dá para comer dinheiro.”

*Versão final*

# A ESCOLA, O PROGRESSO, A VIDA – FINAL

Em seu instigante “*Desistir do pensar? Nem pensar!*” (Editora Letras & Letras), Hilton Japiassu faz uma das mais consistentes e valiosas avaliações da ideia de progresso e de suas consequências nas sociedades ocidentais que já li. A certa altura, ele afirma que “*O culto ao futuro e ao progresso representam os dois pilares sobre os quais repousa a religião civil dos modernos.*” E, depois, arremata: “*Ainda hoje, a noção de progresso continua associada às ideias de perfectibilidade, evolução e crescimento, embora não seja mais aplicada automaticamente a uma sequência histórica.*”

Neste livro, Japiassu mostra de forma inquestionável como a ideia de progresso se constituiu como um mito na nossa sociedade. Trata-se de uma análise filosófica impressionante que termina em uma conclusão politicamente correta. Mas, quero ir adiante, de forma não muito “politicamente correta”. Esse mito custou e está custando muito caro para todos nós. Filósofos e historiadores são pródigos em atacar as religiões como fontes inesgotáveis de conflitos e morte. Não questiono; não refuto. Mas nenhuma dessas religiões nos levou tão próximo da extinção como a moderna religião do progresso conseguiu fazer. A ideia de que o progresso, como concebido até hoje pelas sociedades modernas e pós-modernas, está vinculado à perfectibilidade, à evolução e ao crescimento cai por terra diante da mais superficial e ingênua constatação da situação atual do nosso planeta. E não falo apenas da condição ambiental: falo principalmente, da situação social, da parte humana da coisa. Por isso, não é descabido afirmar que religiosos do “progresso ao estilo dos capitalistas”, desse progresso como a quase totalidade de nossas sociedades ocidentais o viram por décadas, são responsáveis por um inescusável crime de “lesa-humanidade” e de “lesa-planeta”.

Partidários do progresso dizem que as ideias de progresso, a Ciência em si e as tecnologias não são culpadas pelas consequências que vemos hoje. A culpa é dos homens que fazem mau uso de tudo isso. OH! Não digam!!! Esse é o argumento mais tosco e ridículo que poderia ser utilizado nessa hora. Equivale a dizer que a bala que matou o rapaz no assalto da esquina não é culpada pelo assassinato. O culpado é o latrocida que apertou o gatilho. Puxa! Se não me dissessem isso, nunca descobriria! Ora, senhores, principalmente os senhores cientistas criadores de bombas atômicas que “nunca tiveram culpa de nada porque só faziam Ciência”, os senhores economistas que apenas avaliam o mercado e nunca têm culpa pelas decisões tomadas, os senhores políticos que apenas seguem conselhos de cientistas e de economistas e, por isso, nunca

têm culpa de nada, entre tantos outros do MSC (Movimento dos Sem-Culpa: o problema que nos rodeia não será resolvido com esse balé de escusas que procura apenas “tirar da reta” as costas de cada um. Todos somos culpados. Do mais ignorante ao mais erudito. Do mais “verde” ao mais “cinza” dos homens. O fato é que essa constatação de culpa – evidentemente maior em uns do que em outros – constatação que alivia tanto nosso desejo de vingar o planeta, não resolverá muita coisa agora. O que precisamos é compreender que o ônibus espacial, o único que faz linha aqui rumo ao espaço, não passa da Lua. E lá, nem água tem... Ou seja, estamos no mesmo barco furado, e enquanto a água entra, muitas pessoas se preocupam mais em achar quem fez o furo do que em tampá-lo.

Essa constatação cotidiana, que faço a cada vez que respiro ou a cada vez que passo em frente a um rio poluído ou a uma praia imprópria para o banho, ou assisto a um derramamento de petróleo nos oceanos ou a uma nova onda de enchentes e furacões “como nunca antes...”, ou assisto aos telejornais que nos contam das mais grotescas barbaridades humanas, me impõe a certeza de que é urgente que o conceito de progresso seja reconstruído. É mais do que necessário entender que o conceito tradicional de progresso está nos levando à extinção e, portanto, precisa ser substituído por uma nova visão do que seja “avançar para o bem”. E não tenho dúvidas de que não é mais possível compreender “progresso” apenas como crescimento econômico ou como aumento da produção industrial, por exemplo. Não se pode, igualmente, compartilhar mais da ideia de que o progresso deva ser medido pelo IDH de uma nação. O progresso não pode ser medido apenas pelos critérios atuais do cálculo do IDH, pois são critérios contaminados, maculados pela ideia tradicional de progresso. Este é um desafio inescapável para a humanidade hoje.

Então, um certo leitor, me perguntou por que “eu jogo tudo nas costas da escola”. Vou me explicar. Na minha pequena cabecinha, a escola é a instituição que, junto com a família (se esta ainda existisse em número e condições suficientes para fazê-lo), se constituem nos fóruns mais apropriados para discutir e reconstruir os conceitos que permeiam as mentes das novas gerações. A escola existe (ou deveria existir) para formar pessoas para vida, ou seja, para preparar o ser humano de hoje para o hoje, e de forma tal, que esse ser humano possa, ainda, estar preparado para o amanhã. A escola é um local de formação e não apenas de informação e, portanto, é o local onde o futuro é gerado, construído, concebido, arquitetado.

O problema, como disse no artigo anterior, é que nossa escola (e nossas universidades também) é toda contaminada com a ideia tradicional de progresso. Isso é patente desde seu currículo, dos conteúdos trabalhados, até sua prática cotidiana. Por isso, ela, do jeito que está, não apenas é imprópria, mas é incapaz – totalmente incapaz! – de trazer esse assunto à tona e de discuti-lo

com a propriedade necessária a uma reconstrução! Isso é terrível e assustador! O maior, mais eficiente e mais eficaz instrumento de reconstrução que possuímos está tão contaminado com a doença que deve combater que, ao invés de curar o doente, faz é deixá-lo cada vez mais doente!

Há quase dois anos, venho escrevendo semanalmente neste portal. Já apresentei razões para mudar o livro didático, os currículos, a modo pedagógico de agir dos professores, o regime disciplinar das escolas, a administração dos recursos financeiros... daqui a pouco vou ter que falar dos jardins da escola por falta de assunto... Mas, aqui eu pretendo resumir, com base no que escrevi nestes dois últimos artigos, essa ladainha toda: *se quisermos reinventar o progresso, precisamos reinventar a escola.*

Nossa escola não permite mais adaptações e atualizações. Ela precisa ser reinventada. Do zero. Fechar a conta, passar a régua e começar de novo. Isso demanda um esforço nacional e muitos gastos. Demanda uma vontade política absoluta e irredutível. Exige uma compenetração total da sociedade e um esforço dos professores e demais profissionais do magistério sem medida. Quem sabe, isso exigiria um ano da vida de nossos alunos. Um ano em que as escolas não formariam ninguém, pois estariam sendo realizados fóruns e audiências públicas em cada escola, reconstruídos os currículos, treinados os educadores para esse novo conceito de educação e, por conseguinte, de escola, tudo com base em um novo conceito de progresso, e isso em um processo harmônico, dirigido pelo MEC, de reconstrução total do que compreendemos hoje por educação no Brasil. Sem isso, ousar afirmar: não tem jeito. Com adaptaçõeszinhas e jeitinhos daqui e dali, com lero-lero e lenga-lenga, como o Governo Federal se contentando porque aumentamos 0,1 ponto no “teste-tal” ou na “avaliação-qual”, vai tudo continuar a mesma porcaria que está, uma porcaria avassaladora do nosso futuro.

Gostaria muito de que me convencessem do contrário. Gostaria muito de estar errado e de que me mostrassem que com meia dúzia de reais e duas ou três ações paliativas a escola brasileira estará pronta para construir gerações que compreendam, finalmente, o que deve significar o progresso, a educação e a apropriada escola. Estou esperando... Alguém aí quer começar?

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A IMPORTÂNCIA DA VERDADE NA EDUCAÇÃO (PARTE 1)

Há três semanas, visitei uma escola pública de Educação Básica para uma palestra com professores e alunos. Como havia muito mais alunos do que professores na audiência, deixei que os meninos dessem o tom da conversa. Comecei a cutucar daqui e dali e eles começaram a se soltar... Bastaram alguns minutos para ver que os alunos cobravam da escola algo que tenho percebido em quase todas as escolas que vou: cobravam a verdade. Mais precisamente: os alunos sentem falta de uma relação existencial honesta entre a escola e eles mesmos.

Hoje, a cada vez que visito uma escola, me é evidente que nossos alunos da Educação Básica (e tenho notado isso também na Universidade), por questões que eu até imagino, mas que não teria como analisar aqui (eis uma boa tese doutoral...), sentem uma necessidade enorme de que as relações entre a escola e eles sejam “relações honestas”. Por que “honestas”? Porque hoje são desonestas, mentirosas, uma farsa, um teatro.

A escola aprendeu a mentir para seus alunos. Faz parte da prática escolar cotidiana fazer com que os alunos acreditem em coisas que a própria escola não acredita, como se tudo aquilo fosse parte de um enorme teatro, um gigantesco pedaço paralelo da vida da gente. Muitas vezes, essa forma de mentir está na prática e não nas palavras. Isso, do meu ponto de vista, é um pecado maior do que assumir abertamente uma maneira de agir. Para mim, é bem pior quando a gente prega a moralidade e vive a imoralidade. Acho que é a isso que a Bíblia se refere quando diz que não podemos servir a dois senhores, pois um deles, certamente, vai ficar mal servido. Entre tantas dessas mentiras da escola, estão algumas como:

- Tudo aquilo que ensinamos é bom e útil para vocês.
- Quem não estuda nunca será ninguém na vida.
- A escola está preparada para dar a vocês o melhor.
- Seus professores são os melhores que pode haver; vocês é que não querem nada com a vida.
- Os melhores alunos são os calados.
- Português e Matemática são coisas mais importantes que Artes, Educação Física ou Religião.
- A memória é mais importante que a criatividade.
- Só há um jeito de ser inteligente.
- O importante é a nota que se tira e não aquilo que se aprende.
- Nossa forma de avaliar realmente diz quem é melhor aluno.
- Nossos livros (e apostilas) são os melhores que pode haver, são quase uma “revelação divina” incontestável.

- A escola é assim, pois essa é a melhor forma de ser e isso não está em questão.
- Os pais não participam da vida escolar porque não têm interesse na vida de seus filhos.
- Alunos pobres aprendem menos porque passam fome e não têm material escolar bom.
- Fazer o que eu digo é mais importante do que fazer o que eu faço.
- Mentir é necessário.

Como disse, essas mentiras não são abertamente declaradas e assumidas pela escola. Mas, se observamos como as coisas acontecem no cotidiano escolar, as encontramos lá, fortes e atuantes. E, o que mais me impressiona, é que os alunos percebem isso mais do que os professores. E eles, os alunos, por isso, parecem sentir mais a falta de um relacionamento mais verdadeiro, mais existencial com a escola e com os professores, embora professores reclamem disso quando falam de seus superiores hierárquicos. Foi isso, justamente, que eles cobraram no dia em que estive na tal palestra de que falei lá atrás. Uma das alunas disse assim: “A gente zua com a escola, porque a escola zua com a gente. A gente não queria que fosse assim, mas é.”

O que essa aluna estava querendo dizer com isso? Ao longo da conversa, a coisa foi ficando mais clara. Na cabeça dela e dos outros que estavam ali, a escola não age para com os alunos com a sinceridade que deveria. Os alunos são tratados, segundo eles mesmos, “de “forma mascarada”. Declarações como “escondem as coisas da gente”, “a gente nunca sabe o que está acontecendo”, “a gente nunca sabe para quê está fazendo aquilo”, “a única coisa que dizem para gente é que a gente tem que fazer” e “dizem assim: se vocês soubessem o que é bom, vocês seriam os professores” foram frases que anotei durante a conversa.

Do que os autores das frases do parágrafo anterior estão reclamando? Da falta de uma relação verdadeira, em que os problemas e as soluções sejam compartilhados, em que aquele sujeito que adentra a sala de aula como “professor” seja tão verdadeiro e tão amigo que possa dizer o que realmente acredita, o que realmente sente e o que realmente está acontecendo na escola, sem precisar fingir, mentir, representar. Percebem que isso demanda uma mudança de concepção filosófica na relação educativa? E, por que não dizer, das relações humanas contidas na relação educativa.

Senti isso na pele recentemente, pois na Universidade não é diferente. Há algumas semanas, me senti muito ofendido com um acontecimento que envolveu meu nome. Escrevi uma carta aos envolvidos (e só a eles), explicativa, mas de caráter pessoal e incisivo, em que esclareci minha concepção de vida, minhas convicções, minhas crenças e as razões que me impediriam de ter feito aquilo de que fui veladamente acusado. Fui sincero e expus o problema, de meu ponto de vista, da forma mais clara e pessoalizada possível. Joguei

fora a “fantasia” e abri, na relação profissional, um espaço para compartilhar **vivências reais**. A resposta que obtive foi: a. que isso foi de péssimo gosto (se preferia a formalidade hipócrita e a total exclusão de sentimentos, se é que isto é possível, pois isso seria “mais profissional”); b. que nada disso interessava, pois ali só o que importava era a “cartilha”; c. que eu era um infeliz. Uau! Que resposta coerente com a prática cotidiana! Perfeita e perfeitamente esperada, na verdade. E, foi isso mesmo o que recebi como resposta. Por escrito.

Ou seja: é evidente que grande parte das pessoas que compõem escolas e universidades, hoje, tem medo de se ver expostas numa relação educativa verdadeira, existencial, real. Principalmente naquelas em que elas seriam obrigadas a aprender, a reconhecer sua ignorância e seus erros! Por quê? No meu ponto de vista, simplesmente porque se acostumaram a isso como padrão de suas vidas profissionais (não quero aqui falar da vida pessoal de ninguém, que pode até ser pior...). No fundo, a “cartilha” é uma boa forma de justificar nossos erros e defeitos, inclusive os de caráter. Já, como os alunos sabem que estão na escola justamente para aprender, que são os “ignorantes por excelência”, sentem falta, justamente, desse aprendizado existencial, verdadeiro, real.

No Brasil, a escola criou uma enorme fantasia vermelha de bolinhas amarelas na qual se esconde (e a Universidade também). É como um manto enorme, gigantesco, como uma lona de circo, que tem um furinho lá no topo, que só dá para passar uma cabeça, uma só cabeça lá em cima, a do diretor (ou do reitor), que é a única que pode ficar para fora. Bem pertinho da boca da fantasia, lá em cima mesmo, mas pelo lado de dentro, fica um bolso com zíper e cadeado. Nesse bolso, de que só o diretor (ou o reitor) tem a chave, fica uma máscara tosca de nariz, bigode e óculos, dessas de plástico, de poucos centavos, que se compra para festas infantis para colocar nas sacolinhas que os meninos convidados levam para casa. Lá fica também uma perna de meia-calça fina, dessas de mulher, dessas que os bandidos colocavam na cabeça antigamente. A máscara fica lá, pois toda vez que o diretor (ou o reitor) tem que botar a cara para fora, tem que colocar o nariz, o bigode e o óculos. É a cara que o mundo vê. Quando o diretor (ou o reitor) enfiam a cabeça para dentro do manto para conversar com “os seus”, guardam a máscara de nariz, bigode e óculos no bolso, pegam a perna de meia-calça fina e enfiam na cabeça até o pescoço. Aí já não se pode garantir mais nada, pois dentro da fantasia tudo está velado e o que vale é a “cartilha”. É por isso, que o diretor (ou o reitor), que, antes do cargo, eram professores que a gente conhecia tão bem, agora já não são mais reconhecidos entre os seus e ninguém entende bem se ainda são a mesma pessoa, pois a gente achava que eles não seriam capazes de fazer o que estão fazendo agora. É culpa da perna de meia-calça enfiada na cabeça até o pescoço. Ela atrapalha quem olha de “fora para dentro”, mas

também torna a visão de “dentro para fora” bem difícil. Por outro lado, quem ousar colocar a cabeça para fora da fantasia da escola, não sendo o diretor (ou o reitor), mesmo que por baixo das barras do manto, será considerado e punido com um herege. Se for um aluno, será um subversivo sem futuro. Afinal, tudo está bem, se o mundo lá fora enxergar apenas nossa bela e enorme e assustadora fantasia vermelha de bolinhas amarelas, com uma cara de nariz, bigode e óculos lá no topo. Tudo estará bem, exceto um simples detalhe: isso tudo não é educação. Faltará apenas uma coisa: a verdade.

Hoje, nossos alunos enxergam claramente que as lições que adquirem fora da escola são muito mais importantes do que aquelas que aprendem dentro da escola. Fora da escola, a vida é a vida; dentro da escola, a vida é um teatro, e presta para muito pouco. Até quando?

*Versão final*

# A IMPORTÂNCIA DA VERDADE NA EDUCAÇÃO (PARTE 2)

Escrevi essa pequena alegoria há uns dez anos. Peço, caro leitor, sua leitura atenta como introdução ao tema de hoje:

*“Em tempos imemoriais, quando a Ordem começou a reinar sobre a Terra e o primeiro par de homens iniciou sua jornada, duas forças maléficas terríveis uniram-se em matrimônio para combater os efeitos da Ordem. O Medo e a Restrição foram um e tiveram uma filha chamada Ignorância. A Ignorância cresceu de forma espantosamente rápida e, como uma grande guerreira ampliou seus domínios por toda a face do Planeta, não poupando nem mesmo o primeiro casal.*

*Mais, ou menos na mesma época do nascimento da Ignorância – na verdade, um pouco antes – a Coragem e o Labor haviam-se unido e tido dois filhos: o Conhecimento e a Realização. O Conhecimento, o filho mais velho, logo aprendeu de sua mãe a necessidade de enfrentar frontalmente os efeitos maléficos da Ignorância, e aprendeu também, mas de seu sábio pai, que isso não é possível sem que haja grande esforço e dedicação do combatente. O Conhecimento entendeu, então, que para salvar a humanidade de sua triste sorte como herdeira da Ignorância, precisaria enfrentar uma incessante guerra contra esta que se havia tornado na mais cruel e implacável doença da humanidade, muito pior do que a lepra, muito pior do que o câncer, muito pior do que a AIDS: a Ignorância, o maior flagelo da humanidade em todos os tempos. O Conhecimento pediu ajuda de sua irmã Realização, sendo que ele, o Conhecimento, ia à frente nas batalhas, abrindo caminhos por entre as tropas da Ignorância, matando, ferindo, dilacerando, e a Realização vinha atrás, curando as dores, tratando os feridos, restabelecendo a alegria nos povos.*

*A Ignorância percebeu rapidamente que sua força pessoal poderia ser vencida pelo filho mais velho da Coragem e do Labor, e que a Realização apagava com muita eficiência os efeitos maléficos deixados por sua desalentadora passagem. Então, a Ignorância houve por bem unir-se ao Ceticismo, com o qual teve dez filhos: o Preconceito, a Desesperança, a Descrença, a Conformação, a Ansiedade, o Orgulho e seu irmão gêmeo o Pedantismo, a Corrupção, a Intolerância e sua irmã gêmea a Guerra. Os filhos da Ignorância aprenderam muito rapidamente as graves e terríveis lições de seus pais: andem sempre juntos, atuem sempre em uníssono, transformem os homens em seres brutais, subvertam-lhes a fé no divino e neles próprios, desestimulem-nos a crescer, conformem-nos com a situação miserável em que vivemos,*

*façam-nos acreditar que o mundo é isso mesmo que nós construímos e que, portanto, eles não podem ser melhores do que são.*

*Como se trata de uma família que procria como os cardos, as baratas e outras coisas ruins, em pouco tempo os filhos da Ignorância e do Ceticismo também se uniram a outros seres que, por essa época já habitavam a Terra e tiveram, por sua vez, seus próprios filhos:*

*O Preconceito uniu-se ao Desamor e gerou as Castas Humanas, a Separação e a Desunião.*

*A Desesperança uniu-se à Fraqueza e gerou a Depressão e o Desespero.*

*A Descrença uniu-se ao Imediatismo e gerou a Finitude e o Despropósito.*

*A Conformação uniu-se à Preguiça e gerou a Miséria, o Imobilismo e a Mediocridade.*

*A Ansiedade uniu-se à Falsa-Modernidade e gerou as Almas Conturbadas.*

*O Orgulho uniu-se ao Status e gerou a Mosca Azul.*

*O Pedantismo uniu-se ao Desconhecimento-de-Si e gerou a Intriga, a Humilhação e a Vergonha.*

*A Corrupção uniu-se ao Poder e gerou os Enganos, as Assolações Sociais, a Pobreza-Acariciada e a Imoralidade.*

*A Intolerância uniu-se às Armas e gerou a Separação dos Povos. Depois, a Intolerância juntou-se com sua própria irmã, a Guerra, e gerou a Mortandade, a Pestilência, o Terrorismo e a Dominação.*

*Todos esses filhos e netos da Ignorância e do Ceticismo sempre foram muito ativos na História. Também sempre foram muito ativos na luta contra o Conhecimento e a Realização. O problema é que os métodos são – e precisam ser – diferentes. Enquanto a Ignorância e o Ceticismo – e seus filhos e netos – atraem os homens com ilusões e facilidades (por exemplo, a Corrupção ilude os homens com a riqueza fácil e a Guerra ilude os homens com a paz), o Conhecimento, por outro lado cobra-lhes um alto preço.*

*O Conhecimento é um remédio que machuca. Ele rasga o peito e abre a mente de maneira dolorosa. Ele delata nossas fraquezas e aponta-nos em que estamos errados. O Conhecimento fere o fundo da alma e, para poder extirpar as raízes e cicatrizes deixadas pela Ignorância e sua família, ele procede uma operação cruel, sem anestesia, um arrancar abrupto, que decepa de nós pedaços de nossa carne, de nossa alma e de nossa História. Somos queimados vivos, sentindo a dor que cauteriza as feridas da Ignorância e humilifeitos diante dos homens e de nós mesmos, sendo obrigados a reconhecer o quanto somos falhos e a prometer que um dia seremos melhores. O Conhecimento lança em rosto, esbofeteia, faz gemer a alma com dores indescritíveis e pungentes que nos atordoam e exigem tempo para ser assimiladas. O Conhecimento provoca náuseas diante do Mundo, remorsos face ao*

*passado, angústias frente ao futuro e nos recompensa apenas com a certeza da fragilidade diante do tamanho da obra a ser feita, com a percepção da imensidão do esforço a ser desempenhado, com a contraposição disso tudo às nossas deficiências – mas coroa-nos com a certeza de que, a despeito de tudo isso, o caminho é possível de ser percorrido.*

*Não é de espantar que tantos fujam do Conhecimento. Como diria Claudiano, “Vivitur exiguo melius”, ou seja, vive-se melhor na Mediocridade. A Mediocridade cria no homem a mesma sensação de completude que o Conhecimento abomina. A Mediocridade ilude com a sensação de obra acabada, de homem-acabado, que o Conhecimento repele. O Conhecimento traz responsabilidade e esta traz dor. A Mediocridade, filha da Conformação, é mãe da Desculpa, a perene Desculpa-do-Não-Sabia.*

*O problema é que, mesmo sem querer, agora você sabe... Você sabe dessa batalha incessante, na qual não poderá – nunca! e nunca! – ficar neutro. Ou abrirá o peito ao Conhecimento – e sofrerá! – ou será mediocrementemente feliz, como herdeiro da Ignorância.”*

Lembrei dessa pequena alegoria em função de uma reportagem recentemente publicada na Revista Superintendente de junho, intitulada “Alunos nota R\$ 10”. O subtítulo explicativo dizia: “A indústria dos trabalhos universitários comprados cresceu, se profissionalizou e se globalizou. Saiba como milhares se aproveitam dela e por que é difícil resolver esse problema”. Essa impressionante reportagem mostra, de forma clara, como milhares e milhares de universitários – pretensamente as pessoas mais “iluminadas” da sociedade, têm se autoenganado em sua formação, esquecido a luz e caminhado bobamente nas trevas da ignorância, perdendo a preciosa oportunidade de construir um trabalho científico e se contentado com a farsa, mentirosa e tola, de comprar e apresentar um artigo, uma monografia, dissertação ou tese encomendados.

Só isso já é tão deprimente que bastaria para fechar este artigo. Mas ando muito preocupado com o fato de que isso se multiplica na Educação Básica também. Esta semana, conversei com um feliz dono de *lan house* que se especializou em baixar trabalhos da Internet e “formatar” para os alunos ao preço de 2 reais a folha. Segundo ele, o negócio é deixar o material baixado com cara de “texto digitado” e não de “texto baixado”. E, segundo ele, os professores aceitam a farsa numa boa. Ele disse que muitos professores frequentam a *lan house* e sabem até quem são os alunos que compram os trabalhos, mas não ligam. Outra preciosa oportunidade de formação jogada fora!

O que gostaria de mostrar aqui é que essas “facilidades” da modernidade não são, na verdade, facilidades. Quando o assunto é conhecimento, não dá

para tomar “bomba” como se toma na academia, nem dá para colocar uma prótese de silicone no miolo! Um menino que entra na academia e quer virar um “monstro musculoso” em dois meses, toma bomba, ingere tudo quanto é porcaria, alguns até injetam silicone industrial nos músculos. Se ele sobreviver, é possível que fique aparentemente musculoso, embora possa ficar estéril, impotente, com problemas cardíacos e morrer ainda na juventude. É um preço muito alto para posar para meia dúzia de fotos e ficar algumas horas se admirando no espelho. Mas, engana. E tem muita gente que entra nessa por ignorância.

Mas, quando o assunto é conhecimento, nem isso dá. Não dá para enganar. Não adianta ter diploma. Se você é uma “anta”, basta abrir a boca que isso fica evidente. Conhecimento não se constrói com suplemento vitamínico. Uma formação sólida não se faz com pressa ou por falsificações. Não dá para ser bom em alguma coisa (quando falamos de conhecimento) sem um árduo esforço. Isso é uma lei natural. Não dá para fugir dela!

Então, vejo esses cursos de formação-às-pressas de professores, só para fazer número no MEC. Me horrorizo! Vejo como as licenciaturas estão ficando cada vez mais permissivas. Tudo agora se resolve na forma da choradeira e dos famosos trabalhos-que-não-dão-trabalho. Aqueles professores severos, que cobravam para valer o conhecimento e a presença do aluno em sala estão fora de moda. A desculpa é, normalmente, que “não dá tempo”, mas a essa se agregam desculpas mais “pedagógicas” como “não existe uma forma só de educar” e “o que interessa é o que o aluno apresenta no final”. Seria esta a *contradição por excelência* da era digital: na era em que tudo é mais rápido de se resolver, não dá tempo para se dar formação de verdade às pessoas, portanto qualquer porcaria virou coisa boa?! Até os vestibulares para as licenciaturas estão cada vez mais frouxos... Que espécie de professores serão formados? Que espécie de alunos esses professores formarão?

Os professores rígidos (não os idiotas ou pedantes: apenas os rígidos, os sérios, os que levam a coisa sem mesquinharia e sem farsas) tem cada vez menos espaço nas escolas. São uma “velharia”. Aqueles que compreendem que conhecimento sólido exige esforço de verdade, que sem muito estudo e concentração e trabalho-árduo-diário e suor e lágrimas não se chega lá, esses saíram de moda. A moda agora é ser “bonzinho”, até para não levar um tiro!

Por outro lado, os próprios professores têm se contentado com muito pouco em relação a si mesmos. Com a desculpa, mais uma vez, do tempo que nunca sobra, nossos professores estudam cada vez menos, leem cada vez menos, se ocupam cada vez menos de qualquer conhecimento que extrapole – mesmo que minimamente – suas obrigações de sala. E quando o assunto é aumentar o salário com uma titulação, tenho visto – com enorme assombro!

– que aí se procuram os cursos do tipo pagou-passou, pós-graduações de final de semana (algumas delas de UM final de semana) e está tudo certo. Se o salário aumentou, a gente nem tem vergonha de dizer que é especialista ou mestre ou doutor. Especialista em quê? Mestre em quê? Doutor em quê? Em “pegar atalhos”? Mais uma vez o “ter” suplantou o “ser”. Em educação, isso é um veneno mortal.

Isso não pode ser assim. Um professor tem que ter, em relação ao conhecimento, a mesma necessidade que tem em relação à água e ao ar! É outra lei natural. Ele precisa respirar conhecimento, beber conhecimento, sentir-se diariamente desejoso de conhecimento! Nada deveria ser capaz de afastar um professor de seu amor pelo conhecimento. Mas, o que fazer se, lá do ensino fundamental, ele já trouxe consigo a prática do “atalho”?

Creio que há um conto de fadas que pode salvar nossa educação: Chapeuzinho Vermelho. Se tão-somente as pessoas compreendessem que o Lobo Mau mora no atalho! Pelo caminho mais longo sempre, professores e alunos! Pelo caminho mais longo sempre! Pode ser que ele seja mais comprido e demorado. Tenho certeza de que ele é mais doloroso e cansativo. Mas também é o único que, ao seu término, trazendo vitória ou derrota, garante um final honroso para quem o percorreu. Aqueles que preferirem o atalho, certamente encontrarão o Lobo Mau. E, quando o assunto é a construção de um conhecimento sólido, vigoroso, valioso e transformador, esse Lobo Mau pode também ser chamado de Mediocridade. E, atenção: se você foi pelo atalho e encontrou com esse Lobo Mau, pode estar certo: ele vai devorar você, impiedosamente. Na verdade, pode ser que ele já esteja fazendo isso... é mesmo uma pena...

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A IMPORTÂNCIA DA VERDADE NA EDUCAÇÃO (PARTE 3)

Esta semana fiquei realmente inconformado. Um sujeito que leu um dos artigos anteriores, membro de uma dileta academia brasileira (pelo menos assim se apresentou...), me escreveu dizendo que eu falava da “verdade” como se ela já tivesse sido plenamente definida pela Filosofia, como se ela existisse realmente e não fosse relativa, e o cara começou a querer puxar uma discussão filosófica sobre “o que é a verdade”. Haja paciência! Aff... Tive que sugerir ao sujeito que fosse discutir com Umberto Eco, que gosta desse tipo de complicação... Quando eu falo da “verdade”, aqui e nos dois artigos anteriores, falo é daquela verdade do senso comum mesmo (o mesmo senso comum que o Nietzsche dizia que odiava, mas não conseguia fugir dele), aquela que a gente quer quando se relaciona com alguém (tema do primeiro artigo), daquela “formação de verdade” que a gente espera quando alguém vai se preparar para vida em uma escola ou universidade. Falo dessa verdade que sua vó reconhece quando vê, que o bêbado da esquina, o menino da pré-escola e agricultor analfabeto do interior do Ceará identificam imediatamente quando olham para ela. Aliás, sobre esse tipo de “problematização acadêmica”, sobre essas tentativas de relativizar as coisas, de complicar o simples, de complexizar o óbvio, penso o que Nietzsche pensava: tudo isso não passa de uma farsa cuidadosamente elaborada para esconder as próprias fraquezas e mazelas, uma espécie de teatrinho besta de gente pequena.

É por meio de palavras difíceis, citações que se pretendem inteligentes e incontestáveis e perguntas irrespondíveis que a Academia desvia o assunto de si mesma e da vida para discussões infundáveis e tolas que nunca chegam a lugar nenhum próximo da realidade, da dor e do sofrimento das pessoas. Trata-se de subterfúgio de gente fraca e cínica essa mania de ficar discutindo o indiscutível pela eternidade. Como diria o próprio Nietzsche, “O cinismo é a única forma sob a qual as almas baixas roçam o que se chama sinceridade” (em “Além do Bem e do Mal”).

Esse cinismo acadêmico com que muitos ditos “cultos” encaram as coisas simples da vida tem impedido as escolas e academias a proporcionar a resposta que deveriam à sociedade que nelas acredita e nutre, ainda, alguma esperança. Isso é um tipo de delinquência. Uma parte daquilo que Maurício Tragtemberg chamou de “delinquência acadêmica”. Nas palavras dele:

*“A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os fins formativos*

*são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, onde «administrar» aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em “Cemitérios de Vivos” (em “Sobre Educação, Política e Sindicalismo”).*

Essa prática que deixa de lado a verdade mais óbvia das necessidades humanas e foca apenas a “forma de fazer” as coisas cientificamente, a “forma de discutir” as coisas com propriedade e a “forma de produzir” coisas válidas (ou, mais propriamente, a forma de validar as estupidezes produzidas), essa prática que dá relevo cada vez maior e importância cada vez mais incontestável à “masturbação acadêmica ininterrompível” como forma de demonstração de saber e, quando aplicada, como forma de dominação e assujeitamento (e fica cada vez mais fácil entender porque muitos acadêmicos cínicos se referem tanto “ao suor de suas conquistas”... Pois eu digo deveriam também se referir aos calos e pelos nas mãos...), essa prática funesta é parte integrante dessa delinquência. Trata-se de uma “delinquência de manutenção”. O lema parece ser: “Está bom como está e, sabendo-se jogar o jogo, a gente pode tirar bom proveito disso”. Aí, quando aparece um doido dizendo que não está bom, os vigilantes do sistema logo se manifestam em busca de “discussões aprofundadas” sobre o valor da verdade. Quanta dó (no meu vocabulário “dó” é substantivo feminino!) eu sinto disso!

Por que a escola e a academia fazem tanta questão de preservar suas máscaras, afinal? Por que esses critérios visíveis e invisíveis a que Tragtemberg se refere são tão caros a elas? Bourdieu responde isso magistralmente: “Não há poder simbólico sem uma simbologia do poder. Em consequência, o exercício de um poder simbólico se faz acompanhar por um trabalho sobre a forma.” (em “A Economia das Trocas Linguísticas”). Poderia haver retrato mais fiel de nossa educação? Certamente não! Tudo é “forma”, tudo é exercício mesquinho e cínico de poder simbólico; a relação com a realidade não interessa; a verdade da minha vó, do bêbado da esquina, do menino da pré-escola e do agricultor analfabeto não interessa. O nosso umbigo, mesmo sujo, é sempre o mais cheiroso! Delinquência. Pura delinquência. E do pior tipo: acalentada, alimentada, cuidadosamente protegida em nome do “saber” e da “educação”. Que saber? Que educação?

A prática da verdade na educação brasileira é uma necessidade urgente. Todos aqueles que vivenciam a educação sem querer tirar proveito dela, mas com a vontade de transformar vidas ou de ter suas vidas transformadas sem necessidade disso. Precisamos de relações verdadeiras entre dirigentes,

educadores e educandos; precisamos de formação de verdade para dirigentes educadores e educandos; carecemos de um enfrentamento objetivo e verdadeiro de nossos problemas, sem desvios cínicos de foco, assumindo nossas mazelas e aceitando nossas deficiências como ponto de partida para uma revolução.

Uma vez, uma professora me perguntou o seguinte: “Professor, se tanto já foi escrito sobre nossa educação, se tanto já foi dito, se sabemos todos os nossos problemas, por que nossa educação não muda?”. Respondi a ela: “Você conhece ou já ouviu falar de algum líder espiritual cristão (padre, pastor, presbítero, etc.) que seja safado, adúltero ou caloteiro?” Imediatamente ela respondeu: “Claro que sim! Muitos!”. E eu disse: “A bíblia que eles carregam debaixo do sovaco, para cima e para baixo, condena tudo isso. Eles sabem disso. Eles repetem isso todos os dias. Por que eles não mudam?”. Ela me disse, então: “Não sei.” E eu completei: “Eu acho que é porque não basta saber algo para transformar a própria realidade. É preciso aceitar o que se sabe, fazer aquilo tomar parte da nossa vida; mais do que “ter” um saber, é preciso “ser” aquilo que se sabe. É por isso que nossa educação não muda: sabemos tudo sobre nós mesmos, mas poucos de nós tem tido a coragem de aceitar o que somos, o que é imprescindível para mudar alguma coisa. Quer provas? Experimente, por exemplo, dizer a um professor universitário incompetente que “ele é incompetente que tem que estudar mais”. Chame seu diretor ou reitor corrupto de “corrupto” e diga que “ele tem que mudar sua forma de agir”. Aponte a preguiça de seu aluno preguiçoso como causa do fracasso escolar dele. Saber o que somos, certamente, não resolve o problema.”.

É aí, justamente, que essa verdade clara e simples, essa “verdade-de-ser-verdadeiro”, de ser honesto consigo e com os outros entra na história. Ou foi justamente aí que ela saiu...

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A ESCOLA E O EGOÍSMO

*“Sabe, porém, isto: que nos últimos dias sobrevirão tempos trabalhosos. Porque haverá homens amantes de si mesmos, avarentos, presunçosos, soberbos... ingratos... sem afeto natural... caluniadores, incontinentes, cruéis, sem amor para com os bons, traidores, obstinados, orgulhosos, mais amigos dos prazeres do que amigos de Deus, tendo aparência de piedade, mas negando a eficácia dela” (II Timóteo 3: 1-5).*

Estamos em uma sociedade capitalista e selvagem. Logo, nossas crianças devem ser ensinadas a competir, pois a sociedade é competitiva. Devem ser educadas em uma escola em que a competição seja a base da educação. Certo? Não! Estupidamente errado! Vamos começar de novo... Mas, para recomençar a conversa, gostaria que você meditasse um pouco nessas três citações de José Saramago:

“O único progresso verdadeiro é o progresso moral. O resto é simplesmente ter mais ou menos bens.”

“Independência absoluta não existe. Vivemos numa sociedade de interdependências que se expandem em progressão geométrica.”

“O homem deixou de respeitar a si mesmo quando perdeu o respeito por seu semelhante.”

O recomeço, agora:

Estamos em uma sociedade capitalista e selvagem. E podemos fazer com que ela piore, tornando-se insustentável em suas bases de autofagia egoísta e impiedosa. Mas, também podemos aprender a viver pelos princípios da cooperação e da solidariedade. Isso seria, por exemplo, dar às nossas crianças a dimensão exata de que conceitos como “a nova ordem mundial”, “as necessidades da economia” e “as exigências da segurança global” são parte de uma ficção forjada para justificar a brutal exploração, pelos povos ricos, à qual são submetidos os povos pobres. É preciso enxergar, igualmente, que essa ficção se materializa impiedosamente nas relações entre indivíduos com poder e indivíduos desprovidos de poder, em que a vida destes serve apenas para alimentar os desejos egoístas daqueles.

Ficou bem melhor!

A escola é um lugar propício para o aprendizado da cooperação e da solidariedade. Entretanto, práticas cada vez mais comuns como dar medalhas aos melhores alunos de cada classe, louvar permanentemente os “bons alunos” em detrimento dos “maus” ou alardear as maiores notas de cada prova, exaltando os “vitoriosos” e humilhando os “fracassados”, estão longe de motivar

os fracos a ser como os fortes, justificativa furada que ouvi várias vezes. Ao contrário, essas práticas desenvolvem dois tipos bem distintos de sentimentos entre os alunos: o individualismo egoísta e pedante nos “vitoriosos” e o conformismo resignado nos “fracassados”.

Ao invés disso, a escola deveria mostrar que todos os alunos de uma sala são responsáveis pelo sucesso e pelo insucesso da vida social, logo, são responsáveis pelo sucesso ou insucesso dos colegas. Esse sentimento se chama solidariedade, que é, em essência, o reconhecimento de não estar sozinho e de ser também responsável pela felicidade alheia.

Alunos de excelente aproveitamento deveriam ser constantemente orientados a cooperar com seus colegas de aproveitamento inferior, trabalhando em grupos especiais em que aqueles que pouco sabem certamente aprenderiam o que precisam e os que muito sabem aprenderiam muito mais, pois ensinar é, reconhecidamente, a melhor forma de aprender. Da mesma forma, deveria ser evitada, com todas as forças, a formação de grupos de “bons meninos” e grupos de “maus meninos” para a realização das tarefas. Esse tipo de prática segregacionista é um bom fermento para os preconceitos da vida adulta.

Outra coisa que me irrita muito é classificação de alunos em turmas do tipo A e B, em que a divisão não é aleatória, mas fruto de “minucioso estudo” das notas do ano anterior, resultando em classes em que os A são mesmo “A” e os B são taxados de burros (parece que o “B” é mesmo proposital...). Uma atitude terrível.

Lembro-me de uma turma que tive em uma escola pública em Porto Velho, em que a supervisora não ia muito (ou nada...) com minha cara. Eu estava desenvolvendo um projeto especial de ensino de 4ª série fundamental sem livro didático, e acho que isso a irritava de alguma forma. De qualquer maneira, o que interessa aqui é que, no outro ano, “ganhei” uma turma de cinquenta e quatro alunos “B” e “C”. As palavras da supervisora foram – eu as anotei em meu diário: “Quero ver o que você vai fazer agora com o seu projetinho, numa sala com cinquenta e quatro burricos raspados do fundo do tacho do capeta!” Foi uma experiência maravilhosa! Nunca pensei que houvesse tanta coisa boa, criativa, produtiva e emocionante a fazer com a raspa do tacho do capeta... Mas, nunca pude esquecer a frase daquela senhora. Seu enunciado evidenciava enormes distorções em relação ao que seria Educação. As mais graves, para mim, sem contar o desprezo pelo projeto construtivista que eu levava a cabo ali, foram:

- a) alunos de baixo aproveitamento são pessoas ruins;
- b) alunos de bom aproveitamento são pessoas boas;
- c) alunos de baixo aproveitamento são um castigo para o docente;

- d) alunos de bom aproveitamento são prêmios para o docente;
- e) alunos de baixo aproveitamento atrapalham o desenvolvimento de alunos de bom aproveitamento;
- f) a cooperação não é eficaz como instrumento educacional, pois só se leva em consideração a relação aluno x professor;
- g) as autoridades escolares têm direito de jogar com a vida dos alunos para realizar seus desejos inconfessáveis.

E o pior é que muitas destas distorções aparecem espalhadas por aí, camufladas nas mais diversas atitudes aparentemente simplórias, como a citada “dar uma medalha ao melhor aluno da escola”.

A primeira coisa que precisei fazer, para poder trabalhar – e já trabalhando! – foi a descoberta de lideranças e a divisão da turma (enorme!) em grupos de trabalho. Nesses grupos de trabalho a cooperação era a regra, pois todos eram responsáveis por todos. Num ambiente cooperativo, o aproveitamento dos mais fracos surpreendia até a própria senhora. No meio do ano, inconformada, ela propôs um “campeonato” entre turmas, para medir o aproveitamento e testar a “raspa do tacho”... Coincidentemente, o tal campeonato só foi feito com as quartas-séries... Por que será? O resultado foi o que eu previa: com dois bimestres de trabalho cooperativo, a raspa do tacho superou os outros alunos em muitos quesitos e foi superada em outros. Nossa turma ficou em segundo lugar no campeonato, que tinha três classes: duas de tamanho normal, com 35 alunos do tipo “A” (isso parece conversa de leiteiro: aluno do tipo A, aluno do tipo B... integral e desnatado não tem?) em média, e a minha enorme classe de 54 meninos maus, escolhidos a dedo para me castigar. Pedi outra competição no final do ano. Só queria mais dois bimestres para trabalhar os alunos. Não sei por que me negaram tão singelo pedido...

O fato é que a vida fora da escola, nas empresas e na sociedade, por si só, dá conta de ensinar às pessoas a lei do mais forte, a competição selvagem como meio de sobrevivência. Se a escola pega o mesmo rumo, a sociedade se torna insuportável, como é a adoentada sociedade norte-americana.

A escola precisa preparar para a vida. E preparar para a vida, aqui, significa preparar para resistir a essa selvageria que tem tornado nosso mundo doente também, já que nem tudo o que é bom para os americanos é bom para nós... Assim, preparar para a vida, neste tema, significa ensinar a cooperação e a solidariedade como preceito de vida.

Todas as vezes que nossa escola consegue fazer isso, o resultado vai muito além da melhoria de aproveitamento nas disciplinas; a melhoria chega à construção geral de elevados valores morais e éticos pelos alunos, o que os torna, aí sim, aquilo que podemos chamar de *bons meninos*. Aí eles começam a entender que a frase popular “cada um por si e Deus por todos” é uma grande

besteira! Simplesmente porque nenhum “deus bom” que se conheça habita onde reina a desunião, a violência e o individualismo, especialmente o Deus adorado pelos cristãos (aquele que Saramago disse que procurou todos os dias de sua vida). Então, uma escola em que predomina a competição deveria ter como lema “cada um por si e ninguém por todos”, pois nela nos constituímos competidores, logo não nos ajudamos mutuamente, e nem teremos que nos defendamos lá na esfera divina...

Uma grande contribuição à Educação mundial foi dada por Paulo Freire. Ele nos ensinou a importância de transformar um ser ingênuo em um ser crítico. E as universidades foram fundo nesse processo. Nossos professores e alunos realmente são críticos. Mas, infelizmente, isso não basta. Ter o espírito crítico realmente ajuda a ver o mundo com olhos mais conscientes. Mas, se não tivermos, além da formação crítica, o senso organizativo e o hábito da cooperação, apenas seremos capazes de apontar problemas, nunca de nos organizar para resolvê-los. Por isso dedico tanta gratidão ao grande sociólogo Clodomir Santos de Moraes pelas lições valiosas que me ensinou acerca da consciência organizativa. Aliás, sem consciência organizativa, sem senso de cooperação, a coisa fica complicada. Nesse mundo, a única categoria de pessoas que consegue resolver alguma coisa sozinha é a dos suicidas.

Tenho dito, muitas vezes, que grande parte de nossos professores é de profissionais excelentes... individualmente. E nossa educação continua péssima, mesmo tendo muitos excelentes professores. Por quê? Porque não basta que sejamos excelentes individualmente: é mister que sejamos excelentes como conjunto. E isso demanda senso organizativo e cooperativo. Demanda que deixemos de ser egoístas educando egoístas. Aí, então, poderemos mudar alguma coisa nessa história.

# NÃO EXISTE “VIOLÊNCIA ESCOLAR”!

Nas últimas semanas, o Brasil ficou de boca aberta (será que ficou mesmo??) com uma repetição absurda de casos de violência dentro de escolas. Uma aluna de 15 anos que deu uma surra numa professora e quebrou a coluna cervical da pobrezinha, um aluno que deu um tiro na perna de uma colega, um aluno de escola de classe média-alta que passeou na escola uma semana com uma pistola na mochila, dois alunos que mataram um professor que os repreendeu, uma gangue que agrediu um professor que tentou inibir a venda de drogas nas dependências da escola... e a lista continua crescendo interminavelmente.

As reportagens de jornal impresso, internet e TV trataram disso com uma ênfase enorme e chamaram isso de “violência escolar”. Essa é uma das abordagens mais ridículas e inconsequentes que já vi de um tema dessa relevância. Não existe “violência escolar”! A violência é uma só: social, emaranhada no nosso dia a dia, em cada casa, em cada empresa, em cada clube, em cada rua e beco. A violência é uma só: do homem contra seu semelhante, numa escalada absurda e fatal que conduz nosso país para a absoluta desesperança.

Será que alguém, em sã consciência, achava que a escola, um ambiente em que pessoas convivem por horas a fio a cada dia, ia ficar de fora do que acontece nos lares, nas ruas, em cada canto e recanto deste país? Será que alguém acreditava de verdade que a geração criada pela televisão, cujos pais a abandonaram para ganhar a vida fora de casa, ia ficar imune a essa barbárie? Será que alguém realmente creu um dia que a escola possuía “barreiras mágicas” que manteriam tudo isso fora de seus portões? Ridículo!

A violência começa em casa, quase sempre: é a violência do abandono, da falta de limites, da pura falta de educação mesmo! Filhos que respondem grosseiramente a seus pais, filhos que chantageiam seus pais, filhos que espancam seus pais e vice-versa em todos os casos. Crianças criadas como animais selvagens, por pais despreparados e grotescos, que xingam seus filhos com todas as formas de insultos porque acham que têm direito sobre eles por lhes dar comida e cama. Será que alguém aí acreditava que esse ódio entre pais e filhos ia ficar restrito às portas de casa? Claro que não! Ele se propaga como as raízes de um câncer nesse corpo infectado e já quase moribundo da sociedade brasileira. E não há como extirpá-lo dessa geração: já ocorreu metástase!

Aí esses meninos mal formados chegam à escola. Encontram uma escola podre, caindo aos pedaços, sem as mínimas condições de funcionamento, com professores desestimulados, mal pagos, sobrecarregados de trabalho e com a estúpida concepção de que não devem tocar em certos “temas delicados”. Moral e ética, responsabilidade pessoal e social, amor ao próximo,

fraternidade são coisas que foram, há muito, substituídas pelas expressões de segundo grau e pelas funções sintáticas da palavra “que”! Então, sem qualquer antídoto para o veneno que trazem nas veias, esses meninos mal formados se juntam a mais algumas centenas de meninos mal formados e uma bomba de violência – que veio de fora! – explode dentro da escola. Aí, aquele professor que achava que não tinha nada a ver com aqueles “temas delicados”, que seu único dever era a estúpida informação científica, tem sua cervical quebrada ou leva um tiro na cabeça! Será que é tão difícil entender isso?! Será que é tão difícil perceber que se a escola não fornecer um antídoto para a violência social a família não o fará?

Digam-me, senhores leitores, onde estão os programas de educação familiar dos nossos governos? O mesmo pensamento inconsequente de pais que acham que dando comida não precisam dar educação se manifesta no governo, que acha que, dando bolsa família, resolveu os problemas sociais dessas famílias “beneficiadas”! Onde estão os programas de formação do lar, de planejamento familiar, de formação de pais (para ensinar a ensinar, para ensinar a ser pais!), de acompanhamento familiar por profissionais capacitados? Não há! Não há preocupação com o comportamento da família até que um casal de insanos jogue uma menina pela janela de um edifício de classe média qualquer! Aí, o país chora uma semana, mas depois esquece e volta tudo ao podre estado inicial.

Será que os governos e as escolas estão pensando que educar para a sociedade e para o futuro é problema exclusivo de quem? Das igrejas? Já ouvi algumas vezes de professores da educação básica que “Filhos de família religiosa dão menos problema aqui na escola, no geral. Existem exceções, mas no geral é assim”. Será mesmo? Uma vez uma professora me disse: “Acho que vou abrir uma igreja aqui na escola para ver se *converto esses marginais!!!*”. Mas, será, caro leitor, que esse antídoto contra a violência social é responsabilidade das igrejas? Será que isso é um caso de “conversão”? Parece claro que não! Por que a própria escola não fornece esse antídoto?

Repare, caro leitor, o tamanho do absurdo que vivemos: enquanto o MEC está preocupado com os índices do IDEB, que levam em consideração apenas o conhecimento científico dos alunos, enquanto o MEC gasta milhões em campanhas públicas para aumentar o IDEB e dizer que está fazendo algo por nossas crianças e jovens, esses mesmos jovens estão matando professores e colegas dentro das escolas! O que é mais importante, pergunto enfaticamente: a vida ou o objeto direto da oração absoluta? Por favor, senhores “poderosos”, acordem de seu sono mórbido!!!!!!!

E as condições gerais da escola, então: o que dizer? Banco só funciona se tiver porta giratória com detector de metais, mas a escola funciona com um portão velho e o menino entra com uma espingarda calibre doze, cano

cortado, dentro da mochila! Banco só pode funcionar, por lei, se tiver dois vigias, pelo menos, dentro da agência e a escola funciona sem vigia, sem polícia, sem nada! Banco funciona com sistema de câmeras de segurança em cada centímetro quadrado, mas a escola funciona sem segurança alguma e, quando alguém morre, quem informa o que aconteceu são as próprias crianças. Que beleza! Que manifestação inequívoca de prioridades!

Ora, ora, ora, senhores: não me venham, pois, falar de “violência escolar”! Isso não existe! Temos sim um tipo muito bem compreendido de violência social que se manifesta em nossas escolas violentadas, humilhadas, sucateadas e dolorosamente esquecidas. E nosso povo se limita a assistir o Fantástico no domingo à noite e se espantar por alguns minutos com os escabrosos casos de violência onde deveria haver compreensão, amor e esperança. Mas isso só por alguns minutos: depois, a televisão é desligada e a vida volta à mesma tola rotina de sempre! E os culpados? Bem, os culpados – a gente bem sabe – são sempre os outros...

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A PRIMAZIA DA INCOMPETÊNCIA

*“Os golpes que se leva pela vida afora tendem a desestimular-nos a buscar qualquer relacionamento desnecessário que possa nos ferir ainda mais. Não é diferente em ambiente educacional. A universidade – assim como todas as instituições do sistema educacional – não se baseia na força individual, mas na fraqueza de cada um. O que ela exige, no fundo, não é capacidade, mas incapacidade. Só então é que consideram a gente “uma pessoa ensinável”. Uma pessoa realmente capaz representa sempre uma ameaça” (Adaptado de Pirsig).*

Essa semana fiquei, mais uma vez, chocado na Universidade em que trabalho. Um aluno meu deste semestre, que ficou com nota máxima em uma das matérias que ministrei, quando recebeu de volta seus trabalhos e viu sua nota, me disse: “Eu estava apreensivo com o que o senhor iria fazer com meu trabalho. Aqui, a gente não tem muita liberdade de dizer o que pensa, mas eu vi que o senhor deu abertura e aí eu abusei: disse tudo o que pensava. Agora não estou acreditando que tirei nota máxima... Isso nunca tinha acontecido comigo antes.”

Que espécie de necrotério de mentes é esse lugar? Uma vez um professor da mesma casa me disse que “aluno não tem que pensar, tem que aprender”. Essa afirmativa cria uma categoria de aprendizado que eu não conheço e nunca experimentei, que é a do aprendizado acéfalo, do aprendizado sem a necessidade de “cérebro”, do aprendizado em que “não se pensa”. Para manter viva a infeliz e tradicional analogia do homem com o computador, é como se os alunos tivessem um disco rígido de um terabite na cabeça, pronto para ser preenchido pelo professor que, a cada dia, chega com sua língua-pendrive e enfia na orelha-USB do aluno, descarregando ali mais 100 ou 200 megabites de informação. Mas, a miséria maior é que esse aluno não tem instalado no cérebro nem um antivírus nem um programa que permita selecionar a processar as informações. O negócio é gravar, registrar, para ser capaz de regurgitar isso quando necessário. Para falar a verdade, eu nem sabia que isso era possível assim...

Há cerca de dois meses, visitando uma escola de educação básica, ouvi a mesma reclamação de uma sala de alunos adolescentes. Um dia desses, aqui em casa, minha filha me confidenciou uma coisa que fez gelar a minha espinha: ela estava fazendo o trabalho de uma forma que não a agradava, mas que ela achava que “a professora ia gostar”. Meu filho já havia me dito isso uma ou duas vezes também. E sei que os professores da escola em que eles estudam são bons professores. O fato é que, enfim, esse parece ser o padrão.

Não consigo acreditar que esses professores todos sejam estúpidos ou burros. Vejo aí um arraigamento de um padrão cultural já denunciado por muitos

antes de mim. Pirsig deixa isso claro no excerto citado no início do trabalho. Ou seja: eles acreditam piamente naquilo que aprenderam como sendo educação e se sentem satisfeitos com isso. Eles foram impedidos em sua liberdade de pensar quando eram alunos e fazem a mesma coisa – a única que aprenderam – agora. São boas pessoas, pessoas perfeitamente inseridas no sistema.

O problema, ao que parece, são as consequências disso. Formamos legiões de “tapados”, todos eles boas pessoas, devidamente inseridas no sistema, que aprenderam que o bom aluno é o calado, o bom estudante não pensa – só repete fielmente como um PC que não trava – e que a boa escola doutrina. Liberdade é uma palavra do tempo da Revolução Francesa e funciona mais em relação à sexualidade do que em relação ao direito do pensamento.

Não seria isso uma grave contradição de nossos tempos? Os mesmos alunos que têm liberdade de transar com quem e quantas vezes quiserem já na adolescência, que têm liberdade para sair de casa num dia e voltar no outro, que têm liberdade para escolher os amigos (antigamente, os pais escolhiam com quem você podia sair e com quem não podia), que têm liberdade para votar aos 16 anos e para ir para cadeia também, não têm – apenas! – liberdade para pensar. Será que a falta do exercício do pensamento livre e responsável na escola não acaba interferindo no exercício “livre” de todas essas outras liberdades? Alguém que não aprendeu a pensar pode ser livre? Existe liberdade na ignorância e na estupidez? Eu, modestamente, acho que não.

Por isso, ao que me parece, esses meninos e meninas vivem cada vez mais presos às impiedosas forças do consumismo, da moda e da “onda da hora”. Cada vez mais “iguais”, cada vez menos individuais, cada vez mais fracos, cada vez mais massificados, cada vez mais miseráveis em sua incapacidade doutrinada e alimentada de se descobrir como alguém que pode, simplesmente, parar, pensar e dizer não.

Acho que isso explica muita coisa. Pelo menos eu acho. Aliás, ainda me dou ao direito de “achar” alguma coisa. Não tenho preconceito contra o famigerado e temido e condenado “achismo”. Aliás, acho que só os idiotas mais plenos temem achar alguma coisa, emitir opiniões não abalisadas, analisar por si mesmos as coisas, dar-se o direito a pensar. Para eles, a certeza a vida se resume a uma referência bibliográfica, geralmente, com base em algo que outro “achou”. Isso é realmente viver numa miséria humana completa, já o expliquei alhures. Por hoje é isso, eu acho...

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



## SOBRE O PROFESSOR

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# ESPÉCIE EM EXTINÇÃO (PARTE 1)

A imprensa vive de surtos. Não só no Brasil, mas em todo o mundo, somos soterrados com a mesma notícia em todos os meios de comunicação, por dias a fio, até que ela perca força e interesse. Nas duas últimas semanas, além do “barraco” lá no Supremo, quando dois respeitáveis senhores resolveram bater-boca diante do país, a imprensa se ocupou do escândalo das passagens no Congresso Nacional (escândalo no Congresso Nacional? Nossa! Nunca vi isso antes...). Mas, no meio desses dois temas viróticos, apareceu, disfarçadamente, um que me chamou muito a atenção: primeiro, porque era a imprensa do horário nobre falando de educação, coisa meio rara ultimamente; segundo, porque as notícias confirmavam algo que eu já havia escrito algumas vezes anos atrás.

A notícia base a que me refiro é o fato de que existe uma infinidade de salas de aula na Bahia sem professores. “Infinidade”, aqui, não é modo de dizer: o governo baiano calcula o déficit em 80 mil docentes! Isso só na Bahia! Dados do Ministério da Educação, de três anos atrás, informavam um déficit de docentes no Brasil em 400 mil à época, com previsão de 700 mil para 2012. Tomando como base os cálculos atuais da Bahia, creio que a “previsão” chegou antes do que o previsto...

Mas, por que as prefeituras e governos estaduais não repõem os professores? Simples: não há professores para repor. Enquanto os concursos para cargos administrativos dos governos e até para lixeiro apresentam filas de milhares de candidatos, os concursos para professores terminam sem que as vagas oferecidas sejam preenchidas. Isso aconteceu recentemente aqui no Estado de Rondônia, em diversos municípios, nos quais foram oferecidas vagas para as mais diversas disciplinas e muitas áreas sequer alcançaram, nas inscrições, o número mínimo de candidatos esperado. Isso aconteceu e acontece na Bahia também, segundo relataram diversos prefeitos entrevistados. E, é claro, em todos os outros estados. Seria o professor uma espécie em extinção ou apenas um animal selvagem que está correndo para dentro da mata em busca de mais alimento e, portanto, fugindo das vistas do povo? Acho que os dois. Os que existem estão mudando de área e os cursos de licenciatura, que formam professores, apresentam cada vez menos candidatos formados. Creio que devemos, aqui, considerar quatro coisas que, a meu ver, explicam a situação:

a. salário – Fica evidente que esse tal piso nacional de 900 reais não consegue atrair ninguém para sala de aula; mal-e-mal corrige alguns absurdos praticados, especialmente em prefeituras do Nordeste, onde havia professores ganhando 70 reais por mês mais a complementação do salário mínimo. Mas,

do ponto de vista profissional, fazer um curso superior para ganhar 900 reais por mês não vale a pena enquanto um assistente legislativo do Congresso Nacional faz concurso para ganhar 11.700 reais e um fiscal de fazenda estadual ganha em média 10 mil reais, com o mesmo curso superior. Ridículo é pouco para uma situação como essa. A questão salarial do professor precisa ser enfrentada de forma mais rígida e, se necessário, o Governo Federal assumindo os salários que prefeituras e estados não conseguem pagar. É uma questão de prioridade;

b. condições de trabalho – além dos salários baixos, as condições de trabalho nas escolas, em geral, são péssimas: falta tudo, desde uma boa sala de professores até os mais básicos equipamentos, o que inclui uma boa biblioteca, laboratórios, auditório, entre outras coisas, mas chega ao caos de não haver nem giz nem um pedaço de cartolina para fazer um cartaz. Há escolas que não têm sequer banheiro (já mostrei isso aqui no portal)!! Enquanto o assistente legislativo e o fiscal de fazenda (continuo com os mesmos exemplos), trabalham em salas refrigeradas com conforto e segurança, os professores têm medo de que os tetos de suas salas caiam sobre suas cabeças. Exagero? Que bom se fosse! Aconteceu numa cidadezinha aqui perto dia desses...

c. situação atual das crianças – Além dos salários baixos e das péssimas condições de trabalho, não é novidade para ninguém que a destruição da estrutura familiar em nossa sociedade criou uma geração (vou ser bondoso aqui...) “difícil” de educar. Os alunos estão cada vez mais agressivos, desrespeitosos, desmotivados para a educação, preguiçosos, maliciosos e por aí vai. Todo mundo sabe disso, os futuros professores veem isso em seus cursos de formação, quando são obrigados a fazer estágio supervisionado, e muitos desistem logo no estágio. Na semana passada, uma aluna da universidade chegou até mim e disse: “Sabe, professor, eu até pensava em ser professora, mas com o que tenho visto no estágio, desisti mesmo! Acho que eu preferia fazer estágio no inferno para educar os demônios do que voltar para sala que eu estava acompanhando e ser professora daqueles monstros.” Uau! Que depoimento! A situação está “braba” mesmo. A moça ficou apavorada com o que viu! E a isso se soma a absoluta falta de segurança das escolas, que não têm detectores de metais (alunos entram com facas, pedaços de ferro, armas de fogo nas escolas), as salas não são monitoradas por câmeras e não há policiamento. Além disso, uma sociedade cada vez mais frouxa se torna cada vez mais permissiva com certas atitudes violentas que não poderiam ser minimamente toleradas;

d. status da profissão – junte-se a tudo isso o fato de que a carreira do magistério é uma das que apresentam menor status social hoje em dia. Depois de décadas de “escolinhas de gozação” na televisão e de reportagens que mostraram que professores são pobres coitados, lascados e mal pagos, muitos até

têm vergonha de se “confessar” professores. É como confessar um pecado. A quase absoluta desmoralização do magistério redundou em uma visão geral de que essa, definitivamente, é uma carreira que não vale a pena.

Quatro fatores muito fortes que concorrem para que as vagas de professores não sejam preenchidas e para que o déficit de professores em sala cresça diariamente. O que os governos estão fazendo? Bem, enquanto o Governo Federal tenta implantar o tal pífio piso salarial, governadores de estado entram na justiça contra o piso! Enquanto o Governo Federal manda dinheiro do FUNDEB (que, diga-se de passagem, tem um valor-aluno irreal e insustentável), alguns políticos locais roubam descaradamente esse dinheiro sem que nada de mais grave aconteça. Na semana passada, para complicar ainda mais, recebi a notícia de que não apenas alguns políticos locais roubam dinheiro da educação, mas até alguns diretores de escola criaram gosto pela contravenção agora. Em um caso que me foi relatado, a diretora teria, supostamente, roubado 16 mil reais do dinheiro da escola que, agora, para servir a merenda, fica pedindo donativos aos pais e “empréstimos de outras escolas”. E nada aconteceu. Sequer uma sindicância foi aberta pelo órgão responsável. E, para completar, os professores da escola ficam caladinhos em seus cantos, temendo represálias em função de uma denúncia. Ou seja: juntou a fome (da diretora) com a desnutrição moral (da escola) e o resultado é o caos. Pode? Bem, se for mesmo verdade, “podeu”...

Por essas e outras sou obrigado a concordar com a ideia de federalização da Educação Básica defendida pelo Senador Cristovam Buarque. Assim como temos o SUS, creio que precisaríamos ter algo como o “SUE” (“Sistema Único de Educação”...). Uma estrutura extremamente rígida e eficiente, com delegacias regionais e sistemas de fiscalização ágeis para averiguação e punição de responsáveis, assim como também ágeis para recompensar esforços bem-sucedidos de melhoria, um sistema que garantisse que toda escola brasileira fosse igual em qualidade, que todo professor fosse igualmente bem tratado e severamente cobrado e que os desmandos com o dinheiro da educação fossem, ao menos, controlados. Sinceramente, não acredito que certas prefeituras, com suas estruturas capengas e pessoal altamente desqualificado tenham condição de implantar uma educação de qualidade em sua região de atuação. Sei que essa ideia parece centralizadora e, até, ditatorial. Mas, abrindo aqui o coração, não consigo enxergar outra saída para um país tão... tão... tão “assim” como o Brasil.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## ESPÉCIE EM EXTINÇÃO (PARTE 2)

Na semana passada, falamos sobre o fato de que o Brasil saiu da “iminença de não ter” professores suficientes nas escolas para “a dura realidade de já não os ter”. Apresentei alguns aspectos que julgo relevantes nessa história, mas quero retomar aqui um dos que mais me têm chamado a atenção: as condições efetivas de trabalho dos docentes. Vou apresentar, a seguir, alguns casos recolhidos em 2008 e 2009 e, por favor, peço que ACREDITEM nos relatos: NÃO HÁ FICÇÃO AQUI!

Caso 1 – Minha esposa (que também é educadora) visita uma escola pública de educação infantil para um trabalho de inspeção. A escola trabalha com alunos a partir dos dois anos de idade. A professora da turma de 3 anos (isso mesmo: “a” professora, pois a fulana trabalha sozinha na sala) tem 30 alunos! O trabalho dela todos os dias: dar banho, trocar, alimentar, contar histórias, brincar educativamente, colocar para dormir, apartar brigas, ser conselheira pessoal, fazer o papel de mãe-substituta (em alguns casos, de única-mãe), eventualmente, catar piolhos, cortar unhas e ministrar remédios, fazer com que os meninos gostem de viver e tenham uma esperança de futuro, entre outras coisinhas... Com trinta meninos de 3 anos. Já se imaginou nessa situação, leitor? E para ganhar quanto?? Cerca de 550 reais por mês... Mas, a Prefeitura está “providenciando auxiliares”... enquanto isso, está lá “a tia e seus 30 filhotes”...

Caso 2 – Recebo um e-meio de uma professora de outro estado. Ela me conta que trabalha numa escola pública há alguns anos e que ganha cerca de 600 reais por mês. Detalhe: ela compra, para poder trabalhar, o papel em que roda as provas, as cartolinas dos cartazes, o giz que usa em sala, os materiais escolares de alguns alunos cujos pais não podem fornecer e que não chegam (os materiais) à escola da parte do governo. Ultimamente, os professores e alunos têm ajudado com dinheiro para comprar “temperos e misturas” da merenda escolar. O esposo da professora, segundo ela, tem reclamado muito, pois ele trabalha para fazer a escola funcionar, uma vez que, em alguns meses, ela precisa pedir dinheiro dele para comprar essas coisas. Seria um caso de “esposo amigo da escola”???

Caso 3 – Voltei a duas escolas rurais das muitas que visitei o ano passado. As duas continuam sem cozinha e sem banheiro. Os alunos continuam fazendo suas necessidades no mato (já que e as escolas continuam sem banheiro) e as duas professoras continuam fazendo a comida da escola em dois tijolos no pátio, com lenha no meio – um fogão à lenha muito rústico e improvisado (já que as escolas continuam sem cozinha). As professoras ainda estão sozinhas e, por isso, são, ao mesmo tempo, professora, secretária, faxineira, psicóloga, mãe-substituta, merendeira... e o que mais for preciso...

Caso 4 – Uma professora me escreveu um e-meio contando que na escola em que ela trabalha já foram apreendidas – pelos próprios professores! – diversas armas brancas e uma arma de fogo em poder de alunos. Não há qualquer controle de segurança. Os alunos entram à hora que querem na escola e nas salas, saem à hora que querem e carregam consigo qualquer tipo de coisas, muitas vezes à mostra, como um aluno que chegou, na semana passada, com um punhal enfiado na cinta, olhou para a professora e disse: “Acho bom a senhora ser boazinha comigo hoje...” e riu da cara da professora na frente da sala!

Caso 5 – Um ex-colega meu de faculdade – professor de português, como eu – trabalhava em uma escola pública no período noturno. Três alunos do ensino médio, que pertenciam a uma gangue local, praticamente não frequentavam as aulas, inclusive faltando nos dias de avaliação. Foram reprovados, obviamente. Eles procuraram o professor no intervalo e disseram que “ele pagaria caro pela reprovação dos três”. Na noite seguinte, quebraram o vidro do carro do professor, estacionado na calçada à frente da escola, e jogaram uma bomba incendiária dentro. Só sobrou a lataria do carro. O professor deu parte à polícia, que perguntou se ele tinha provas do que afirmava. O professor disse que tinha a lataria do carro que tinha sobrado. O policial disse que era pouco e que os três eram “de menor”, por isso ficava difícil fazer alguma coisa. O professor disse que, se a Polícia não ia fazer, ele sabia bem o que ia fazer. Pediu demissão e está trabalhando de auxiliar administrativo em uma grande empresa, ganhando o mesmo salário.

Caso 6 – Uma professora de uma escola pública do nordeste me contou essa, também por e-meio. Uma colega de escola, recém-formada, menina nova, muito bonita, foi escalada para lecionar à noite para o ensino médio. Depois de alguns dias, começou a receber bilhetinhos maliciosos dos alunos. Uma noite, cansada dos bilhetinhos, e embora tivesse denunciado o caso ao diretor da escola, sem que providência alguma tendo sido tomada, ela resolveu falar abertamente na sala que não toleraria aquilo com ela. Naquela noite, depois da aula, no caminho para casa (que ela fazia a pé e de ônibus) foi agarrada por quatro alunos (ela os reconheceu), surrada e estuprada. Deu parte à polícia e até agora espera providências. Os alunos sequer foram expulsos da escola. A polícia diz que não tem, na cidade, nenhuma instituição que permita a detenção e a recuperação de menores (mas, havia dois maiores entre os “alunos”...). O resumo: nada foi feito, exceto pela professora, que abandonou a carreira e está à procura de novo emprego.

Caso 7 – Essa fiquei sabendo de “caso contado”, “de boca” e aconteceu aqui no Norte do Brasil. A diretora de uma escola “enfiou a mão” no dinheiro da merenda e dos projetos especiais. Uma das professoras da

escola, corajosamente, denunciou a diretora no órgão responsável da secretaria estadual da educação. O responsável pelo órgão da secretaria era amigo da diretora (aliás, era bem por isso que a tal mulher era diretora: apadrinhamento político), e a tal mulher ainda era apadrinhada de um certo deputado estadual muito influente. O resultado? Nada foi feito contra a diretora, mas a professora denunciante foi ameaçada e transferida compulsoriamente para a zona rural, como forma de “punição pela denúncia”. Ela resolveu procurar o secretário estadual de educação, na capital do estado. Não adiantou: a decisão do representante político local e o apadrinhamento do deputado estadual corrupto prevaleceram. A professora tentou recorrer a uma licença sem remuneração por dois anos (prevista em lei) como forma de não ser obrigada a ir para a área rural, uma vez que tem esposo e filhos na área urbana. A licença foi negada. A professora, desolada, pediu demissão e o esposo abriu para ela uma lojinha de roupas.

Estes sete casos reais bastam por ora. Seriam eles exceções num universo enorme de maravilhas e prazeres?? Infelizmente não! São a praxe, a realidade de cada dia, com as pequenas nuances próprias de cada lugar. São o retrato fiel de nossa educação cruel, a forma peculiar de “viver perigosamente” dos professores brasileiros. É difícil entender por que cada vez menos pessoas querem ser professores?

Os nossos alunos dos cursos universitários de formação de professores fazem estágio supervisionado. Eles veem isso nas escolas que visitam, eles conhecem essa realidade antes de ingressar na carreira. A maioria deles, hoje, desiste do magistério no estágio supervisionado. A situação assustadora em que os professores atuais vivem, as condições precaríssimas de trabalho e segurança espantam qualquer cidadão que ainda tenha bom senso. Parece que sobram os desesperados (por um emprego), os doidos comuns (não enxergam a situação) e os doidos idealistas (que são duplamente doidos, como eu...) que ainda insistem em tentar fazer alguma coisa. Os outros casos de “insistência no magistério” são absolutamente inexplicáveis...

Sabe, leitor, não adianta apenas aumentar os salários dos professores: essa condição animalizada de trabalho precisa ser corrigida! E, como disse no artigo anterior, creio que um grande número de municípios brasileiros não tem condição de fazer isso. Isso, a meu ver – e concordando com o Prof. Cristovam Buarque – demandaria uma “intervenção radical”, uma “federalização” da educação básica.

Pior: não vejo sindicatos de professores brigando por isso. Quando começa uma greve, a lista de reivindicações é enorme: tem duas páginas! Inclui tudo, inclusive as condições de trabalho. Aí, o governo acena com 10% de reajuste salarial e acaba a greve: todo mundo volta para sala de aula

para não perder “o reajuste conseguido com tanta luta”! E o resto? 10 % em troca da dignidade do trabalho? 10 % para calar a boca? Muito pouco!! E as condições de trabalho?? A gente precisa de salário condizente sim, mas são as condições de trabalho que nos matam – literalmente!!!

Enquanto essa revolução necessária não acontece, contentemo-nos em ir perdendo cada dia mais professores, muitos deles, excelentes profissionais esgotados frustrados, desalentados pelo que tiveram que sofrer nas escolas! Professores que, em um ato de perfeita sanidade mental, fogem da educação antes que seja tarde. Infelizmente, não sou eu o fatalista aqui: fatalista é nossa educação tal como está.

*Versão final*

## ESPÉCIE EM EXTINÇÃO (PARTE 3)

Por duas semanas venho me atendo à situação dos professores no Brasil. No primeiro artigo, falamos sobre dados e condições gerais da carreira do magistério hoje no país; no segundo, sobre as péssimas condições de trabalho que tem espantado gente boa da sala de aula. Agora, neste epílogo, vou falar da autoestima de nossos professores. Ou do que restou dela.

Fazer chacota de professor virou moda no Brasil nas últimas décadas. Se, sob a alegação de que o humor é uma forma de denúncia que chama a atenção para a condição triste de nossos professores, as diversas escolinhas malucas da televisão procuraram, de boa fé, denunciar as mazelas do magistério, parece que o tiro saiu pela culatra. Os “professores-Raimundos”, mal pagos e sofrendores, se multiplicaram na cabeça da população não na forma de uma espécie a ser salva, mas na forma de uma espécie condenada. Não poucas vezes, vi, em atividades culturais da escola, arremedos da “Escolinha do Professor Raimundo” em que os alunos faziam grotescas imitações de seus próprios professores, desrespeitosas sátiras de seus mestres como se esses não fossem dignos de qualquer respeito.

É obvio que não quero atribuir às diversas “escolinhas” de televisão, inspiradas na criação de Chico Anísio, a culpa pelo problema de autoestima dos professores brasileiros, mas quero chamar a atenção para o fato de que o sucesso dessa criação é um sintoma de um problema maior. Não se faz chacota de quem se nutre absoluto respeito: não pega...

Adesivos com frases como: “Hei de vencer na vida mesmo sendo professor”, “Professor a bordo: cobradores seguindo”, “Carro de professor: monitorado pelo cobrador” e “Em enterro de professor, só quem chora é cobrador.” se espalharam pelos automóveis e já vi até coladas em vidro de janela e paredes de escola.

Brasileiros, em geral, perderam a noção do valor desse profissional para a sociedade e a própria escola tem deixado isso muito claro. As antigas festas portentosas e honrosas do dia dos professores hoje, na maioria das escolas, se reduziram a pequenas menções no dia anterior ou posterior, sem qualquer brilho ou conferência de honra. Os professores preferem nem ir à escola em “seu dia”, aproveitando para arrumar a casa ou corrigir provas.

Aliás, você já deve ter visto muitos carros com orgulhosos adesivos de cursos universitários de Engenharia, Jornalismo, Medicina, Direito ou Administração de Empresas estampados em vidros de automóveis, mas não me lembro de ter visto carros com “adesivos orgulhosos” de alunos de cursos de licenciatura, cursos de formação de professores... Devem até existir, mas eu nunca os vi... É como se o universitário de medicina gritasse a todo

pulmão para o mundo: “Vou ser médico!!!!!!!!!!” e o universitário das Letras ou da Pedagogia não sentisse vontade alguma de gritar nada para ninguém (ou talvez sentisse vontade de gritar algo como: “Onde foi que eu amarrei o meu burro?????!!!!!!!!!!”, mas não o faz por vergonha). Até os custos de formação são diferenciados, embora, nem sempre justificados. Um curso superior de Administração ou de Contabilidade, por exemplo, não é mais caro, para a instituição, de ser ministrado do que um curso de Letras ou de Pedagogia com a mesma qualidade, mas, geralmente, custa mais caro nas instituições privadas, o que já implica, desde a formação, uma diferenciação de clientela e de profissionais egressos.

Da mesma forma que a sociedade e a escola perderam – ou estão rapidamente perdendo – o orgulho de seus professores, a maioria dos próprios docentes tem perdido o orgulho de sua profissão, embora não o confesse abertamente. Há algum tempo, um professor com o qual conversava me confidenciou que, no ato de assinatura de um contrato de crediário em uma loja, preferiu dizer que “era funcionário público e trabalhava em uma escola” a dizer abertamente que era professor. Me disse: “Preferi que ele pensasse que eu era zelador da escola do que soubesse que eu era professor primário...” A que estado de coisas chegamos!!!

Por outro lado, enquanto a Caixa Econômica Federal faz uma belíssima campanha nacional de valorização de seus funcionários indígenas (muito correto!), o Banco do Brasil vive louvando os atletas que patrocina (maravilhoso e justo!) e até as Casas Bahia engrandecem seus funcionários (iniciativa extremamente louvável!), não se veem campanhas nacionais de reconhecimento e honra aos professores. No máximo, alguma mensagem mixuruca na véspera do dia dos professores. Lembro apenas da preocupação constante da Fundação Victor Civita, dentro das suas possibilidades, em engrandecer os professores, principalmente através da Revista Escola. Mas, essas campanhas precisariam ser oficiais, incessantes, fortes, emblemáticas, impactantes, nacionais, em rádio, televisão, Internet, jornais e revistas. O Brasil precisa ser bombardeado por todos os lados com a ideia de que os professores são mais do que importantes: são essenciais para nossa existência e para nossa subsistência. É urgente que a imagem do professor seja reconstruída no país! Por sinal, você já assistiu alguma novela da Globo ou de qualquer outro canal, cujo tema fosse a importância dos professores para a construção de uma nação melhor? Acho que não... Aqui e acolá aparecem professores em novelas: bêbados, paranoicos, “gostosinhos” e “gostosinhas” despertando paixões de alunas e alunos, professores tendo casos amorosos com alunos, roubando a escola ou a universidade e, finalmente, um ou outro idealista que sempre faz papel de tonto, enganado ou alguém que se percebe que deveria ser valorizado, mas que, na prática, ninguém dá bola... muito triste isso...

Ou seja: nossos professores vivem uma vida de cão, ganham pouco, são motivo de chacota nacional, são obrigados a ficar lendo adesivos abusados que esculhambam sua profissão e não aparece uma força contrária que mude (ou, pelo menos, tente mudar) essa imagem. Por que será que os professores estão desaparecendo? Por que será que os professores constituem uma das categorias profissionais que mais apresentam a síndrome de Bournot, pedem afastamentos para tratamento de saúde e aparecem nas estatísticas como o 2º ou 3º lugar em casos de suicídio, dependendo do estudo feito? Por que será, né???

E, o que os governos fazem a esse respeito? Aprovam o maravilhoso piso nacional de 900 reais?? Oooohhhh!!!! Quanta consideração!!! Isso vai acabar desencaminhando os professores na vida, pois vão ficar desorientados sem saber o que fazer com tanto dinheiro!!! É perigoso até que caiam no vício e na ociosidade...

Será que ninguém “lá em cima” percebe que o problema é uma crise generalizada, nacional, que vai da formação do professor à sua aposentadoria, do curso universitário às condições de trabalho da escola, do salário à baixa autoestima dos professores, e que isso não se resolve com discurso? E, também, que a muitos e muitos municípios não têm condições de resolver isso sozinhos?

É hora passada de tentar recuperar a imagem nacional dos nossos professores. É hora de investir dinheiro na reconstrução da imagem dessa carreira, de inundar o país com campanhas de reconhecimento, louvor e gratidão ao heroísmo de nossos professores, campanhas que durem anos e não horas, campanhas que superem a mesquinhez do “dia do professor” e torne cada dia um dia de reconhecer a importância desses profissionais para a nação. É hora de que empresas milionárias que exploram a educação (Objetivo, Positivo, Pitágoras, escolas de línguas, redes de universidades privadas etc. etc.), também o SESC, SENAC e SENAI, Fundações e outras entidades ligadas ao ensino também invistam em reconhecimento público de seus professores, usem dinheiro em campanhas nacionais duradouras de reconhecimento aos profissionais que fazem o sucesso dessas instituições. Se nossos professores tivessem metade da bajulação nacional que os jogadores de futebol ou as mulheres-fruta-carne-coisa-etc. tem no Brasil, isso já seria um enorme alívio à pressão emocional sobre eles, a pressão de quem se sabe importante sendo quase que absolutamente ignorado pela nação.

Resolver o problema da carreira do magistério no Brasil demanda ações complexas em diversas frentes. Isso custa dinheiro e trabalho e tempo e inteligência. Mas, que tal começar devolvendo ao professor o orgulho de ser professor, o seu orgulho profissional?? Fica a sugestão.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# PROFISSÃO: Professor (Parte 1)

Tenho repetido, em diversas ocasiões, que considero a profissão do magistério uma das mais promissoras atualmente. Não apenas pelas mais de 450 mil vagas existentes no mercado, conforme reconhece o MEC, mas pela necessidade de implantação de incentivos imediatos, como a correção salarial, para que essas vagas atraíam profissionais qualificados. Aliás, sobre qualificação, recentemente, um portal de notícias brasileiro divulgou dados estarrecedores sobre a qualificação dos atuais professores da Educação Básica. Em áreas como Física, Química e Biologia, a qualificação não supera os 40% dos profissionais em exercício. Mesmo em áreas como Língua Portuguesa, uma das menos ruins, a qualificação específica para a área não passa de 70%. Por essas e outras, algo terá que ser feito e esse “algo” será benefício para os professores.

Mas, o que é ser professor hoje no Brasil? Bem, não quero falar aqui das dificuldades da profissão, da violência manifesta dentro da escola e ainda dos baixos salários. Quero focar a questão da definição da carreira com base na legislação.

Temos, no Brasil, basicamente dois tipos de professores: professores da Educação Básica e professores da Educação Superior (chamados também de professores universitários, mas nem todos trabalham em universidades). Nos dois casos, a situação já foi bem pior. A legislação atual garante direitos, horários e funções bem específicas para esses professores. Vejamos:

Começemos pelas liberdades. Qualquer professor brasileiro goza hoje, pelo menos na lei, de autonomia didático-pedagógica e liberdade para ensinar de seu modo, a menos que esse tal de “seu modo” seja um flagrante desrespeito a outro aspecto legal. Além disso, a legislação rege explicitamente a valorização do professor no sistema. A lei 9394/96 (LDB) diz o seguinte (atenção aos grifos):

*“ Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*...*

*II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*

*III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*

*IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;*

*...*

*VII – valorização do profissional da educação escolar;”*

Além disso, outros artigos da mesma lei garantem o direito de o professor participar da elaboração do projeto pedagógico da instituição, atuar na gestão democrática das instituições e participar efetivamente na conjunção entre a

comunidade e o estabelecimento escolar. Mas, uma das coisas que mais me agradam na legislação é a garantia de tempo reservado para as diferentes atividades da carreira.

Eu já era professor de carreira muito antes dessa lei de 1996. A gente dava 40 aulas por semana e levava um monte de coisas para fazer em casa. Atividades como preparar aulas, corrigir trabalhos e estudar eram para fazer no final de semana, ou então da meia-noite às duas da manhã... Agora é diferente. A LDB diz o seguinte:

*“Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:*

...

*V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;”*

Nesse artigo, creio que a própria legislação acaba definindo um perfil do que deva ser a carreira de um professor brasileiro hoje: é um sujeito que dá aula, estuda, planeja e avalia, tudo dentro do horário de trabalho dele. Não deve haver mais a necessidade de levar coisas para casa. Esse “período reservado” é definido em legislação complementar com um mínimo de 20% da carga horária do professor. Assim, um professor com 40 horas semanais de contrato poderá dar, no máximo, 32 aulas, e terá 8 horas para planejar, avaliar e estudar. Porém, muitos sistemas municipais e estaduais têm oferecido mais do que isso aos professores. Alguns deles chegam a oferecer 50% da carga para as atividades próprias, fora da sala de aula. Isso alivia muito a carreira e se constitui de um avanço extremamente significativo na história da docência no Brasil.

Mas, é fundamental que se veja que há uma diferença marcante entre o professor da Educação Básica e o da Educação Superior, muito especialmente o professor de universidades. Notemos que o professor da Educação básica tem até 80 % de sua carga de 40 horas (no caso do exemplo) lotado em sala. Por outro lado, o professor de nível superior deve ser lotado em 8 horas na sala de aula:

*“Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.”*

É claro que esse “mínimo”, no geral acaba virando a prática. Mas, por que essa diferença? A resposta está, acredito, nas especificidades do ensino superior. Mas, quero focar aqui, de forma especial, o professor de universidade. Vejamos a definição de universidade:

*“Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento)*

*I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.”*

Como se vê, uma universidade só é universidade de verdade se produz saber, e se faz, ensino, pesquisa e extensão. E quem deve fazer isso nas universidades? Basicamente os professores comandam o processo. Logo, um professor universitário é alguém que leciona, estuda, planeja e avalia, como os professores da Educação Básica, mas também que precisa, por força de lei, produzir saber. Essa produção de saber deve ser também divulgada: logo, ele precisa escrever e fazer extensão. Assim, a lei diminui sua carga de docência, mas lhe atribui outras funções. Esse pequeno quadro resume a questão:

Professor da Educação Básica	Professor Universitário
Ensino (80% da carga)	Ensino (20% da carga)
Estudo pessoal	Estudo pessoal
Planejamento	Planejamento
Avaliação	Avaliação
-	Produção do conhecimento – basicamente pesquisa
-	Divulgação e aplicação do conhecimento – basicamente a produção acadêmica e a extensão

Esse quadro deixa claro, também, por que professor universitário não assina ponto nem precisa ficar o tempo inteiro dentro da Universidade, de plantão, fazendo papel de besta, olhando pras paredes. A vida do professor universitário de verdade é ativa na comunidade, ele pesquisa e participa de atividades de pesquisa, que nem sempre são dentro das universidades, ele escreve (e não importa se ele escreve na sala dele ou no escritório dele ou na casa dele, até porque nem sempre as universidades oferecem espaço e condições para que o professor escreva em sua salinha na universidade), ele participa de forma efetiva de atividades de extensão, enfim, ele é um gerador e um divulgador de conhecimento, e isso nem sempre cabe dentro dos muros da universidade. Na verdade, as universidades inteligentes e maduras estão mais preocupadas com a qualidade do trabalho dos professores (aulas, pesquisa, produção acadêmica e divulgação do saber) do que em ficar controlando os professores para saber onde eles estão, se cumprem horário na instituição, se são bons meninos.

Por tudo isso, afirmo categoricamente que um professor que não produz conhecimento, que não apresenta aos seus alunos nada novo, nada produzido por ele, que sempre passa a vida repetindo o que os outros produziram, o que os outros disseram, que acaba uma disciplina inteira e não apresenta aos alunos uma folha sequer que ele tenha escrito, não é um professor universitário de verdade. É preciso, pela própria natureza da universidade, que o professor universitário esteja permanentemente pesquisando, gerando saber, divulgando o saber e aplicando o saber. Da mesma forma, pode-se afirmar categoricamente que uma instituição, mesmo que tenha o nome de “universidade”, se estiver mais preocupada em controlar a presença dos professores do que a qualidade de sua produção, não é uma universidade: é uma escola de educação básica, “aulista” e retrógrada. O nome “Universo”, que está dentro do nome “Universidade”, exige de seus gestores mais inteligência do que a preocupação com o “controle de ponto” dos docentes. Uma universidade de verdade se mede por sua produção de saber, não pela quantidade de aulas que seus professores ministram, embora, é claro as aulas também sejam muito importantes.

Assim, hoje, no Brasil, as carreiras dos professores da Educação Básica e da Educação Superior, especialmente a educação universitária, não se definem pelo fato de um ser doutor e outro não, nem pelos concursos, mas pela natureza de suas funções. Almejo o dia, porém, em que o professor da Educação Básica será também um pesquisador e um gerador e divulgador de saber permanente! Aí estaremos em outro patamar educacional e a educação será, desde o princípio, uma aventura maravilhosa!

# PROFISSÃO: Professor (Parte 2)

Na semana passada, falei sobre a diferença entre a carreira do docente de Educação Básica e do docente de Educação Superior. Deixei bem claro aqui (espero...) que embora ambos sejam professores, a divisão de carga horária entre esses docentes é diferente, pois suas carreiras são diferentes. Basicamente, disse que docentes de Educação Superior são obrigados a produzir, a pesquisar a publicar conhecimentos, por isso têm menos aulas.

Hoje vou mostrar que essa obrigação dos docentes de Educação Superior vai bem além de simplesmente proporcionar boa qualidade educativa para os alunos e informações fresquinhas que os deixem satisfeitos. A avaliação e a existência dos próprios cursos de nível superior dependem de seus professores. Veja esses artigos da LDB:

*“Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.”*

*“Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:*

*I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;*

*II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;*

*III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.”*

O que esses artigos definem? Que cursos universitários têm uma autorização temporária. Se essa autorização não for renovada, o curso deve ser fechado.

E como se garante a renovação dessa autorização? Por avaliação do curso.

E o que é avaliado? Bem, o próprio conceito de universidade (Art. 52) diz que “universidade” tem que ter pesquisa, ensino, extensão, 1/3 de seus professores mestres ou doutores (no mínimo) e 1/3 de seus professores em regime de tempo integral. Então, provavelmente isso é que deve ser avaliado. É isso? Corretíssimo!

Então, veja a Resolução 02/1998 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação. Preste atenção especial às partes que grifei (a resolução é meio grande – desculpe, leitor – mas vale a pena citar aqui na íntegra):

*RESOLUÇÃO CES N.º 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998\*.*

*Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.*

*O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e no Parecer CES 553/97, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto em 27 de março de 1998,*

*RESOLVE:*

*Art. 1º A produção intelectual institucionalizada consiste na realização sistemática da investigação científica, tecnológica ou humanística, por um certo número de professores, predominantemente doutores, ao longo de um determinado período, e divulgada, principalmente, em veículos reconhecidos pela comunidade da área específica.*

*Art. 2º A produção intelectual institucionalizada será comprovada:*

*a) por três cursos ou programas de pós-graduação stricto sensu, avaliados positivamente pela CAPES e/ou*

*b) pela realização sistemática de pesquisas que envolvam:*

*I – pelo menos 15% do corpo docente;*

*II – pelo menos metade dos doutores;*

*III – pelo menos três grupos definidos com linhas de pesquisa explicitadas.*

*§ 1º No caso da alínea “b” do presente artigo, a produção intelectual institucionalizada será comprovada por intermédio dos seguintes indicadores:*

*I – participação dos docentes da instituição em congressos, exposições, reuniões científicas nacionais ou internacionais, e, especialmente, nos congressos nacionais da respectiva área com apresentação de trabalhos registrada nos respectivos anais;*

*II – publicação dos resultados dos trabalhos de investigação em livros ou revistas indexadas ou que tenham conselho editorial externo composto por especialistas reconhecidos na área;*

*III – desenvolvimento de intercâmbio institucional sistemático através da participação de seus docentes em cursos de pós-graduação, troca de professores visitantes ou envolvimento em pesquisas interinstitucionais;*

*IV – desenvolvimento de programas de iniciação científica, envolvendo estudantes dos cursos de graduação correspondentes às temáticas investigadas.*

*§ 2º Na avaliação do inciso II considerar-se-á o número de publicações e de comunicações apresentadas em Congresso, devendo, nos últimos 3 anos, este número ser equivalente, no mínimo, a 9% do número de docentes.*

*§ 3º A avaliação aqui considerada concerne àquela desenvolvida pelo docente durante a vigência do seu contrato com a instituição.*

*Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

Entendem o que estou querendo dizer? O peso que recai nas costas dos professores universitários é bem maior do que simplesmente dar boas aulas (que é o que se espera dos professores da Educação Básica sempre). Sobre eles recai a responsabilidade da própria classificação de sua instituição como “universidade” e a manutenção – ou não – dos cursos existentes. Vejam o que a resolução diz:

a. doutorado – os professores precisam estudar para se tornar doutores tanto quanto possível;

b. produção institucionalizada – não basta ele pesquisar ou fazer extensão: precisa de projetos registrados na instituição;

c. programas de pós-graduação stricto sensu – os professores têm que se virar para criar e manter cursos de mestrado e doutorado, muitas vezes os levando nas costas, literalmente, dentro de pastas e arquivos, pois nem espaço existe para as coordenações ou secretarias desses cursos;

d. congressos, reuniões, exposições etc. – os professores têm que se virar para participar de encontros científicos nacionais e internacionais, apresentar trabalhos nesses encontros etc. Muitas vezes, isso ocorre sem qualquer ajuda de custo, pois as instituições nem sempre têm dinheiro sequer pras passagens. O professor que se vire, mas será depois cobrado!;

e. programas de iniciação científica – esses programas dão uma trabalhadeira danada, pois são os docentes que convidam os alunos para desenvolver, sob sua orientação, um projeto científico. O docente tem que ensinar o beabá da Ciência para os alunos, supervisionar os projetos, orientar as ações, corrigir os relatórios e todas as publicações, participar dos congressos de resultados... é muito trabalho! Como orientador de iniciação científica há mais de 15 anos e membro consultor de Conselhos Técnico-Científicos (CTC) de seleção de projetos posso afirmar que é trabalho para quem gosta mesmo!;

f. intercâmbios – existem editais de intercâmbio disponíveis, mas os docentes têm que correr atrás de tudo e de todos para conseguir isso, convencer parceiros e, muitas vezes, convencer a própria instituição, que nem sempre é dirigida por gente de muita visão...

g. finalmente, o parágrafo terceiro, inciso IV do artigo 2º resume a coisa toda – a avaliação concerne ao que os docentes realizaram durante certo período. Obviamente, professores visitantes ou temporários, somente durante o contrato, mas os professores permanentes (concursados e de carreira) durante toda a vida institucional, o tempo todo. É passar a vida toda produzindo, pesquisando, publicando, com a responsabilidade da existência da instituição nas costas.

Em outras palavras: o reconhecimento de uma escola ou a existência da Educação Básica também depende de seus professores, é claro, mas *apenas da existência de professores devidamente habilitados e em número suficiente*. No ensino superior, especialmente nas universidades, não! A própria existência

da instituição como universidade depende de ela ter um número mínimo de professores com titulação de mestrado ou doutorado. Mas, muito mais do que isso, a existência de cada curso de graduação, mestrado ou doutorado depende da produção intelectual institucionalizada e contínua, incessante, sempre atual de seus professores. Eles trabalham? Pesquisam? Escrevem? Fazem extensão? Participam de congressos? Fazem intercâmbio com outras instituições? Estão sempre e sempre se especializando mais e mais? Sim? O curso continua. Não? O curso não terá seu credenciamento renovado. É pouco? Acho que não. Pelo contrário, é muito!

Por isso é preciso entender que os professores universitários são servidores tanto quanto os servidores técnicos das universidades ou quaisquer outros servidores. Eles devem obedecer às regras do serviço público como qualquer um, mas para professores, em relação a férias e frequência são específicas, por exemplo. Porém, não se pode perder de vista que docentes têm uma carreira diferente! A briga interminável entre servidores e professores nas universidades é comum, mas é tola! Bastaria que cada um compreendesse as responsabilidades e especificidades de cada carreira. Professores universitários não podem e não devem ser entendidos como “meros servidores”. A própria manutenção do status da instituição depende deles e dos trabalhos específicos deles, que exigem:

- a. mais tempo fora da instituição;
- b. mais viagens;
- c. mais recursos;
- d. mais mobilidade, inclusive funcional;
- e. mais celeridade em alguns processos, como a compra de certos equipamentos e certos materiais de consumo, por exemplo;
- f. mais espaços especializados dentro da instituição, como salas de estudo, laboratórios e locais de aplicação de saber;
- g. enfim, uma série de requisitos para o trabalho docente e de produção que um servidor comum (por exemplo, da área burocrática) não necessita para bem desenvolver suas funções, feliz e a contento.

O simples fato de conhecer e entender isso ajudaria muito! Reconhecer a natureza do trabalho, das responsabilidades e da carreira dos docentes universitários, compreender isso e colaborar com eles, certamente também os tornaria bem mais felizes e menos estressados. Afinal, eles são permanentemente cobrados por isso e, será que carregar a existência da instituição nas costas já não basta?

# PROFISSÃO: Professor (Parte 3)

Neste último artigo da série “Profissão Professor”, vou tratar das alvissareiras perspectivas para essa profissão no Brasil. Já vimos que professores universitários e professores da Educação Básica têm percursos diferentes, embora complementares. Suas cargas horárias de trabalho em sala são distintas e as responsabilidades que pesam sobre seus ombros também. Mas, ambos ainda sofrem com problemas de falta de condições de trabalho, violência no ambiente institucional, baixos salários etc. etc. e, em decorrência disso tudo, muitos apresentam problema se estresse acentuado, depressão, síndromes psicológicas de todo tipo e natureza, uma vontade enorme de desistir, e por aí vai... e muitos realmente desistem, sendo que outros nem criam coragem de começar a carreira.

O resultado disso é que sobram vagas de docentes no Brasil, tanto nas universidades/faculdades, que estão com seus quadros incompletos – sem exceção, todas precisam de professores! – como na Educação Básica, em que o número de vagas abertas ultrapassa 450 mil em todo o país. E isso sem falar que grande parte das vagas preenchidas nas universidades (sim! nas universidades também!) e na Educação Básica estão sendo preenchidas hoje por profissionais em condição de “desvio de qualificação”. Isso é patente nas universidades públicas, em que é extremamente comum que os professores assumam cadeiras que vão além de suas formações específicas de graduação e pós-graduação, como também nos dados recentes do INEP sobre qualificação de docentes da Educação Básica, que mostram desvios de 30% em áreas como Língua Portuguesa e até absurdos 70% em áreas como Física e Química. Isso precisa ser resolvido, e logo, pois há um comprometimento não remediável na qualidade da educação fornecida para os alunos de hoje. Se for resolvido, haverá remédio para os alunos de amanhã, mas os de hoje já se deram mal...

O que tem sido feito para revolver essa situação? Bem, a aposta oficial é que mudanças drásticas nas carreiras docentes e nas condições de trabalho serão suficientes para atrair novos profissionais com a devida qualificação. Isso fica mais que evidente na Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Essa resolução de nome pomposo, na verdade, estabelece alguns benefícios bem práticos para a vida do professor da Educação Básica. Vamos ver os principais:

- O Art. 1º garante que os benefícios da resolução são obrigatórios para todos os professores da Educação Básica pública no Brasil (pobres dos professores da rede privada, sem amparo...);
- O Art. 2º determinava que todos os planos de carreira de magistério da Educação Básica público do Brasil deveriam estar devidamente adaptados até dezembro de 2009. Aconteceu? Não exatamente, mas a maioria conseguiu...;
- O Art. 3º garantiu uma política de salários e fontes de recursos. Aliás, os professores da Educação Básica se tornaram a única categoria profissional do Brasil com garantia em lei de reajuste salarial anual (Art. 5º, inciso VI);
- O Art. 4º é um de grandes benefícios, entre eles: garantia de acesso exclusivo à carreira via concurso público, remuneração condigna e equiparação salarial com profissionais de outras carreiras de mesmo nível de formação, progressão salarial ao longo da carreira, valorização da experiência profissional, incentivo à jornada semanal de 40 horas com dedicação exclusiva e trabalho em um único estabelecimento, integração dos sistemas para melhorar a qualificação dos docentes, apoio técnico e financeiro da União para melhorar as condições de trabalho nas escolas, valorização da pessoa do professor nas decisões do sistema educacional, garantias de estabilidade para o professor, que não poderá mais ser jogado de um lado para outro toda vez que se desentender com um diretor de escola, integração dos sistemas educacionais para aproveitamento de concursos de professores (por exemplo, um professor concursado de São Paulo se muda para Bahia e pode ser aproveitado no sistema sem ter que fazer novo concurso, inclusive levando consigo os benefícios já conquistados anteriormente). Como se vê, não é pouca coisa o que se propõe;
- O artigo 5º fala das garantias de salário e de outra garantia muito importante: a do número adequado de alunos por professor e por sala. A proposta do CNE é a que segue:

*“Assim consideramos necessário avançar no sentido de que os sistemas de ensino e os entes federados, através de normas de seus conselhos ou leis de suas casas legislativas, conforme o artigo 25 da LDB, instituem parâmetros adequados à composição das classes, visando a garantir qualidade ao trabalho do professor, tomando como base as seguintes referências: a) em cada escola, no máximo, uma média de estudantes por sala nos seguintes parâmetros: de 6 a 8 alunos por professor para turmas de educandos de 0 até 2 anos de idade; até 15 alunos por professor para turmas de educandos de 3 anos de idade 10; até 20 crianças por professor para*

*turmas de educandos de 4 até 5 anos de idade; nos anos iniciais do ensino fundamental, até 25 alunos por sala; nos anos finais do Ensino Fundamental, até 30 alunos por sala, e no Ensino Médio até 35 alunos por sala; b) nas redes de Ensino Fundamental e Médio, proporção nunca inferior a 1 (um) professor para 22 (vinte e dois) estudantes e 1 (um) técnico administrativo para 66 (sessenta e seis) estudantes, e no conjunto da Educação Infantil, da Educação do Campo e das demais modalidades que exigem proporção inferior para a consecução de oferta qualitativa, proporção fixada pelo respectivo sistema de ensino; c) atribuição a cada docente de um número de turmas tal que nunca ultrapasse a 300 (trezentos) estudantes por professor em regime de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais em regência de classe, adequando aos profissionais de disciplinas com carga horária reduzida ou de áreas de conhecimento afins, atribuições de aulas sem prejuízo em suas remunerações ou na carga efetiva de trabalho” (Parecer 09/2009/CEB-CNE).*

Além disso, o mesmo artigo fala da garantia de formação inicial (nas licenciaturas) sólida para o docente e de garantias de formação continuada, incluindo licenças remuneradas para estudar, progressão na carreira em função da titulação obtida e garantia de progressão por avaliação de desempenho e tempo de serviço.

- O Art. 6º garante regras claras de aposentadoria para os professores e o Art. 7º estende esses benefícios para professores indígenas, quilombolas, o que se aplica, obviamente, também aos professores da área rural.

Esse conjunto de benefícios não está de todo implantado. Aliás, falta muito! Mas já está garantido em lei. Cabe aos sindicatos conhecer a resolução e cobrar dos sistemas educacionais seu cumprimento, se for o caso, na Justiça. Mas, o fato de ter tudo isso garantido em lei, já é um avanço considerável na carreira dos docentes da Educação Básica.

Agora, a pergunta que não quer calar: o que será feito para garantir a permanência dos docentes do Ensino Superior? Não existe resolução parecida para eles. Aliás, a última atitude do Governo Federal em relação aos docentes do sistema federal de universidades e IFET foi totalmente contrário ao que pedia o sindicato nacional! Na verdade se trata de um pacote que foi enfiado goela abaixo dos profissionais por meio da Medida Provisória 431/2008, que depois virou lei com o mesmo conteúdo, em que aparecem 7 artigos miúdos sobre a “carreira” do Magistério Superior, a manutenção da separação entre as carreiras das universidades e dos IFET (professores de IFET ganham menos que os das universidades, mas também fazem pesquisa e ministram cursos

de nível superior... vai entender!). Esses artigos falam exclusivamente de criar uma gratificação no lugar de outra (criou-se a GTMS no lugar da GED), estabelecem uma “nova” estrutura de classes e níveis, e ainda fazem algo muito ruim que foi retirar os valores concernentes à titulação do vencimento básico, criando mais uma gratificação (GEMAS). Nada de vantagens, nada de garantias de condições de trabalho, enfim... um miserê danado. Só gratificações temporárias que somem na hora que o Governo resolver.

Isso tem afastado gente da carreira e os concursos estão cada vez mais pobres. Lembro-me que, quando fiz meu concurso para ingressar na carreira nos idos de 1989, foram quase 30 concorrentes para 2 vagas. Hoje, abre-se uma vaga e aparece um ou outro sujeito... quando aparece. Por quê? Todo mundo sabe a dificuldade que é. Além do mais, essas pessoas com mestrado e doutorado ganham bem mais fora do magistério superior do que nele. Não seria hora de o Governo Federal também acordar para essa situação e o CNE resolver algo semelhante ao que resolveu para os professores da Educação Básica em relação aos docentes da Educação Superior? Ou vão esperar que 450 mil vagas de docentes nas universidades fiquem ociosas antes de se mexer?...

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# SÓ NÃO SE ECONOMIZA ESTUPIDEZ...

Normalmente, escrevo artigos extensos cheios de argumentos, que ocupam meia hora dos leitores a cada semana. Hoje, meu estado de espírito não permite tal coisa. Minha revolta em relação ao sistema educacional brasileiro neste momento está num nível em que chutar o pau da barraca e sair dessa profissão, desse campo e desse país já não me parece mais impossível, muito pelo contrário.

Há alguns meses tenho coordenado um grupo de alunos de Pedagogia que está preparando um trabalho sobre afetividade e sua influência na Educação Básica. Foram feitas entrevistas com professores e crianças, e testes psicológicos de afetividade com a ajuda de psicólogo especializado na área. Os resultados são assombrosos!

A quase totalidade das crianças está num estado de desequilíbrio emocional inimaginável. Os depoimentos das crianças são de fazer chorar. Muitas crianças não conseguem definir “família”! Algumas sequer sabem usar a palavra! Há depoimentos de agressão entre os pais (do tipo: “Quando meu pai pega a cinta e começa a bater na minha mãe eu saio correndo e me escondo no fundo do quintal!”), de agressão das crianças por parte de irmãos, tios, avós e dos próprios pais, muitas vezes com consequências físicas graves, mas sempre com consequências emocionais gravíssimas. Os professores, por sua vez, estão perdidos nessa selva. Não sabem o que fazer e sua conclusão é a absolutamente desastrosa ideia de que “não há o que fazer”!

Não tem mais jeito: a família faliu. Já cansei de dizer isso aqui. O Estado brasileiro precisa começar – urgentemente!!! – uma campanha nacional de valorização da família. Gasta-se milhões de reais a cada ano em propagandas e distribuição de camisinhas para financiar a putaria do Carnaval – em nome da saúde pública! –, mas não se gasta um centavo nesse país para incentivar a família e as relações equilibradas entre as pessoas – e isso seria em nome do futuro do país, só isso!...

Não tem mais jeito: as escolas precisam – mais do que urgentemente!!! – de corpo técnico permanente especializado no trato com as questões psicológicas das crianças. E é preciso um programa permanente de acompanhamento das condições psicológicas dos professores! ISSO PRECISA SER LEI FEDERAL! Mas, quando falamos com as secretarias de educação responsáveis pelas escolas e perguntamos por que razão não existe corpo técnico permanente para atender as crianças em cada escola (psicólogo ou psicopedagogo que possam fazer um trabalho permanente de orientação – E TEM QUE SER NA ESCOLA MESMO!) e por que não há treinamento dos docentes nessas questões, a

resposta é sempre que não há dinheiro. Digo e repito: isso é mentira! Dinheiro para Educação existe, mas é gasto futilmente, inclusive com festas, cerimônias ridículas e estupidezes de toda sorte. Aliás, nessa Educação Básica brasileira, parece que a única coisa em que não se economiza é na estupidez! Por hoje chega, pois não aguento mais... estou ficando cego de raiva.

*Versão final*

# SOBRE ORGULHOS PERDIDOS E OUTRAS DORES

## O orgulho perdido...

Nos últimos meses, tenho repetido insistentemente uma pergunta aos professores com os quais tenho contato e anotado as respostas. A pergunta, muito simples, reflete uma dimensão importante de nosso trabalho. É a seguinte: “Você tem orgulho de ser professor?”

A ideia da pergunta veio de uma entrevista antiga que li do Sr. Toyota, o da indústria automotiva mesmo. Ele dizia que um funcionário que não tivesse orgulho de trabalhar na Toyota não merecia seu emprego. Fiquei pensando nisso. Mais do que o orgulho do sujeito, fiquei pensando nas coisas que a Toyota fazia para que seus funcionários tivessem orgulho de trabalhar ali. Desde o oferecimento de boas condições de trabalho e salários até a lavagem cerebral típica dessas empresas que faz os funcionários acreditarem que o eles fabricam é realmente o melhor. Mas, somente o fato de o CEO da empresa se dar ao trabalho em dizer isso ao mundo já revela uma preocupação da Toyota com o tal “orgulho de fazer parte”.

Infelizmente, depois de umas quarenta perguntadas, ainda não consegui, nem em escolas públicas, nem na universidade em que trabalho, uma resposta convincentemente positiva, aquele “SIM!” acompanhado de um sorriso e olhos brilhantes. Pelo contrário, o que mais tenho ouvido como resposta é uma pergunta: “Orgulho de quê?”. Como defesa, rebato com um “Como assim?” E ouço coisas como (todas devidamente anotadas):

- “Orgulho do meu salário de miséria?”
- “Orgulho daquele bando de alunos que não querem nada da vida?”
- “Orgulho daquela escola podre, caindo na cabeça da gente?”
- “Orgulho das humilhações constantes a que somos submetidos pela Secretaria de Educação?”
- “Orgulho de ser gozado pelos alunos por ir de carro velho para escola?”
- “Orgulho de ir trabalhar de bicicleta enquanto os alunos vão de moto?”
- “Orgulho dessa bagunça que virou essa universidade?”
- “Orgulho da corrupção que está reinando aqui?”
- “Orgulho das brigas entre colegas?”
- “Orgulho da minha impotência diante dessa bandalheira?”

Veja, leitor, que cada um desses argumentos revela uma dor pessoal em relação à vida profissional e, algumas em relação a questões bem subjetivas mesmo. Seja por motivos salariais, seja pelas condições de trabalho, seja

pela insegurança social que ronda a profissão, por outras coisas mais ou por tudo isso junto, o orgulho de ser formador das gerações futuras se perdeu em meio às dores do dia a dia da profissão. E, ao que parece, essa campanha pífia e malfeita do Governo Federal pela valorização do magistério não tem surtido muito efeito. Já falei aqui nesta coluna várias vezes sobre isso, mas reafirmo aqui que: ou o Brasil recupera o orgulho de seus professores serem professores, ou a coisa ficará ainda mais feia do que está...

## **A dor do salário insuficiente...**

Ontem, um professor mais do que amigo me falou sobre sua decadência salarial. Quando ele ingressou na carreira do magistério há pouco mais de dez anos, ele ganhava 11 salários mínimos. Só tinha graduação. Hoje, ganha cerca de 3 salários mínimos, sendo pós-graduado. Isso significou decadência das condições de vida da família, que obviamente, compreende que as dificuldades pelas quais passa se referem ao fato de o pai ser professor. Dá para compreender, leitor, o peso dessa afirmação? É algo como: *se o pai não fosse professor, com a capacidade que ele tem, certamente a família estaria em condições muito melhores*. A culpa das dificuldades da família é a opção do pai pelo magistério.

Isso significa dizer que a opção do pai pela carreira do magistério se constitui não apenas em um peso por si só, pelas condições de trabalho etc., mas em um peso compartilhado e necessariamente assumido como uma “culpa”. Não é sem razão que os últimos concursos públicos que têm ocorrido em nível nacional e no estado em que moro têm sido grandemente ocupados por professores. Só para lembrar alguns recentes, cito excelentes professores – excelentes mesmo! – que fizeram concurso, obviamente foram aprovados e mudaram de profissão para o INSS, a Polícia Civil, a Receita Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário, todos para cargos de menor responsabilidade que o magistério e que pagavam duas ou três vezes mais que os antigos salários de professores.

Ou seja, quando eu era pequeno, a gente estudava na escola o “êxodo rural”. Era uma preocupação nacional. Acho que está na hora de o Governo Federal e os governos locais se preocuparem como êxodo do magistério.

Mas, nas universidades, a coisa não é diferente. Ingressei no magistério superior em 1990, posse do Fernando Collor, início da onda de destruição da universidade pública brasileira. Naquela época, eu só tinha a graduação. Era permitido, na Região Norte do Brasil, em função da escassez de professores, que docentes apenas com graduação fossem do quadro universitário. Passei no concurso público e isso era suficiente. O fato é que, no piso da carreira e só com graduação eu ganhava 26 salários mínimos. No auge da desgraça do

governo vampiro de Fernando Henrique Cardoso, tendo como assassino do serviço público o Bresser e como algoz dos professores o Paulo Renato, cheguei a ganhar 6 salários mínimos já sendo doutor. Ou seja: graduado no piso da carreira = 26 salários; doutor no teto da carreira = 6 salários. É certo que o Lula aliviou um pouquinho – nada de “nunca antes na história desse país”! Vamos parar de palhaçada! Apenas aliviou um pouquinho... – a situação, mas ainda a coisa tá brava...

O resultado óbvio disso é que os professores em geral se tornaram fazedores de bico. Os professores universitários criaram e, em sua maioria, defendem com unhas e dentes, as fundações privadas de apoio, que se tornaram sua principal fonte paralela de renda, muitas vezes, eivadas de corrupção de todo tipo, enquanto os professores da Educação Básica se tornaram vendedores ambulantes de cosméticos, lingerie, Tupperware, catálogos de variedades e essas coisas todas que vendem rápido. Isso é feito nas horas em que não estão em sala, que seriam horas de avaliação, estudo e planejamento, mas que viraram horários de “folga” usados para ganhar o dinheiro que falta para pagar as contas básicas da família.

Esse problema dos salários significou um aperto brutal no padrão de vida familiar dos professores e um conjunto de dores que contribuíram para que se perdesse o gosto pela educação.

## A falta de esperança

É quase impossível viver sem esperança! Mas é assim que a maioria dos professores brasileiros está em relação à Educação. A postura mais comum hoje é “faço o mínimo que me pedem e vou cuidar da minha vida. Isso aí não tem jeito não.” Essa é uma afirmação que tenho anotado repetidamente, muito mesmo!

Essa não é uma postura gratuita saída da boca de um bando de vagabundos! É pronunciada com pesar, com dor e, algumas vezes – de forma muito legítima! – entre lágrimas.

Ontem, ainda, falava sobre isso com minha família. Tenho 27 anos de sala de aula, uma vez que comecei com 15 anos substituindo professores, ainda como leigo que fazia o Magistério de 2º Grau, no interior de São Paulo. Com 16 anos, ao final do magistério, estava contratado como professor público, já em Rondônia. Esses 27 anos me permitiram acompanhar o andar da carruagem em nossa educação de forma vivencial. Falo do que vivi e vivo! Então, fiquei pensando em como esse período da educação nacional poderia ser representado... Se fosse com uma linha, seria com uma linha descendente, que à medida em que desce, fica cada vez mais fina até sumir. Se fosse por uma figura popular, seria pelo poço sem fundo ou pelo túnel sem luz. Se fosse

por um símbolo religioso, seria pelo purgatório. Se fosse por um gráfico de pizza, a pizza já teria sido comida e a conta teria sido deixada sobre a mesa para que os professores a pagassem. Simplesmente não consigo enxergar nenhuma forma positiva de representar esse período!

As últimas três décadas representam um período negro da nossa história, em que os políticos se preocuparam em consolidar seus partidos e suas estruturas de poder, em encher seus bolsos de dinheiro de corrupção e seus esquemas locais de laranjas e aliados espúrios, e em que a Educação, a esperança do país, foi deixada a morrer às mínguas, sendo muitas vezes, pisada nas mãos e na cabeça para que caísse mais rapidamente poço abaixo. A desesperança da Educação implica na desesperança do país.

Enquanto o presidente, preocupado com sua candidata com um passado dilmata, fica apregoando que hoje vivemos num “novo Brasil”, a realidade da Educação me mostra que sim, é verdade que vivemos num “novo Brasil”: um Brasil sem esperança, porque sem Educação Básica e, conseqüentemente, sem futuro, salvo as raríssimas exceções de projetos locais, muito localizados mesmo, em que um ou outro prefeito ainda tenta dar valor aos seus professores.

Na mesma hora em que economistas e políticos alardeiam os progressos da economia nacional, vemos nossa Educação afundando por falta de orgulho e esperança dos professores. Se esses orgulhosos senhores cabeçudos e toscos acham que fazer boa educação é abrir na marra vagas nas universidades, construir escolas bonitas e ampliar redes de ensino técnico, nunca souberam o que é Educação! Sem o resgate da pessoa do educador e de sua felicidade, nada disso servirá para nada. E o país pagará um preço que esses pimpões da vida nacional sequer estão querendo calcular.

# A ÚLTIMA ROSA DO VERÃO

A lindíssima canção “The last rose of Summer” (“A última rosa do verão”), que faz parte do repertório das Celtic Woman (delicie-se assistindo ao vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=h-P15xujxoI>) fala da sensação de solidão da última rosa que resta ao aproximarem-se os ventos gelados do inverno, desfolharem-se as árvores, queimarem-se as delgadas folhas da grama diante da frieza da neve e do gelo que se forma sobre a terra. Na última estrofe da canção, porém, são feitas indagações muito duras sobre nós mesmos: quando amizade falha, quando o círculo luminoso do amor se esvai, quando a mentira destrói a verdade nos corações, quem poderia viver tão só em um mundo tão sombrio?!

É comum que nos sintamos a última rosa do verão. É comum que pessoas boas, diante da maldade do mundo, se sintam solitárias e abandonadas. Diante da mesquinhaeria geral e da maldade reinante, a sensação de solidão que afeta os bons corações é realmente intrigante. Eles, os bons corações, que deveriam ser os mais luminosos, são justamente os que se escondem em algum canto sombrio, afetados, tristonhos, desfolhando-se diante dos ventos do inverno como se desfolha a última rosa que sobrou.

Essa é uma sensação antiga. Em texto muito famoso, Rui Barbosa expressa essa solidão da seguinte forma:

*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto* (Senado Federal, RJ. **Obras Completas**, Rui Barbosa. v. 41, t. 3, 1914, p. 86).

Voltando ainda mais, a mesma sensação emana da pena de Agostinho de Hipona da seguinte forma:

*“Esta nossa vida – se é que uma vida cheia de tão grandes males pode ser corretamente chamada de vida – testemunha o fato de que, desde o começo, a raça de homens mortais é uma raça condenada. Pense, primeiro, no abismo terrível da ignorância de que saem todos os erros, e então engole os filhos de Adão em um pantanal sombrio do qual ninguém pode escapar sem o preço de labutas, lágrimas e temores. Então, pense em nosso próprio amor a todas essas coisas que se provam tão vãs e venenosas, e geram tantas aflições, dificuldades, pesares e medos; que transformam essas loucas alegrias em discórdia, discussão e guerras; essas fraudes, roubos e assaltos; essa perfídia e orgulho, inveja e ambição,*

*homicídio e assassinato, crueldade e selvageria, ilegalidade e luxúria; todas as paixões imoderadas da fornicação e adultério, incesto e pecados antinaturais, estupro e incontáveis outras impurezas, sórdidas demais para serem mencionadas; os pecados contra a religião, sacrilégio e heresia, blasfêmia e perjúrio; as iniquidades contra o nosso próximo, calúnia, engano, mentiras e falso testemunho, violência contra as pessoas e a propriedade; injustiças nos tribunais e as inumeráveis outras misérias e enfermidades que enchem o mundo, mas que não recebem atenção”* (Agostinho de Hippona (423) In: **Cidade de Deus**, Gerald G. Walsh, S.J. trad., Cp.22, p. 519).

Essa sensação de devastadora de solidão que acomete o bom coração, a pessoa honesta e idealista vai muito mais longe, porém. Mas é enganosa. A Bíblia Sagrada relata a curiosa experiência do profeta Elias diante das atrocidades do rei Acabe e sua doentia esposa Jezabel. A história pode ser lida no livro de I Reis, capítulo 19. Em resumo, Jezabel manda anunciar a Elias que iria matá-lo. Elias foge para as montanhas e, cansado, esconde-se em uma caverna. Deus o chama para fora e, em dado momento, Elias, cheio dessa terrível sensação de solidão dos bons corações, diz para Deus:

(Verso 10) *“E ele disse: Tenho sido muito zeloso pelo SENHOR Deus dos Exércitos, porque os filhos de Israel deixaram a tua aliança, derrubaram os teus altares, e mataram os teus profetas à espada, e só eu fiquei, e buscam a minha vida para me tirarem”*.

Que linda, singela e triste esta declaração de Elias: Senhor, eu sou a última rosa do verão. Só eu sobrei. Só eu Te respeito, Te obedeco, guardo os teus preceitos. Só eu, Senhor! Mas, é nessa hora que Deus surpreende Elias e responde:

(Verso 18) *“Também deixei ficar em Israel sete mil: todos os joelhos que não se dobraram a Baal, e toda a boca que não o beijou”*.

Não! Elias não era a última rosa do verão! Ele apenas se sentia assim. Havia mais sete mil pessoas em Israel que não haviam sucumbido à podridão oficial do reinado de Acabe e Jezabel. Sete mil últimas rosas do verão! Entende isso, leitor?

Muitas vezes – mas muitas mesmo! – em minha vida, erradamente, tenho me sentido a “última rosa do verão”. Por muitos momentos em minha existência tenho me retraído a um canto sombrio, cheio da frieza que envolve as plantas no inverno, esperando calado que o verão chegue. Muitas vezes tenho encontrado pessoas que, como eu, poderiam oferecer mais ao mundo se não se sentissem como a última rosa do verão, esperando que os ventos

impetuosos do inverno os desfolhem, tirem seu brilho, façam secar suas belas cores.

Para esses momentos, aprendi, a olhar adiante. Aprendi que dando um passo adentro no bosque encontrarei outras muitas, muitas e muitas “últimas rosas do verão”. Aprendi que há muita gente boa nesse mundo, ocultada, esmagada, sufocada pelo peso da neve e do gelo da corrupção e da maldade reinantes. Mas percebi que juntos podemos sacudir essa neve de cima de nós, e que temos força sim. A força de nossa bondade, de nosso caráter, de nossa fé. Basta que deixemos de nos ver como os últimos!

Oh! Quão diferente seria se aprendêssemos a nos enxergar! Quão diferente seria se aprendêssemos a nos reconhecer! Se aprendêssemos, tão-somente, a trabalhar unidos! Se, ao invés de nos retrair esperando as dores do inverno, aprendêssemos a sacudir de nós a neve! Quão bom seria se aprendêssemos que não somos, que nunca fomos e que jamais seremos a última rosa do verão! Sempre haverá outros! Cumpre procurá-los, juntar-se a eles e fazer a diferença nesse mundo sombrio.

Fico pensando quão diferente seria nossa Educação – em todos os níveis – se os professores compreendessem isso. Hoje, os bons professores, na maioria das instituições, sentem-se sufocados como uma flor coberta de neve e gelo. Sentem-se amarrados e tolhidos. Retraem-se e, muitas vezes, desistem da luta em função dessa sensação de solidão, terrível sensação, quase uma “certeza”! Por favor, pensem nisso, querido professor, querida professora: por pior que possa parecer sua escola e sua situação como educador neste país coberto de corrupção, você não está sozinho! Você não é o último bom professor, o último idealista, o último sonhador! Você não é a última rosa do verão. Dê um passo adiante no bosque e você encontrará outros como você. Juntos, vocês encontrarão outros e outros. Unidos, vocês poderão transformar vidas, ser a diferença!

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



## SOBRE OS CURRÍCULOS

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## A ESCOLA, O PROFESSOR E O LIXO

Dia desses, quase ia levando uma surra virtual de uma professora que leu a entrevista acerca do lançamento do meu livro “Semântica para a Educação Básica” aqui portal. Ela estava muito indignada com a afirmação de que “cerca da metade do que a escola ensina hoje é lixo.” Segundo ela, “como professora de português, tudo o que eu ensino é útil aos meus alunos; se não é hoje, será no futuro.” Ulalá! Isso sim é que é um tema para ser discutido aqui! Vamos a ele, portanto.

Então, vamos começar pelo “lixo”. Quando a gente fala de lixo, fala de coisas imprestáveis, certo? Errado. Faz muito tempo que se sabe o quanto de riqueza sai – e poderia sair ainda mais – daquilo que a gente chama de lixo. Mas, é claro que “lixo”, na minha afirmação, tinha sentido figurado. Quando a gente fala de “lixo do conhecimento na escola”, está falando de coisas que, embora sejam conhecimento – e, aparentemente todo conhecimento é bom... pelo menos aparentemente... – estão no lugar errado, na hora errada, atrapalhando mais do que ajudando, incomodando muito mais do que trazendo felicidade. Ou seja, eu não disse que grande parte das coisas que a escola ensina não é bom conhecimento ou não é importante (embora eu devesse ter dito isso, sim!). Eu disse lá que grande parte do que a escola ensina simplesmente não deveria ser ensinado na escola, não para alunos nessa idade da Educação Básica, não sem qualquer relação com a vida, muito menos de uma forma automatizada e massacrante como se faz hoje. E é preciso ressaltar que minha afirmação não foi gratuita e muito menos desprovida de valor científico. Também não foi uma tentativa de impressionar.

O fato é que, há alguns anos, orientei uma pedagoga em um trabalho de pesquisa de pós-graduação sobre currículos e ela descobriu que os alunos e os pais de alunos não conseguem enxergar qualquer utilidade para suas vidas em cerca de 78% de todo o conteúdo que a escola ensina. Os alunos decoram porque são obrigados a decorar para a prova, e já no dia seguinte esquecem. Então, dá para ver que ainda fui generoso, falando em “cerca da metade”... Esse é um problema terrível!

Nossa escola está estacionada há séculos. Ainda obrigamos os alunos a decorar a tabuada, quando todos eles têm no bolso um celular com uma calculadora, ou compram no camelô uma calculadora por 1 real. Ensinamos nossos alunos a escrever cartas, mas não os ensinamos a escrever e-mails ou montar sua página no Orkut, ou ainda, a identificar golpes contra eles mesmos na Net, como, por exemplo, assédio e pedofilia. Os obrigamos a decorar listas de conjunções, mas não os ensinamos a gostar de ler. E eles acabam tendo que aprender – muitas vezes da forma mais doída – tudo isso fora da escola,

porque a vida está cobrando isso deles, e daí vem a ideia de que a escola só presta para escola mesmo.

O outro argumento usado pela professora, de que aquilo que ela ensina “se não serve hoje, servirá um dia”, faz parte só das ilusões de alguns professores. A imagem geral da escola brasileira e do trabalho que ela faz é tão negativa hoje em dia (e estou falando baseado em pesquisas novamente), que a maioria dos alunos não tem mais interesse em guardar sequer para amanhã aquilo que a escola pensa que ensina hoje. Minha equipe e eu fizemos alguns testes reveladores sobre a avaliação escolar em algumas escolas da rede pública. Os professores trabalhavam os conteúdos normalmente e marcavam uma data para prova. As provas eram elaboradas pelos próprios professores e aplicadas da forma convencional. Trabalhamos isso com as disciplinas de “Português” e de “Matemática”. Os alunos faziam a prova e, no dia seguinte, sem que tivéssemos avisado a turma, voltávamos e aplicávamos a mesma prova, na mesma turma, da mesma forma, com o mesmo tempo para resolução. Resultado, o aproveitamento medido nas provas caiu cerca de 85% de um dia para o outro. Mesmo os melhores alunos tiveram notas cerca de 65% menores que no dia anterior, o dia da “prova avisada”. A única conclusão possível: não há aprendizado real. Os alunos decoram um pacote de conteúdos para a prova, usando apenas sua “memória recente”, e tratam de apagar tudo para o dia seguinte, quando não interessa mais aquilo que tinham decorado. Então, partimos para a segunda parte do trabalho: perguntar aos alunos o porquê de resultados tão ruins no dia seguinte. A resposta, em geral, é a mesma: “A gente esquece porque não precisa mesmo lembrar, uma vez que aquilo que cai na prova não serve para nada e não é usado em outro lugar.” Quer algo mais terrível que isso? Pois tem. Vamos lá.

Perguntamos a 70 professores de “língua portuguesa” (desses que falam brasileiro e insistem em ensinar português na escola), três coisas: 1. O que é uma língua? 2. Por que devemos ensinar nossos alunos e obrigá-los a decorar as conjunções coordenativas e subordinativas? e 3. Em que ocasiões concretas os alunos utilizarão os conhecimentos escolares sobre análise sintática em seu cotidiano? Os resultados obtidos são realmente muito significativos. Apenas 11 professores apresentaram uma resposta significativa para o que é uma língua. Nenhum deles apresentou uma resposta convincente para as perguntas 2 e 3. Em outras palavras, é aquilo mesmo que eu disse na entrevista: grande parte dos professores não tem ideia das razões concretas que levam alguém a ensinar o que se ensina hoje na escola. Mas, o legal é que, fora do ambiente de entrevista, grande parte deles têm a sinceridade de dizer que luta contra isso, pelo menos interiormente; grande parte deles vivencia um conflito de consciência em relação ao que sabe que precisaria fazer e o que é obrigado a fazer na vida escolar. Isso precisa mudar, e precisa mudar

logo! Não vai adiantar ficar fazendo Provinha Brasil, gastando dinheiro com formação de professores, investindo em estrutura das escolas, enfim, ficar maquiando o problema. O problema maior de nossas escolas não é falta de avaliação, formação dos professores ou estrutura das escolas. É claro que tudo isso é problema e precisa ser enfrentado sim! Mas, o problema maior de nossas escolas é o que elas ensinam hoje. Se você tiver o melhor professor do mundo, com o maior salário do mundo, na melhor estrutura escolar do mundo e continuar ensinando “lixo” para os alunos, a escola continuará não servindo para muita coisa além de encher a barriga na hora da merenda, o que, sem dúvida, é importante, mas que não é a razão de ser da escola. E, numa próxima oportunidade quero abordar o “lixo do conhecimento” especificamente nas aulas de língua materna, uma vez que minha praia é essa. Até mais.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A ESCOLA, O PROFESSOR E O LIXO (ÚLTIMO E LONGO CAPÍTULO...)

Como havia prometido, aqui vai a segunda parte do que penso sobre os currículos escolares de hoje, agora falando especificamente do ensino de língua materna. Nosso ensino tradicional de língua materna se fundamenta em sete lendas-pilares (talvez pudéssemos chamar essas crenças de “mitos”, uma vez que elas assumem um caráter quase-religioso nas nossas escolas...). É sobre essas lendas que o comportamento da maioria dos professores se pauta (inclusive nas universidades) e é sobre essas lendas que os livros didáticos e os compêndios de gramática normativa são construídos. Pior do que as próprias lendas, porém, é saber que elas são negadas por professores e autores de livros didáticos, mas são elas que suportam suas práticas. E antes que venham me criticar por ser generalista e inconsequente, é claro – sim! – que existem exceções... mas, infelizmente, ainda são poucas. Bem, precisamos ver que lendas são essas:

Lenda 1 – **“Quem lê muito escreve bem”** – Em um livro que publiquei em 2000<sup>4</sup>, no capítulo “Leitura e escrita: princípios naturais do gosto e do desgosto”, discuti largamente isso e não há espaço suficiente para retomar a integralidade da questão aqui. Mas, é preciso entender que ler e escrever são habilidades totalmente diferentes, que requerem de nós o uso de potencialidades distintas, de capacidades intelectuais distintas, enfim, que precisam ser exercitadas “separadamente”. Ler muito permite criar “conteúdo”. É claro que ninguém escreve bem sem ter conteúdo. Mas, o conteúdo sozinho não resolve. É preciso dominar a técnica da escrita, e isso precisa ser treinado, treinado, treinado... Ler e escrever – na comparação mais grosseira que consegui arranjar, são como cozinhar e comer. Ninguém aprende a cozinhar comendo nem vice-versa, embora sejam duas atividades aparentemente complementares. A arte de degustar o alimento, de sentir sabores, para ser aprendida, precisa ser treinada independentemente da arte de preparar esse alimento, e assim também no sentido contrário da história. Tenho amigos professores na universidade que são leitores contumazes, verdadeiros viciados em leitura, mas que na hora de redigir um requerimento de progressão funcional se enrolam... Se a lenda tivesse fundamento na realidade, isso não deveria acontecer. Bem, os fundamentos científicos que derrubam essa lenda já há muito estão, como disse, disponíveis na bibliografia existente e, sobre ela, podemos parar por aqui.

Lenda 2 – **“Quem estuda gramática escreve e fala bem”** – Essa lenda o professor Sírio Possenti, da Unicamp, em seu magistral “Por que (não) ensinar gramática na escola”, já desmontou até o último pedacinho. E olha que só estou

4 Ferrarezi Jr., Celso (2000). *Discutindo Linguagem com Professores de Português*. São Paulo: Terceira Margem.

citando o Sírio, porque muitos outros bons autores já mostraram os perigos que existem em se acreditar nisso. Mas, o resumo da ópera é: simplesmente, o estudo da gramática normativa de uma língua, ou mesmo da estrutura gramatical formalizada da língua não faz ninguém gostar de ler, aprender a escrever ou saber falar bem. Decorar listas de preposições e conjunções ou classificar predicados em nominais ou verbais não ajuda nada a quem tem a pretensão de ser um bom redator ou um bom leitor. Aliás, para encontrar manifestações dessa lenda, o brasileiro nem precisa ir à escola. Basta ligar a TV e sintonizar a Rede Globo, que ele vai encontrar, na hora dos intervalos, um artista qualquer tentando lhe ensinar como escrever “privilégio”, ao invés de “previlégio” (e daí aparece a vinheta que diz: “Aqui tem educação”). Aqui, somos obrigados a voltar à primeira lenda: escrever se aprende escrevendo – e muito! – e ler se aprende lendo – muito também! Muito pior ainda é quando a escola insiste em ensinar abstrações gramaticais para crianças de 7 ou 8 anos. Desculpem-me, mas não tenho outra palavra para dizer o que penso disso: é um crime! Mais de seis décadas depois dos estudos sobre a psicogênese, depois de compreender como se forma a inteligência da criança, e ainda insistimos em ensinar “advérbio” e “objeto direto” para crianças que ainda não operam com categorias abstratas. E, por que ocupamos quase todo tempo das aulas de língua com essa gramatiquice funesta, não sobra tempo para ensinar o que as crianças deveriam estar realmente aprendendo, ou seja, as quatro habilidades básicas da comunicação.

Lenda 3 – **“Primeiro a gente lê, depois entende, logo, leitura e compreensão são coisas independentes”** – Se você se lembra dos seus livros didáticos, eles apresentavam um texto (geralmente bem “bobinho”... – estou tentando ser gentil...) e depois vinha um negócio chamado “interpretação do texto” ou “para compreender o texto” ou “vamos entender o texto” ou alguma coisa assim. Isso dá a ideia de que é possível “ler” o texto, de verdade, sem compreendê-lo. Primeiro a gente lê, depois compreende. O mesmo acontece com os chamados guias de compreensão que são fornecidos junto com livros paradidáticos pelas editoras, aqueles questionários chatérrimos que os alunos têm que responder para provar aos professores que leram o livro. Bem, se a gente lê-se primeiro para depois entender, a Folha de São Paulo teria que vir com mais um caderno: o caderno “Questionários para entender as notícias.” Ainda bem que não é assim! E é preciso deixar claro que, se não ocorrer compreensão no ato de leitura, não ocorreu leitura de verdade. Ou juntamos essas coisas, ou a escola vai continuar alimentando a ideia de que quem “decodifica” um texto sem entendê-lo leu o texto de alguma forma, e não leu não...

Lenda 4 – **“A correção da escrita pelo professor é suficiente para corrigir a escrita mal escrita do aluno”** – Esse é outro caso já largamente tratado na literatura pertinente, por exemplo, nas obras do Prof. João Wanderlei Geraldi, entre outros autores. Quando o aluno faz a redação escolar (como

aquela sobre as férias...) e o professor sai marcando de vermelho tudo o que o sujeitinho “errou”, e depois devolve para o aluno com uma nota, o que acontece? O aluno olha a nota, amassa e joga o papel no lixo. Nada do que foi corrigido será assimilado se não for conscientemente corrigido pelo aluno em um processo de reescrita. Até porque, se o sujeitinho errou, é que não sabe como deveria ser, ou seja, não tem consciência da melhor forma de fazer o texto. Um texto precisa ser reescrito tantas vezes quantas forem necessárias para que se aprenda como escrevê-lo melhor. Além disso, a correção da escrita deve contemplar o conteúdo. As correções tradicionais não contemplam o conteúdo. Apenas são corrigidos erros de ortografia, de pontuação, alguma coisa de concordância e colocação de palavras, quando muito. E isso não é corrigir um texto! É, no máximo, apontar problemas formais. A essência do texto, que é seu conteúdo, se perde nos corredores da escola. Assim, para que se aprenda a escrever bem, ou seja, a escrever textos que realmente reflitam nosso pensamento e que as outras pessoas compreendam, é preciso escrever e reescrever, escrever e reescrever, tomando consciência das falhas, mas aprendendo como corrigi-las efetivamente na prática do refazer.

Lenda 5 – **“Ouvir e falar todo mundo que é “normal” nasce sabendo”** – Bah, Tchê! Essa dói! Você, leitor, deve lembrar de quão poucas vezes a escola treinou você (se é que treinou um dia...) para ouvir (além das intermináveis aulas expositivas que a gente acaba nem ouvindo...). Falo de ouvir outras coisas, de ouvir palestras ou mesmo rádio, de ouvir o colega, de ouvir bem, de compreender o que se ouve, de ter paciência para ouvir e respeito para com o que se ouve. Parece que não há tempo para isso. E você também deve lembrar quão poucas vezes foi treinado para falar, para expressar-se oralmente, em grupos ou para um público maior. E como isso faz falta na vida! Quando os alunos chegam na Universidade, que é onde retomo contato com eles, em grande parte não são capazes de apresentar um trabalho oralmente, de expor suas ideias e ficam o tempo todo dizendo: “Vou tentar falar aqui o que eu acho... mas acho que não vou conseguir... sei lá...”. É claro que essa moçada toda não tem nada de burra: simplesmente não foi treinada para falar! Ninguém nasce sabendo ouvir e falar bem. A escola tem que treinar isso, sim! A escola não pode ser apenas o império da cópia. É preciso que as quatro habilidades básicas da comunicação recebam atenção igualmente. É preciso ter tempo para isso. E esse tempo só será encontrado se os currículos foram amplamente modificados.

Lenda 6 – **“A gente fala como escreve”** – Este é um dos temas mais tratados na literatura de Linguística no Brasil. Ninguém fala como escreve, a escrita nunca acompanhará a fala, e nem tem razão de fazer isso, e a escola deveria parar de insistir na ideia de que a fala do aluno deve ser, necessariamente, igual à “boa-escrita”, para que ele esteja falando direito. Insistir nisso é mais do que absurdo, é muito prejudicial aos alunos. Muito mais do que

impor um padrão de fala baseado numa pretensa “boa-escrita”, a escola deveria fazer o aluno compreender a existência de variantes de fala e de escrita, sua importância e a necessidade de poder adaptar a cada momento da vida o padrão que ali melhor se encaixe. Do reconhecimento dessa necessidade vem a vontade de aprender novos padrões. Na forma de imposição, a coisa não funciona. Aliás, nunca funcionou.

Lenda 7 – **“O português é um só no Brasil. Somos uma nação que fala a mesma língua”** – Com a palavra o Prof. Marcos Bagno: “O que se convencionou chamar de língua nas sociedades letradas é, na verdade, um produto social, artificial, que não corresponde àquilo que a língua realmente é. Ao contrário da norma-padrão, que é concebida como um produto homogêneo... a língua... é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução.”<sup>5</sup> Ou seja, não falamos não a mesma língua, não no sentido da lenda, não no sentido da homogeneidade nacional, não num sentido que permita ao Governo Federal distribuir o mesmo livro didático para todos os alunos do Brasil! Terrível isso! Só quem, como eu tenho feito nas últimas duas décadas, trabalha em regiões fora do eixo Sul/Sudeste, e com crianças de classes mais baixas, tem noção de quanto esses alunos sofrem com os livros didáticos escritos numa língua que não é a língua deles, falando de coisas que não têm a mínima a ver com a realidade deles. Já era hora de pensar isso de uma forma melhor neste país.

Ou seja, enquanto a gente confundir escrita com fala, acreditar nos pretensos poderes milagrosos da gramática normativa e ocupar todo o tempo das aulas de língua com “lixo”, nossos alunos vão continuar se formando como analfabetos funcionais, com dificuldades graves para ouvir e falar bem, enfim, essa coisa que a gente vê na televisão todos os dias. Reformar o ensino brasileiro é reformar os currículos.

E quero terminar este artigo (enorme!... Me desculpem...) afirmando e reafirmando que é hora de nossos pedagogos e filósofos, pararem de, em nome de uma pretensa dialética-norteadora, encher os espaços acadêmicos de perguntas, perguntas e mais perguntas, que problematizam o mundo, mas que não trazem soluções. O mundo já está suficientemente problematizado pela dialética acadêmica. É triste ver que pessoas que poderiam propor respostas continuam fazendo perguntas, talvez para não se comprometer com possíveis respostas. Isso não é nada socrático: é “enrolático”. É hora de dar respostas. Respostas, ao contrário de perguntas, parecem cobrar um preço maior de seus autores. Mas, elas são necessárias! Uma dessas respostas é possibilitar que nossos educadores sentem e meditem sobre o problema grave de nossos currículos, reconstruindo esses currículos junto com a sociedade brasileira. Creio que sem isso, nossa educação continuará ruim, muito ruim.

5 Bagno, Marcos (2007). *Nada na Língua é por Acaso*. São Paulo: Parábola.

# QUINQUILHARIAS DO SABER

O Prof. Dorosnil Moreira é companheiro de jornada por duas décadas. Professor da Universidade em que trabalho, de vez em quando troca algumas ideias comigo. Na última conversa, usou uma expressão que me chamou a atenção: “quinquilharias do saber”. Me coloquei a pensar sobre esse negócio e tentar fazer uma ligação com o que conheço da vida escolar brasileira.

Segundo o Prof. Dorosnil, em ambientes sociais em que interessa a ignorância do povo (em qual não interessa?), principalmente em regimes centrados no capital (hoje, qual não é, se nem Cuba escapa mais... se é que um dia escapou...), cabe à escola repassar às novas gerações um bocado dessas quinquilharias do saber. Sei – ou penso que sei – o que é uma quinquilharia. Mas corri ao Houaiss para ver o que a equipe do sujeito acha. Encontrei, entre outras definições, o que segue, lá na página 2.363 (amo esses dicionários! Já pensou? Estou na “PÁGINA 2.363!!”, e nem estou perto do fim! Isso dá uma “sensação de conhecimento saindo pela janela”!):

*“Quinquilharia s.f. – objeto (brinquedo, bijuteria, etc.) de pouco valor ou nenhum valor ou utilidade; bugiganga... 2. p.ext. algo sem importância; insignificância, ninharia.” e por aí vai...*

Dia desses, escrevi aqui no portal que a escola brasileira ensina um bocado de lixo. Teve gente que ficou brava comigo... Até assustei... Agora achei um nome mais elegante para dizer a mesma coisa: a escola ensina um monte de “quinquilharias do saber”! E, como eu disse aí em cima, comecei a reparar um pouco mais em certas coisas da escola. Foi aqui que me deparei com uma cena dantesca...

Em primeiro lugar, é preciso que se diga que meus filhos, sortudos que são, de forma diferente do que acontece com a maioria dos filhos deste país – muito infelizmente! –, têm o privilégio de estudar em uma escola renomada, de uma das mais conceituadas redes de ensino do país, daquelas que possuem material didático próprio, salas climatizadas, essas coisas. Digo “muito infelizmente” não por meus filhos estudarem lá, mas pelos filhos do Brasil não poderem estudar lá. Mas, é justamente por estudarem em uma “escola de primeira”, como se diz, que fiquei ainda mais assustado.

Estou eu em meu escritório, trabalhando em orientações para professores da Educação Básica e percebo minha filha de sete anos, segundo ano (antiga primeira série), com uns papéis na mão decorando uma lista de nomes de animais que ela nunca viu (e nem eu!), diferenciando-os em vivíparos,

ovovivíparos e ovíparos. A dificuldade para ela pronunciar essas palavras era notável. E essas não eram as únicas informações sobre os tais bichos: havia peles escamosas e rugosas, locomoção rastejante, habitat selvático ou doméstico, alimentação... Um tratado de zoologia! Legal! Afinal estamos na era da ecologia! Quem sabe, por saber que a serpente *trigofelix cloquissoma* é um réptil ovovivíparo escamoso rastejante ela vai amar mais o bichinho. Bem... por outro lado, pode ser que ela pense que alguém que é isso tudo aí só pode não prestar... Afinal, como alguém que presta poderia ser *ovovivíparo, escamoso e rastejante*, tudo de uma vez? Fiquei pensando se ela conseguiria sobreviver e ser feliz sem saber aquilo. Acho que não... Se não, a escola não estaria ocupando a mente infantil dela com isso: estaria mais preocupada em fazer a danadinha escrever bem, amar a leitura, falar com desenvoltura e, quem sabe, até aprender a ouvir (doce arte essa a de ouvir!). No fundo, me assustei por não saber como eu sobrevivi até hoje sem ter decorado que a serpente *trigofelix cloquissoma* é um réptil ovovivíparo escamoso rastejante... Ah! Não existe a serpente *trigofelix cloquissoma*? Que diferença faz? Eu não conseguiria decorar o nome científico de nenhuma delas mesmo... Comecei a entender o que é ocupar a mente das novas gerações com as quinquilharias do saber. Mas, isso aí, da “serpente ovovivípara”, não é importante? Pode ser para um biólogo, para um zoólogo, mas não é para uma criança de 7 anos que está engatinhando na escrita e na leitura. Convenhamos, leitor, nem Kafka imaginaria uma coisa dessas...

Aí resolvi apelar: fui olhar as “apostilas” de ensino médio do meu filho mais velho (Chique isso! No meu tempo a gente estudava o “ponto” que a professora passava na lousa e, quem tinha, fazia a tarefa no livro didático... que pobreza era aquilo!...). Foi quando confirmei o que eu me recusava a acreditar: que os alunos de classes como a dele continuam estudando que Cabral descobriu o Brasil! (Uau!, e eu que pensei que essa baboseira já tivesse sido superada...), e, também, que é mais importante saber que Machado de Assis fundou a Academia Brasileira de Letras e decorar o ano em que ele publicou “Memórias Póstumas de Brás Cubas” do que ler o livro! Ainda, confirmei que os meninos do ensino médio continuam tendo que decorar os numerinhos todos da tabela periódica dos elementos químicos (e eu que achava que, em função do absurdo que é, para uma pessoa normal, ter que decorar aquilo, eles já podiam usar a tabela nas provas...) e que eles continuam tendo que decorar as listas de conjunções, preposições, tipos de advérbios e de orações subordinadas (e eu como professor de língua materna entrei em choque!). Foram dois dias para me recuperar...

Mas, afinal de contas, qual é o problema com essas quinquilharias? O problema é que elas são chamadas de “conhecimento científico” e de “cultura”

e dão a falsa sensação, a quem se apropria delas, de profunda sabedoria, da mesma forma como uma criança que coleciona tampinhas de cerveja se sente rica ao abrir sua caixinha de sapatos e contar 237 preciosas tampinhas! Oras, quem nunca foi atormentado por um idiota qualquer de plantão lhe fazendo perguntas sobre “quinquilharias do saber”, nas horas mais inconvenientes (como no aniversário da sua sogra...) como se você fosse obrigado a conhecer essas coisas? E aí de você se não souber!...

Brincadeiras à parte, leitor, precisamos acordar para esse problema, e rápido! Em um mundo em crescente processo de destruição (e se nós somos parte do mundo, o processo é de autodestruição...), um mundo que a gente não sabe quanto tempo ainda aguenta tanta agressão, em uma sociedade violenta, estúpida, imoral e injusta, em que nossas crianças estão expostas a redes de pedófilos, a sequestros que atendem ao tráfico internacional de órgãos, ao consumismo doentio, em um país em que as injustiças sociais, ao contrário do que se diz oficialmente, continuam gritantes e a sociedade é brutalmente desequilibrada, em um país em que parte da polícia forma milícias que são tão ou mais grotescas que o crime “comum” organizado, um país que é assolado por uma epidemia de incompetência política que se traduz, no cotidiano, como epidemias de saúde, de doenças sociais, de descaso pelo meio ambiente... oras! por favor!, não dá mais para ficar ensinando “quinquilharias do saber” às novas gerações. Ou aproveitamos o tempo da escola para tratar de assuntos realmente relevantes para existência desta sociedade, ou poderá ser tarde demais bem mais cedo do que a maioria pensa.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 1)

No período em que estava preparando os verbetes do Mini(mo) Dicionário Essencial do Professor, saiu (é claro... rrsrs) um verbete sobre o livro didático, em que eu cascava o pau nesse instrumento maléfico disseminado no Brasil. Aí, como de costume, recebi uma sacola de e-mails protestando contra minhas ideias e me perguntando o que, afinal, eu tenho contra o livro didático. Esperei acabarem as publicações do Mini(mo) e agora vou explicar calmamente por que o livro didático, pelo menos como é usado e produzido no Brasil hoje, é tão ruim. Dentre as muitas que já identifiquei (onze, na verdade), vou apresentar aqui no portal 4 boas razões para não adotar um livro didático e, ainda, parar o programa nacional do livro didático nos moldes como ele é levado a efeito pelo Governo Federal e por alguns governos estaduais hoje no Brasil. Vou apresentar uma a cada semana, pois exigem argumentação um pouco longa. Então vamos lá:

## **Causa 1: O livro didático encurta os horizontes do conhecimento**

Imagine que você tem que encontrar respostas sobre um tema qualquer. Vou citar aqui o mesmo exemplo que sempre cito nas minhas aulas: você quer conhecer insetos. O que você faz? Procura livros nas livrarias e na Internet, revistas especializadas, conversa com pessoas que conhecem insetos, vai ao jardim da sua casa ou ao um bosque próximo e procura insetos, captura insetos e os coleciona, conversa com seu vizinho sobre sua curiosidade para com os insetos e, sem querer, descobre que aquele seu vizinho com cara de bobo sabe muito sobre insetos, e por aí vai pelo mundo descobrindo sobre insetos. O que vai acontecer? Você vai encontrar uma infinidade de saberes sobre insetos e ter uma experiência múltipla sobre insetos e construir uma visão sólida sobre insetos e, na maioria das vezes, sentir vontade de descobrir mais e mais sobre insetos. Com diferentes pontos de vista válidos, inclusive os seus, você vai formar uma ideia complexa sobre insetos que ajudará você a compreender profundamente esses bichinhos (encantadores?... nojentos?... depende dos olhos...). Esse é o processo natural de descoberta.

Agora, imagine esse processo em uma sala de aula com 30 alunos e um professor: teremos 31 visões múltiplas sobre insetos e essas 31 visões poderão ser compartilhadas. Quanta riqueza de saberes! Bem... então coloque o livro didático na história. Estraga tudo.

O livro didático é uma seleção de saberes que o autor fez. É a visão dele. E o livro didático sofre com a falta de espaço. Então, a visão do cara, que já é um resumo, é mais reduzida ainda no livro. O resumo do resumo. Junto dessa visão vêm 2 ou 3 fotos de insetos. A imagem que se forma sobre o tema é, então, reduzida, viciada (é a visão do autor) e o pior: dada como suficiente. Lê-se aquilo na sala, responde-se os 3 ou 4 exercícios, olha-se aquelas fotos e acabou a descoberta sobre insetos. Aí, alguém pode retrucar: mas o professor pode estimular outras pesquisas etc. e tal. Pode, mas não faz! A prática diz que quando o livro didático está presente há um contentamento geral com aquela mixaria de conhecimento que ele oferece. O mundo acaba nas páginas do livro didático. É como se não houvesse mais nada a saber. Ou, em última instância, como se os alunos daquela série estivessem condenados, por uma razão qualquer, a saber só aquilo como se esse “só aquilo” fosse suficiente para eles.

Porém, se a forma natural de descobrir saberes fosse aplicada na escola, os saberes nela construídos seriam:

- a) Muito mais amplos;
- b) muito mais significativos, pois frutos de descobertas pessoais;
- c) muito mais prazerosos de se obter, pois haveria envolvimento geral em sua consecução;
- d) muito mais valorizados por todos, inclusive os saberes da comunidade, pois eles teriam a ver com as vidas das pessoas;
- e) muito mais úteis, pois fariam parte – realmente – das existências individuais e do grupo;
- f) não-restritivos, mas despertadores do desejo por novos saberes.

Com o livro didático em mãos, porém, tudo isso se perde. O livro tolhe os alunos e o professor, e dá ao professor uma sensação de pseudo-segurança abominável em educação.

Tenho repetido há muitos anos que *ensinar é aprender, só que em uma posição privilegiada*. A descoberta de saberes em uma sala de aula precisa ocorrer com os alunos e com o professor. Se o professor não está aprendendo nas aulas, alguma coisa de errado está acontecendo. E, geralmente, essa coisa errada é: não está havendo construção nem descoberta de saberes, mas apenas repetição boba de coisas previsíveis. A previsibilidade do conteúdo do livro e da forma como o livro é usado na escola brasileira propicia uma condição quase perfeita para essa repetição boba de coisas previsíveis. Muito mau: mau para os alunos, mau para os professores. Enquanto alunos e professores jogam fora a oportunidade ímpar de construir saberes múltiplos e sólidos, gente fica rica às custas desse processo.

Muito melhor do que adotar livros didáticos seria adotar livros de referência, revistas e a busca digital como fontes midiáticas, e a entrevista, a pesquisa

de campo, o compartilhar de saberes como forma de obtenção “face-a-face”, esta uma experiência extremamente humana e insubstituível. Seria melhor, ao invés de receber caixas e caixas de livros didáticos a cada ano, a escola ter uma boa biblioteca, o professor se obrigar a ler e preparar conteúdos, os alunos serem obrigados a correr atrás do prejuízo, buscando saberes em todos os cantos para compor um conteúdo sólido e inovador em sala e haver incentivo para a formação de bibliotecas domiciliares. Pelo menos, um bom dicionário e uma obra ampla de referência na casa de cada aluno. Impossível? Não com o dinheiro que se gasta com livros didáticos neste país a cada ano. Mas sobre isso vou falar em outra oportunidade.

O que quero frisar hoje aqui é que nossa educação precisa, de alguma forma, se livrar dessa âncora maldita que tem sido o livro didático, e começar a permitir que a multiplicidade de saberes e de pontos de vista inundem nossas escolas e afoguem de conhecimento e alegria nossos alunos e professores. para mim, só essa razão já seria suficiente para rever a questão. Mas ainda tem mais três.

Nos encontramos aqui semana que vem.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 2)

Mal foi publicada a primeira razão para esquecer o livro didático como ele é hoje e minha caixa de e-mail já começou a receber bordoadas! UHAUHAUHAUHAUHA. Alguma boa razão contra o que havia sido dito? Não: apenas desaforos e considerações emotivas de quem sempre acreditou que educação é isso mesmo que a gente faz no Brasil. Ótimo! Isso mostra que a hora para discutir já está passando e o momento é ontem. Então, precisamos continuar em nossa jornada quixotesca. Vamos à segunda razão:

### **Razão 2: O livro didático no Brasil despreza as indispreszíveis diferenças regionais –**

O Brasil tem dois ou três centros de produção de livros didáticos que concentram praticamente toda produção nacional. Editoras como Ática, Scipione, Moderna e FTD (para citar algumas das principais... Me desculpem as não citadas... Nada de pessoal...) concentram grande quantidade de autores e das coleções que acabam sendo adotadas pelos governos e pelas escolas privadas que não possuem algum convênio que garanta as “apostilas-didáticas”, por exemplo, como as famosas redes Objetivo e Positivo.

Infelizmente, porém, grande parte dos autores desses livros, concentrados no Rio e em São Paulo, parece que nunca visitou outras partes do país, não conhece suas linguagens, suas peculiaridades e não as respeita. Bem, se algum deles visitou, aprendeu bem pouco... Na verdade, brincadeiras à parte, nem é isso o que ocorre. O que ocorre é que os livros são construídos para os grandes mercados, para as maiores concentrações populacionais que estão... adivinha... no Sul e no Sudeste. Além disso, é impossível enfiar em um livro didático no Brasil todas as importantíssimas diferenças regionais existentes no país.

Por isso, esses livros privilegiam grotescamente a cultura e a sociedade do Sul e do Sudeste, e acabam se tornando livros de “fantasia” para os alunos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por exemplo, os meninos do interior da Amazônia têm que estudar sobre o metrô, mas andam de casqueta para chegar à escola. “Casqueta”? Você que é de outro canto do país não sabe o que é uma casqueta? Procura no livro didático para ver se acha... Da mesma forma, coisas que fazem parte do cotidiano existencial dessas crianças, como festas religiosas e crenças, são apresentados na maioria dos livros como “lendas” ou “curiosidades” toscas e ridículas, numa forma aberta de desprezo pela diversidade cultural do país. Não bastasse isso, ainda se mantém nesses livros

discursos antigos e chavões bobos, verdadeiramente absurdos, como chamar a Amazônia de “Inferno Verde” (vi isso esta semana em um livro de uma escola pública aqui da Amazônia!). Inferno??? Como assim inferno? Como chamaríamos o Rio de Janeiro em dia de tomada de morro pela polícia ou São Paulo na hora do “rush”? “Paraísos”? E ainda mais, verde? Isso faz parte de um conceito antigo de Amazônia, de um discurso ideologicamente torcido e rudimentar que despreza fatos como a existência de um dos maiores parques tecnológicos e industriais do país em Manaus, que é uma “cidadezinha” de quase 2 milhões de habitantes... e de outras “pequenas” cidades como Belém, Santarém, Porto Velho (esta, provavelmente, a cidade que mais cresce no país hoje), e por aí vai. E por que não falar da visão idiota que aparece nos livros sobre o pantanal mato-grossense? Aquele monte de fotos de jacaré e tuiuí... O Centro-Oeste ainda é pintado como um chapadão de cerrado perdido no globo, enquanto metrópoles como Cuiabá, Várzea Grande e Campo Grande, como suas centenas de milhares de habitantes e economias estupendas são tratados como “vilarejos”. Como pode isso?

E onde ficam as histórias regionais, os percursos de construção dessas cidades, suas sociedades e riquezas nessa coisa? Não ficam. A gente estuda a famosa história de São Paulo de Piratininga e de São Sebastião do Rio de Janeiro. Ah! Tem que estudar um pouco de Recife, porque é chique. Mas, aí basta falar da invasão holandesa... Para com isso!

E o que falar das linguagens, então? Um exemplo? Qual é o resultado do problema matemático abaixo?

- João comprou dois picolés e tomou um. Com quantos picolés ele ficou?

Simples? Nem tanto... Se você é do Sul ou do Sudeste, por exemplo, a resposta é 1. Se você é um menino do norte a resposta é 3 (e, por favor, que se acabe com essa coisa tosca de confundir Norte com Nordeste! Como bom paulista, sei que na minha terra os nordestinos são chamados de “nortistas”. Vai ser ruim assim de Geografia lá em Sampa! rrsrsrs). Bem, voltando ao problema: por que essa diferença? Porque onde o livro foi escrito, se “toma” picolé. Então,  $2-1=1$ . No Norte, a gente “chupa” picolé. Se o menino “tomou”, só pode ter sido de outra pessoa (tomou = pegou à força, de onde a frase: “Zé tomou a mulher de Mané.”). Assim  $2+1=3$ . Brincadeira minha? Infelizmente não. Conheci esse “problema do problema” em uma escola da Amazônia em que ele verdadeiramente ocorreu e prejudicou uma criança na avaliação. “Ah! Mas isso é fácil de resolver”, alguém poderia resmungar do outro lado, “é só informar isso para criança.”. Não. Não é fácil de resolver. Até seria se fosse um caso isolado, com uma palavra apenas. Mas e quando é com um livro inteiro e com todos os livros da escola, coisas que, muitas vezes, nem os professores conhecem? Mas, quero ir adiante neste ponto: e mesmo que

os professores conhecessem e tivessem tempo de ficar explicando isso pras crianças a cada aula, por que o padrão adotado deveria ser da linguagem do Sul/Sudeste? Por que a coisa vale de lá para o resto do país e não o contrário?

A resposta, essa sim, é simples: porque os livros são feitos nessas regiões, por gente dessas regiões, que os fazem pensando como quem vive nessas regiões e para crianças dessas regiões. E as imensas, importantíssimas e, por isso mesmo, indesprezíveis diferenças regionais são sumariamente desprezadas. Isso não é mais possível de ser olvidado!

Precisamos de programas regionais de livros didáticos, que permitam que os livros sejam feitos por autores da própria região, com a cultura de cada região, com conhecimentos de cada região, em linguagem da própria região, de acordo com a história e os interesses dessa região e em que não haja a supremacia de uma região ou duas sobre todo o resto do país, mas que permitam a cada estado ou região conhecer e valorizar o que têm de mais caro: sua identidade existencial. Aí, uma vez, quando falei isso em um congresso, um sujeito me perguntou: “Mas isso não vai dividir o Brasil?”. E quem disse que o que une o Brasil e os brasileiros é a educação (ou a falta dela) que praticamos? Quem disse que desprezando as diferenças regionais elas deixam de existir? A única coisa a que esse desprezo das diferenças leva é a uma educação cada vez pior. Precisamos parar de olhar para o passado colonial brasileiro e procurar compreender como funcionam países como a China, a Índia, ou mesmo a Itália e a França, em que existem diferenças regionais enormes, inclusive com línguas distintas sendo faladas aqui e ali, e que continuam unidos como países.

Quando escuto coisas como essas, me parece que o brasileiro tem medo do Brasil. Tem medo da grandeza do país, das diferenças regionais, da riqueza cultural, de lidar com isso e de aproveitar isso para crescer como nação. Parece que vivemos, ainda, aquela ridícula ilusão de que somos um povo só, que fala uma língua só e em que todos têm o mesmo ideal. Basta desse papo absurdo! Assim a gente não chega a lugar nenhum! Se você pensa assim, ao invés de levar seus filhos para Disneylândia nas próximas férias, pega sua grana e vai conhecer um pouco dos Brasis dentro do Brasil. Saia do seu Brasilzinho pequeno e vá conhecer a grandeza deste país! Você vai se surpreender.

Compreender que o Brasil não é uno, que essa coisa da hegemonia nacional é lenda, que há diversos Brasis dentro do Brasil, e que esses Brasis não são poesia ou letra de música popular: eles são reais, existem pessoas neles, há coisas em cada um desses Brasis que precisam ser respeitadas, é boa coisa para se fazer na escola. Este é, sem dúvida, um bom lugar para começar a fazer isso. E, se o livro didático é um instrumento importante para a escola, ele também deve trazer essa lição em suas páginas.

Semana que vem, vamos falar um pouco sobre o livro didático como “muleta de professor”. Até lá.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 3)

Creio que a parte de hoje poderia se chamar: “Por misericórdia, alguém salve nossos professores dos livros didáticos!”. Um apelo encarecido, numa tentativa de que nossos professores voltem a ser construtores de conhecimento e coordenadores reais do processo de aprendizagem dos alunos e não a coisa medonha que a maioria se tornou hoje, funcionando como agendas automatizadas do preenchimento do livro e fornecedores das respostas (muitas vezes erradas e idiotas) do livro do professor. Agenda? “– Hoje vocês vão ler e preencher as páginas 15 e 16 na sala e, para amanhã, como tarefa de casa, as páginas 17 a 19.”. Fornecedor de respostas? “– A resposta é 26.” “– Mas, professor, eu fiz a conta três vezes e dá 29.” “– Mas a resposta é 26. Quer saber mais do que o autor do livro?”.

É... é muito triste isso... Por isso, D. Quixote continua contra os moinhos! Alguém tem que fazer o trabalho “sujo”...

## **Razão 3: O livro didático, como usado no Brasil hoje, é muleta de professor**

Começemos do começo. Os “melhores” livros didáticos já vêm com plano de curso pronto e isso é uma afronta grosseira à legislação brasileira! Será que ninguém vê isso? A Lei 9394/96, a famosa LDB, diz o seguinte:

“Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;”

E aí, sabendo-se que o currículo pleno do estabelecimento, aquele que vai virar plano de curso e ser aplicado aos alunos por cada professor, faz parte da proposta pedagógica da escola, fica claro que quem tem que elaborar esse currículo, em sua fase final, é a escola e não a editora do livro didático. E tem mais: os professores têm responsabilidade de participar ativamente dessa construção, pois a mesma Lei diz que:

“Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;”

E isso tem que ser assim, porque aquilo que a gente ensina na escola tem que ser adequado à clientela que cada escola atende. Isso implica que, embora haja bases comuns (nacional, estadual e municipal) cada currículo escolar, em sua forma final, é diferente do outro, pois tem que atender às peculiaridades da comunidade atendida pela escola. Isso fica claro na Lei:

“Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

É óbvio que, recebendo planos de curso prontos da editora (o mesmo plano para o país inteiro, pois o mesmo livro vai para o país inteiro) essa necessidade de adequações locais que a Lei estabelece vai para o lixo. Então, vêm os defensores incondicionais do livro didático e ficam me dizendo que o plano que a editora manda é “somente sugestivo”. Que papo furado! Sai para lá! Isso é a mesma coisa daquelas propagandas cheias de letrinhas pequenas embaixo, em que está escrito: “as fotos ou imagens são meramente ilustrativas.” É claro que não é sugestivo coisa nenhuma! O plano foi feito para funcionar com aquele livro, independente das peculiaridades locais. E tendo o plano pronto nas mãos, por que o professor iria fazer outro? Já está ali mesmo: pronto e na mão! Que melhor?

Então, já começa daí: no momento em que o professor deveria estar discutindo com a comunidade as coisas importantes de ser ensinadas para seus alunos e construindo coletivamente um currículo adequado às necessidades do povo que ele, o professor, atende, ele já recebe um troço pronto, empacotado sei lá onde, que ele pega, copia e apresenta como sendo bom. E não é bom! É péssimo!

Aí vem a parte da ministração, das aulas, que é pior ainda do que o plano que o professor ganhou de presente: com o livro didático nas mãos e apoiado no mito nacional de que “livro didático = qualidade de ensino” (afinal, o governo vive pregando isso e os próprios pais – ignorantes da realidade – ficam cobrando que o professor “use o livro inteiro”) fica tudo mais fácil para completar a enrolação. Professor estudar? Preparar aula? Construir conhecimentos com os alunos? Valorizar o conhecimento e as experiências extraclasse, como a Lei manda? Que nada! Besteira! Tudo o que se precisa é mandar a molecada preencher o livro didático, fazer umas cópias do livro, corrigir depois com base no livro do professor, mandar estudar para prova “da página 10 até a página 20” e está tudo resolvido! E assim vamos tocando o bonde. Só tem um probleminha. Só um, bem pequenininho: ISSO NÃO É EDUCAÇÃO! Me respondam, por favor:

- Como é possível que o professor não seja um construtor de conhecimentos? Nem dos próprios conhecimentos, os que ele professa, aqueles que ele apresenta aos seus alunos nas aulas como sendo seus?

- Como é possível que aquilo que se ensina aos alunos seja totalmente desvinculado da sua realidade e de suas necessidades como ser humano inserido em uma comunidade?
- Como é possível que as aulas se resumam a ler páginas de um “manual” que exige nada ou quase nada da inteligência dos alunos e depois repetir as partes do conteúdo em exercícios tolos, como se isso fosse formação?
- Como é possível que, estando o professor, a escola e o aluno no Mundo, um mundo complexo e maravilhosamente belo e cheio de coisas a aprender, o ensino praticado na escola se limite ao que o livro didático apresenta? Como é possível que se aceite que o Mundo seja jogado fora em favor de um “fragmento insignificante de uma visão particular de mundo” que é o livro didático?
- Como é possível que o governo e a escola se contentem como a ninharia de conhecimento e a ausência total de vida (VIDA!) de um livro didático, e ainda chamem isso de qualidade em Educação?

Infelizmente, é possível! No Brasil, é possível! Livro didático no Brasil virou muleta de professor. Só que é uma muleta curta, menor do que a necessidade do corpo, e por isso nossos professores estão ficando tortos, mancos mesmo (e, de certo, com o sovaco cheio de calos!).

A Lei garante que o professor tem um tempo de seu contrato de trabalho, fora das aulas que ele ministra, para estudar, para planejar e para avaliar. Durante muito tempo, o professor trabalhava mais em casa do que na escola. Desde 1996, a Lei Federal 9394 garante que ele tem esse tempo para não precisar levar mais trabalho para casa. A LDB e a Resolução 03/97 do CNE determinaram que esse tempo de estudo e planejamento deveria ser entre 20 e 25 % da carga horária. A nova lei do piso salarial nacional mudou isso para melhor. Aumentou o período para 1/3 da carga horária do professor. Veja: Lei 11.738/08, Artigo 2º, § 4º – “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.” Isso significa que o professor tem 1/3 de seu contrato de trabalho para estudar (construir conhecimentos, para depois poder fazer o mesmo com os alunos), para escolher as coisas que realmente devem ser ensinadas (planejar) e depois avaliar a produção dos alunos (corrigir trabalhos, provas etc.). Mas, para quê esse tempo, se o planejamento vem pronto no livro didático, se o professor não precisa saber nada além daquilo que vai mandar os alunos fazerem no livro didático e repetir as respostas do livro do professor para os alunos? Para quê tanto tempo disponível se a “muleta” do professor está sempre ali ao lado para suprir a falta de conhecimento, a falta de planejamento, a falta de compromisso com a realidade do aluno?

Dia desses uma professora me disse: “Professor, uma das minhas maiores frustrações como professora é que depois que eu saí da universidade, há quase dez anos, nunca mais li um livro que não fosse o livro didático! Fiquei acomodada com a facilidade do livro e hoje me sinto culpada por isso.” Esse é um depoimento triste. Mas, muito mais triste é saber que ele se repete aos milhares pelo Brasil. Isso é fruto de um monte de coisas juntas, é certo. Mas, também é certo que uma delas é a desobrigação de estudar para dar aula, em função da existência de uma “muleta” que nosso povo se acostumou a achar que segura todo peso do corpo... e não segura nada.

Alguém, por misericórdia, salve nossos professores dos livros didáticos!!! Que eles se sintam novamente construtores de saberes, que se sintam “donos de si” novamente, senhores de seu trabalho. Que os professores possam, à luz da Lei, construir currículos adequados junto com suas comunidades, que possam criar uma revolução no ensino, em que não haja as amarras e as mazelas que acompanham esse sistema direcionador, castrador, atterradoramente viciante que se construiu em torno do livro didático, como é usado hoje no Brasil! Que ao invés de depósitos de livros didáticos, haja nas escolas bibliotecas de verdade! Bibliotecas em que a interação com os mais variados livros seja construtiva e não castradora! Que haja salas de internet para buscar conhecimento no Mundo! Que haja liberdade da aprender e de ensinar, como manda a Lei:

*“Lei 9394/96:*

*Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

...

*II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;”*

Sim! Liberdade, ao invés da obrigação de cumprir um programa mesquinho definido em um livro didático, apenas porque o governo comprou o livro.

Quando trabalhei com ensino fundamental (fiz isso por vários anos) respondi vários processos administrativos e tive minha cabeça a prêmio algumas vezes porque me negava a fazer o que os livros que o governo mandava tentavam me obrigar. Era visto como um “criminoso” por defender minha “*liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber*”. Hoje, essa liberdade está na Lei, mas os professores continuam a ser coagidos a obedecer as ordens do capataz, o livro didático. Até quando?

Semana que vem vamos falar um pouco a respeito de quanto custa esse horror para o Brasil, e mostrar que é possível fazer diferente, porque já existem pessoas que fazem diferente. Até lá.

# ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PARTE 4)

Nesta quarta parte de meus argumentos contra a forma atual do livro didático no Brasil, como ele é construído, usado, comercializado, quero tratar da questão de custos e quero tomar um exemplo de como as coisas poderiam ser diferentes – e o são, efetivamente! – quando existe vontade política para tanto. Então, vamos lá:

## **Razão 4: O livro didático custa muito mais do que deveria, a despeito de ser ruim**

Os gastos anuais do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais com livros didáticos são exorbitantes. Comprando livros de editoras comerciais, livros que vêm com todos os problemas que já apresentei aqui no portal, os governos pagam em média R\$ 20,00 por um livro. Em 2007, segundo os dados oficiais do FNDE, o Governo Federal gastou 892 milhões de reais com livros didáticos. Com esse dinheiro daria para fazer coisas muito mais relevantes do que comprar livros didáticos que não se adequam às realidades locais, que não valorizam os professores como construtores de conhecimento e que restringem os horizontes do conhecimento e do ensino de forma grotesca. Uma prova? Vamos a ela: o exemplo do projeto “Livro Didático Público” do Governo do Paraná.

Conheci o projeto Livro Didático Público por meio do “Jornal Educação”. É um jornal oficial do Governo do Paraná. Então, entrei em contato com órgãos oficiais e com professores do Paraná para saber se a coisa funcionava mesmo como está no jornal oficial. Funciona! E como é o tal projeto? Em suma é o seguinte:

1. **Quem escreve os livros didáticos?** Os próprios professores da rede pública, com supervisão de professores universitários do Paraná. Assim, os livros saem com a “cara do Paraná”: linguagem do Paraná, conhecimentos que interessam à clientela paranaense, saberes regionais e locais etc. Mas, o mais importante de tudo: como escritores dos livros que serão utilizados em suas aulas, os professores se tornam **construtores de conhecimento!** E, como diz uma certa propaganda de cartão de crédito, “isso não tem preço”! Mas, mesmo não tendo preço, todos os professores que participaram receberam por seu trabalho. Ou seja: o professor foi valorizado como detentor e construtor de conhecimentos e como profissional: construiu saberes e foi pago para isso. Nada mais justo!

2. **Quem publica os livros?** Estando elaborados os livros com a “cara do Paraná”, o Governo do Estado negocia diretamente com as gráficas. Negocia mesmo, regateia preços, exige qualidade, cobra descontos. Afinal, não será impressa meia-dúzia de livros. Com o montante impresso, considerando o volume total de recursos, é possível fazer uma coisa boa e barata. Qualquer empresário sabe disso e gostaria de ganhar uma licitação dessas. Afinal, a conta foi a mais de 12 milhões de reais na primeira edição do projeto. O resultado é que um exemplar de livro didático nesse programa saiu em média, segundo o Jornal Educação, por... adivinhe... chuta... chutou alto... Atenção: R\$ 2,20! Isso mesmo, dois reais e vinte centavos um livro bem-feito e bem impresso! Pagando-se os professores, os consultores, as gráficas e tudo mais, os “livros didáticos do Paraná com a cara do Paraná” saíram por R\$ 2,20 em média o exemplar. Ou seja, DEZ VEZES MENOS, do que o Governo Federal paga em média pelos livros do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.
3. O resultado disso tudo? É tão óbvio que quase não preciso dizer, mas vale a pena reafirmar: educação melhor. E, o dinheiro que “sobra” porque deixou de ser gasto com livros caros e sem qualidade, o Governo do Paraná pode investir em outras coisas ligadas à educação, como, por exemplo, na construção de bibliotecas escolares do tipo que merece esse nome: biblioteca de verdade!

Diante disso, a pergunta mais óbvia possível é: se dá certo no Paraná, se é possível fazer isso lá, por que não dá certo em outros lugares? Provavelmente, porque nunca se tentou fazer isso em outros lugares ou porque não houve vontade política e competência para fazer a coisa direito. Mas, que daria certo no país inteiro, isso é patente.

Esse exemplo do Paraná me enche de esperanças em relação ao problema do livro didático no Brasil hoje. Ele mostra que é possível fazer a coisa diferente, fazer com que o livro didático seja tudo o que eu sonho que ele seja. Como assim? Assim:

- a) O livro didático como fruto de uma construção coletiva, regionalizada e liderada pelos professores;
- b) o livro didático como uma resposta às demandas locais;
- c) o livro didático como uma parte complementar do processo de ensino, e não como uma “muleta de professor”;
- d) o livro didático nunca substituindo os livros não-didáticos. Pelo contrário, sempre apontando para eles, estimulando o aluno para a leitura, para a frequência às bibliotecas e para a pesquisa virtual;
- e) o livro didático com um custo razoável, adequado, justo;

- f) o livro didático valorizando a figura do professor, e não tirando dela a autoridade;
- g) o livro didático como um instrumento que valoriza a inteligência dos alunos e dos professores, e não como um manual bobo do tipo “lê-decora-repete”;
- h) enfim, o livro didático como algo que mais ajuda do que atrapalha o processo educacional. Porque, hoje, do jeito que é, ele atrapalha.

É claro que qualquer crítico pode dizer que os livros produzidos no Paraná não são perfeitos e podem melhorar. Eu também acho. Eles estão aprendendo a fazer no fazer. A tendência é que em se repetindo o programa anos a fio eles cheguem a livros excelentes e cada vez mais excelentes. Mas, reconhecamos que existe nesse programa uma coisa que não tem o que melhorar: **os livros deles são os livros deles**, e isso não tem o que melhorar: é o ideal! **Se o educador e o educando não se tornarem sujeitos do processo educacional, então não existe educação de verdade.** Viva Paulo Freire!

E eu vou parando por aqui minha conversa sobre livros didáticos. Espero ter contribuído com algo nessa discussão. Espero que os argumentos que levantei aqui sejam observados por quem cuida desse tema nos governos, em todos os níveis (federal, estaduais, municipais). Quem sabe um dia vou poder usar um mês de meu espaço no portal só para falar de como nossa educação agora ficou boa... E olha que não é por falta de vontade...

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## ESSE TAL DE LIVRO DIDÁTICO... (PRA FECHAR A FATURA – POR ENQUANTO...)

Havia me proposto, no início, a escrever quatro artigos com algumas razões para abandonar o modelo de livro didático atualmente adotado no Brasil, mas recebi uma quantidade tão grande de e-mails fazendo perguntas, apoiando e me “batendo”, que considerei relevante apresentar mais um completando a história com o que acho que o Governo Federal deveria – efetivamente – fazer em relação ao livro didático e ao programa atual do livro didático.

Mas, antes de dizer o que acho que deveria ser feito, quero apresentar alguns depoimentos que me chegaram por e-mail, de professores que leram os artigos e que contaram seus problemas com o livro didático. Veja que, pelos depoimentos deles, não exagerei no que disse:

*“Um dos motivos pelos quais eu deixei de atuar em escola particular, no ensino médio, foi a imposição de livros “didáticos” capengas, incompletos e que só servem para destruir o pouco que nossos jovens têm de conhecimento linguístico. Concordo plenamente com o que você escreveu” (Profa. Zoraide).*

*“Acabo de ler seu artigo sobre o Livro Didático e resolvi então lhe contar o que estou vivendo na escola em que trabalho. Os professores da minha escola, com exceções, resolveram, expulsar de sala de aula os alunos que não estavam trazendo os livros. No primeiro dia, 3 alunos; no outro, 4; um mês depois, 8 alunos. Hoje entrei numa turma em que a metade dos alunos estava fora da sala por não trazer o livro didático. Encontramos livros em lugares os mais diversos, até pendurados em árvores. Detalhe: no começo saíam de sala os ditos “alunos-problemas”; agora, os bons alunos descobriram a “magia” que é ficar fora de sala de aula sem os livros didáticos... Na reunião pedagógica, uma professora, ainda sobre o livro didático, questionou: “-Estou preocupada com os alunos, fulano, sicrano e beltrano... Eles são muito esforçados, mas não sabem ler e nem escrever.” E aí despejou a explicação: “-Eles não conseguem ler e interpretar o livro didático.” Os alunos citados são também meus alunos, diga-se de passagem, os mais criativos que tenho... São capazes de produzir textos maravilhosos... claro que com trocas de letras, etc., mas belos. Resolvi defender os alunos. Descobri que a chamada “interpretação” se tratava na verdade de decorar as informações do livro. Eu disse, então, que realmente os alunos eram péssimos nisso, pois eu os ensino a pensar e não a decorar idiotices. Quase apanhei...” (Prof. Claudemir).*

*“Concordo plenamente com a questão do livro que prega como verdade única a cultura e linguagem do Sul e Sudeste. Por isso desisti de usar livro didático em sala. Os outros meios são mais difíceis, mas é mais compensador o resultado”* (Profa. Fabíola).

*“Tenho mais de vinte anos de ensino e algo sempre me incomodou muito nesse percurso. Agora, lendo seus artigos, descobri que o problema está no livro didático. Ele realmente enforca o trabalho da gente. A gente fica amarrada nele. Não cresce e nem deixa o aluno crescer”* (Profa. Antonina).

*“Todo começo de ano é mesma novela. A gente recebe livro que não escolheu e tem que engolir porque já está ali e não vai ser trocado. E, se a gente reclama, só falta apanhar da Diretora, porque ela defende a Secretaria de Educação. Então, a gente trabalha sem gosto o ano inteiro, porque sabe que está fazendo porcaria com aquela imundície de livro”* (Prof. J. Lemos).

E meios como esses vieram de onze estados brasileiros. Professores como o João, a Neuza, o Tiago, a Carla, a Antônia, a Maria das Graças, a Valneide etc. etc. etc. que disseram reconhecer no que estava escrito a sua experiência pessoal. Isso somente fortalece minha ideia de que aquilo que eu observei nos meus quase 25 anos de educação e que coloquei nos artigos é REAL e precisa ser enfrentado. Há uma máfia em torno do livro didático? Não sei e não me interessa, mas esse problema tem que ser enfrentado por algum governante, um dia, quiçá!

Mas, além de me mandar seus depoimentos, muitos professores me pediram para dizer o que eu acho que deveria ser feito em relação a isso tudo. Como mudar a realidade sobre o livro didático e “desamarrar” a educação brasileira dessa âncora maldita? Bem, aí vai o que eu acho que deveria ser feito:

1. Criação de um programa nacional de elaboração dos livros didáticos regionais: Ele funcionaria assim:

- a. O Governo Federal criaria uma comissão multidisciplinar em cada estado, com a participação de professores de Educação Básica das redes públicas dos próprios estados e municípios, indicados pelas próprias redes, e coordenados por professores das Universidades Federais (todo estado tem uma Federal). Essa comissão (a grande comissão) seria formada por 20 professores de cada área (Língua, Biologia, Física, História, etc.) mais um Coordenador de Área. O grande grupo seria coordenado por um Coordenador Geral.

- b. Os grupos de cada área seriam responsáveis pela elaboração dos livros de cada série em um prazo determinado pelo Governo. Os profissionais

envolvidos seriam pagos para isso e teriam sua carga horária de sala diminuída nesse período, para poder se dedicar ao projeto.

c. Os livros elaborados teriam que obedecer aos seguintes critérios:

- absoluta observação dos PCN;
- menor quantidade de matéria por série, com maior aprofundamento por tema;

- exploração da linguagem e dos conhecimentos regionais;

- valorização do conhecimento extraclasse;

- valorização do raciocínio lógico e do pensamento crítico, em detrimento dos bobos exercícios tradicionais de “decoreba”;

- extrema valorização da ampliação dos conhecimentos por meio de outras fontes. Assim, o livro se tornaria um guia na busca de conhecimentos e não uma fonte suficiente deles;

- os exercícios do livro não seriam respondidos no próprio livro. Ou seja, como guia de estudos, o livro não apresentaria espaço para resolução de exercícios, que deveriam ser respondidos no caderno do aluno. Assim, o livro poderia ser reaproveitado por 2 ou 3 anos, por diferentes alunos. A escola poderia ter um estoque do livro para, no caso de que um livro seja danificado no percurso do ano, o aluno do próximo ano não tenha que estudar em um livro velho, rasgado ou que tenha “tomado banho” na poça de lama.

- tratamento inter e multidisciplinar nos temas.

d. Ao término do prazo, as equipes de área realizariam audiências públicas com os professores das áreas, audiências abertas a pais e interessados, para avaliação dos livros preliminares produzidos. Nessas audiências, os demais professores e a comunidade regional opinariam sobre o resultado, e as críticas consideradas importantes seriam adicionadas ao resultado final. Teríamos, então, “bonecos” de livros adequados a cada estado, com a cara do estado, a história do estado, a linguagem do estado, mas, ao mesmo tempo, os conhecimentos de interesse nacional.

f. Então, o Governo Federal abriria licitações regionais para a impressão dos livros, de forma criteriosa e exigente, inclusive em termos de custos. Os livros seriam impressos nas gráficas existentes no próprio estado, gerando emprego e renda na região em que seriam utilizados. Todos os estados brasileiros possuem gráficas capazes de fazer uma boa impressão de livros.

g. Os professores que utilizam o livro em sala receberiam formulários de avaliação do livro regional ao final de cada ano. Nesses formulários eles relatariam, desde erros de impressão até problemas de conteúdo que aparecerem durante o uso do material. Esses formulários seriam entregues a uma comissão permanente que ficaria responsável pelas correções, adaptações e

atualizações julgadas necessárias. Assim, a cada nova impressão, os livros sairiam melhores e melhores e melhores.

2. Concomitantemente, o Governo Federal lançaria um programa nacional de bibliotecas escolares. Nele, estariam estabelecidos:

a. Um padrão de construção/adaptação de biblioteca escolar obrigatório para cada escola brasileira, seja particular ou pública, padrão criado de acordo com o número de alunos da escola. Esse padrão incluiria dimensões, mobiliário, acervo mínimo etc.

b. Os prazos a ser obedecidos pelas escolas privadas e governos para construção dessas bibliotecas, uma vez que a biblioteca escolar passaria a ser condição indispensável para a manutenção do registro de funcionamento da escola.

c. A utilização dos milhões de reais que “sobrariam” a cada ano do programa nacional do livro didático atual para a compra de livros-livros para as bibliotecas escolares públicas. Assim, em poucos anos, cada escola brasileira teria uma biblioteca que mereceria – de verdade! – esse nome. Assim, o professor poderia, finalmente, “amarrar” o trabalho de sala com o livro didático e o trabalho de busca de conhecimentos ampliados na biblioteca. Estaríamos num bom caminho de formar alunos leitores.

Com livros didáticos construídos coletivamente, de acordo com as necessidades e peculiaridades regionais, e com bibliotecas escolares dignas, creio que as possibilidades de ter uma educação melhor aumentariam consideravelmente. É o que eu penso sobre isso e espero ter contribuído de alguma forma com essa discussão. Abraços a todos e até a próxima semana com um novo tema sobre nosso “velho” tema, a Educação.

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



## SOBRE A ESCOLA E A QUALIDADE EM EDUCAÇÃO

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# AFINAL, O QUE PODEMOS CHAMAR DE “ESCOLA”?

O Brasil tem lei para dizer o que é um hotel. Tem lei também para dizer o que é um hospital. E até tem lei para dizer como deve ser um estádio de futebol ou uma boate. Há normas a ser seguidas, classificações, controle. Para as escolas, não tem não. Pelo menos não algo objetivamente definido e criteriosamente controlado. Para maioria dos estabelecimentos comerciais e de saúde, tem que ter um mínimo disso e um mínimo daquilo, cuidado com isso e com aquilo. No Brasil, como escrevi em um artigo publicado em meios científicos há alguns anos, no que tange às escolas, temos apenas os artigos 3º e 4º da Lei 9394/96 (a LDB) que dizem:

*“Art. 3º – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*...*

*IX – garantia de padrão de qualidade.”*

*“Art. 4º – O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:*

*...*

*IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.”*

Como se pode ver, o Art. 3º define apenas a existência de um “padrão”, mas não define o que ele é exatamente. O Art. 4º define, por sua vez, que esse padrão deve ser medido na forma de “variedade e quantidade mínima de insumos”, o que demanda, é claro, uma regulamentação do que seja essa variedade e de quais são as quantidades mínimas exigidas por aluno em cada elemento e dimensão do processo educacional. Só que isso ainda não foi devidamente regulamentado. Está “jogado ao vento”. Ou seja: temos que ter um padrão de qualidade, mas não sabemos bem o que é isso. E enquanto não sabemos, qualquer coisa pode ser “uma escola.”

Há uns quinze dias, coordenei uma equipe de alunos universitários em uma visita a uma escola rural multisseriada no interior do Brasil. Como havia dito em outro artigo aqui do portal, para mim, as escolas rurais multisseriadas são o cartão-postal-ao-avesso do que a educação deve ser. Creio que seria interessante mostrar o que é “aquilo” que nós presenciamos (e quero frisar aqui que essa escola que vou mostrar, não é das piores que existem: há outras bem piores que essa!). Vamos conhecer o local, então:



Esta é a sala de aula. A única. Duas lousas são divididas em duas séries cada uma. A heroína que trabalha aí por um salário mínimo, e que os alunos chamam de professora e eu chamo de “mártir”, começa passando no quadro o conteúdo da primeira série e explica; passa o da segunda e explica (os da primeira juram que estão fazendo o conteúdo deles, ao invés de prestar atenção no que a professora está explicando para a segunda); passa o da terceira e explica (idem para as duas séries iniciais, enquanto os meninos da quarta aguardam pacientemente); finalmente, passa o da quarta série e explica. Todos vão fazer as coisas, já é quase hora da merenda. Aquela caixa de ferro no meio da parede, entre as lousas, já teve uma televisão... mas faz tempo isso...



Esta é a pia de lavar os alimentos e preparar as coisas para a merenda. O fogão da escola é da professora, assim como o botijão de gás (que a Prefeitura que mantém a escola manda reabastecer – mas nem sempre a tempo). O negócio aí em cima também serve de tábua de lavar roupa para a professora, que mora no local, num quarto contíguo à sala de aula. Quem faz a merenda? A professora (que também é zeladora, secretária, enfermeira, psicóloga, empresta dinheiro... e por aí vai). Quando? Enquanto os alunos estão dentro da sala fazendo as tarefas que ela explicou no começo do dia. Conheço escolas em que o alimento é cozido em uma lata, suspensa em dois tijolos que abrigam um fogo de lenha. Então, depois da merenda, os alunos podem sentir vontade de ir ao banheiro...

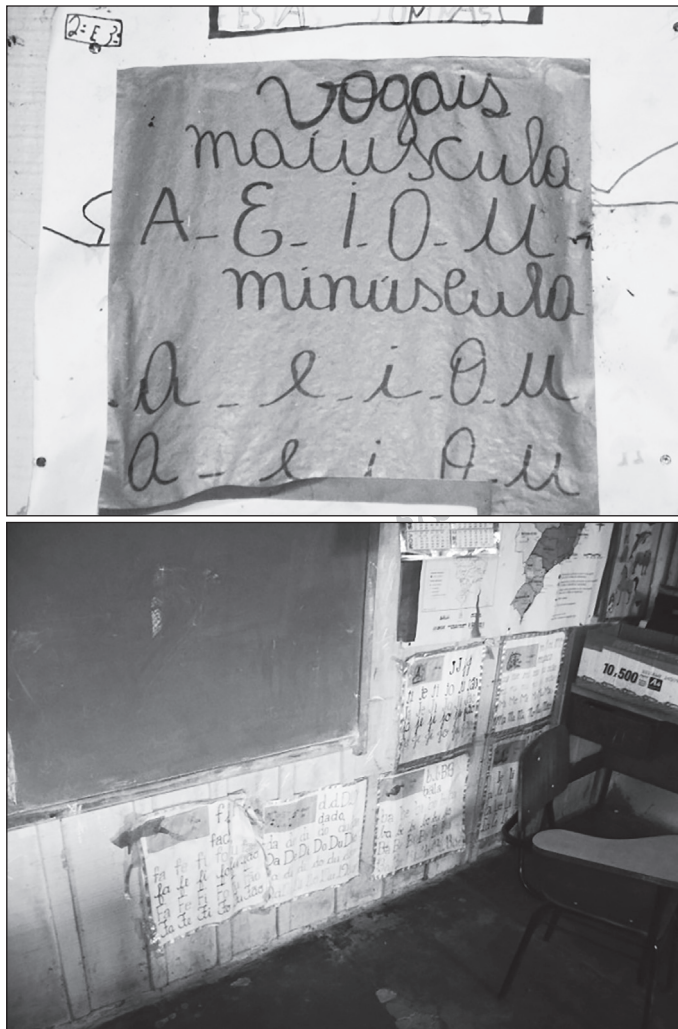
Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



Este (ou isto) é o banheiro. Essa escola é das boas, como disse, pois tem banheiro. Já visitei escolas rurais em que o banheiro é o mato mesmo. Como dá para ver na foto, a porta está pendurada e não fecha. Não há água. O sistema aqui é o que se chama popularmente de “casinha”, ou seja, um buraco no chão coberto com esse arremedo de vaso sanitário. Depois do recreio, é hora de voltar para a sala. E como está a sala? Assim:



Esse buraco no teto tinha um ano de boa vida na época de nossa visita. Foi aberto por um vendaval. Por isso, chove dentro da sala e estraga os cartazes, como o do cardápio, que só serve para “enfeitar”, uma vez que não é seguido. No dia da visita, o prato do dia era bolacha de água-e-sal com refresco em pó, feito com a água do poço que, por acaso, fica a menos de dez metros da “casinha-banheiro” e no mesmo nível de terreno. Mas, há outros cartazes afixados que vale a pena ver, como o das vogais e o das famílias silábicas:



Finalmente, podemos conhecer o armário de guardar as coisas da escola, como os livros usados e as revistas velhas que a professora consegue na cidade com amigos e leva para fazer recortes com os alunos. Eis o armário e seu bom amigo, o rodo, que está ali para manter a porta fechada:



Pois bem: e aí eu pergunto? Isso que você, leitor, acabou de ver, (e que eu repito – é “das boas”!) pode ser chamado de “escola”? É isso que é uma “escola”? É nesse lugar que os alunos devem aprender ideais elevados e a vislumbrar que a vida deles pode ser melhor? Não dá! Isso não poderia ser chamado de “escola”! Isso não pode ensinar os alunos a querer algo melhor, por mais bem-intencionada que a mártir que banca o processo seja. Sabe por que não? É que o negócio funciona assim: o menino sai de casa e o que ele conhece como vida é “barraco e sujeira”. Ele chega na escola e o que ele vê é “barraco e sujeira”. E então? E então que a vida deve ser mesmo “barraco e sujeira”. Não há como ampliar horizontes, desejar algo melhor.

Tenho para mim (não vou falar “estou convencido” para não parecer plágio...) que é urgente regulamentar no Brasil o que pode e o que não pode ser chamado de “escola” (e, conseqüentemente, funcionar como uma “escola”!). Deixar claro e cobrar de todos os entes federados que sem condições mínimas não existe nada que se possa chamar de “escola” e aquilo que se faz nesses lugares não é educação. É preciso criar um padrão nacional. E creio, ainda, que esse padrão deveria ser definido em critérios progressivos, permitindo a classificação das escolas em função daquilo que elas oferecem. Deveriam contar para esse padrão (embora, é óbvio, esta lista não seja exaustiva):

- a. relação quantitativa entre professores e alunos (por exemplo, 1 docente para 25 alunos);
- b. quantidades mínimas de nível de titulação de docentes;
- c. relação quantitativa entre executores de atividades-meio e alunos;
- d. quantidade e especificações técnicas de salas de aula por número de alunos;
- e. quantidade e especificações técnicas de instalações sanitárias por número de alunos;
- f. quantidade e especificações técnicas de bibliotecas e acervo bibliográfico por número de alunos;
- g. quantidade e especificações técnicas de laboratórios (por área) por número de alunos;
- h. quantidade e especificações técnicas de refeitórios por número de alunos;
- i. quantidade e especificações técnicas de áreas destinadas à prática da Educação Física por número de alunos;
- j. quantidade e especificações técnicas de auditórios por número de alunos;
- l. carga horária média de docentes, carga horária dos alunos e dos executores de atividades-meio;
- m. existência de planos de carreira de docentes e demais técnicos envolvidos no processo educacional;
- n. adoção integral dos Parâmetros Curriculares Nacionais e existência de proposta pedagógica própria da escola adequada à realidade da comunidade atendida;
- o. existência de atividades extracurriculares que beneficiem a comunidade, incentivo a estágios profissionalizantes (se for o caso) e parcerias com outras instituições educacionais ou congêneres;
- p. adaptação da estrutura para atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Estes, entre outros, são fatores objetivos que podem ser definidos em seus valores mínimos para nortear a avaliação das condições adequadas do que seja uma “escola”. Creio, como disse, que deveriam ser estabelecidos padrões diferenciados de qualidade com base no mínimo oferecido, definindo-se como de “padrão 1” o estabelecimento que oferecesse o mínimo do mínimo para ser reconhecido como uma “escola” e como de padrões 2, 3, 4 ou 5, progressivamente, em função das melhorias da estrutura logística, recursos humanos e serviços oferecidos.

Educação não é uma questão de bom senso apenas (embora neste caso que vimos aqui falte o mínimo de senso, de qualquer senso!). É, antes, uma atividade altamente técnica, que demanda critérios objetivos de qualidade que permitam o estabelecimento de alvos bem claros a ser alcançados no decorrer de todo o processo. Por isso, essa lacuna deixada na legislação brasileira sobre o que pode e o que não pode ser chamado de “escola” demanda uma ação rápida e incisiva que permita um redimensionamento do conceito de qualidade para a educação brasileira. Creio que essa ação rápida e incisiva somente se materializa através de regulamentação e de séria e permanente fiscalização. E, por favor, chega de dizer por aí que “de pé-no-chão se faz milagres” em educação!

*Versão final*

# O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 1)

Há alguns dias, venho pensando nessa questão de uma forma mais pontual. Afinal de contas, todo mundo fala em “qualidade em Educação” e em “Educação de qualidade”, mas parece que as coisas são muito claras a esse respeito. Como já publiquei em outro artigo aqui no portal, a legislação brasileira define qualidade em Educação apenas do ponto de vista dos insumos disponíveis. A coisa é assim na Lei 9394/96 (a tal LDB), em seus artigos 3º e 4º:

*“Art. 3º – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*...*

*IX – garantia de padrão de qualidade.”*

*“Art. 4º – O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:*

*...*

*IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.”*

Sem a pretensão de saber mais do que os egrégios legisladores, ainda mais o saudoso Darcy Ribeiro de cuja cabeça saiu essa lei, parece que qualidade em Educação vai um pouco além de se ter todos os insumos disponíveis... ou bem além...

Por isso, decidi começar aqui uma discussão sobre qualidade em Educação que vai durar 4 artigos (fora este). Quero analisar com vocês 1. Qualidade nos insumos; 2. Qualidade na formação dos professores; 3. Qualidade nos currículos e, finalmente; 4. Qualidade nos relacionamentos. Sei que esses quatro temas não vão abarcar todas as questões ligadas à qualidade em Educação, mas espero que sejam uma boa ajuda.

Por hoje, quero discutir um pouco a ideia de qualidade em si. Como bom brasileiro apaixonado por carros, creio que podemos tirar algumas boas lições sobre qualidade observando o que a indústria de automóveis faz.

Depois que surgiu a ideia deste artigo, fiquei pensando como seria um carro de “qualidade nota dez”. Creio que ele seria assim: um desenho arrebatador e funcional, com uma cor maravilhosa e uma pintura de alta resistência, para não ficar riscando, porque carro riscado é muito feio!; espaço interno muito generoso, inclusive para bagagens (pra minha esposa colocar metade da casa quando viajamos... rrsrs...) ao mesmo tempo em que tenha dimensões compactas, para que seja fácil de estacionar nas grandes cidades

e caiba em qualquer garagem; um desempenho de tirar o fôlego, garantindo boas arrancadas e retomadas excelentes, o que é importante nas estradas e nas cidades, aliado a um motor de espetacular eficiência que garanta baixíssimos níveis de consumo e zero emissão de poluentes, além de um câmbio que proporcione total aproveitamento da força do motor, suavidade e precisão absolutas; e por falar em poluição, esse carro tem que ser 100% reciclável quando terminar sua vida útil, que deverá ser de, pelo menos, umas duas décadas; além disso, ele precisa ser absolutamente seguro, com tudo o que a tecnologia automobilística permite em termos de segurança: bolsas de ar, controladores de tração e frenagem, carroceria com deformação controlada, sistemas especiais de visibilidade, navegação etc. e tal, barras de proteção por todos os lados e tudo mais que existe por aí. Ele também tem que encontrar vagas nas cidades, fazer baliza sozinho e fugir dos congestionamentos, o que vai ajudar muita gente a se livrar de dores-de-cabeça. Finalmente, esse carro tem que ser barato – muito barato! – para que todos possam comprar o seu, e ter baixíssimo custo de manutenção, para não interferir no orçamento doméstico, assim como ser pouco visado por ladrões e ter seguro com valor baixo. Que carro é esse? Nenhum! Ele simplesmente não existe.

Aí me ponho a pensar: por que uma das indústrias mais ricas, com alguns dos melhores engenheiros e algumas das melhores cabeças do mundo não consegue criar o carro nota dez? Talvez, porque na minha descrição do carro nota dez existam, inclusive, coisas que parecem – no atual estágio de desenvolvimento tecnológico – ser excludentes, como todo o espaço que preciso em dimensões compactas, ou o altíssimo desempenho com o consumo baixíssimo e tudo isso com preço realmente popular. Quem sabe na era dos Jetsons esse carro exista... Outros aspectos parecem simplesmente estar fora do alcance das montadoras, como o carro ser pouco visado pelos ladrões.

Isso me faz pensar que, quando a gente fala de qualidade, talvez não seja possível colocar tudo o que gente quer de uma vez no mesmo produto... Talvez isso nem seja realmente “qualidade”. É preciso criar “categorias” e estabelecer padrões de qualidade dentro dessas categorias, em função das limitações de cada categoria. Por isso, quando a gente fala de um “carro popular” que, em geral, no mundo, é definido na faixa de 7 mil dólares, é preciso ver o que é possível a indústria entregar com esse dinheiro. E que, quando eu falo de carros de desempenho esportivo, é preciso saber que as exigências de aerodinâmica e desempenho vão acabar com o espaço interno, exigir diminuição de peso e aumentar o consumo de combustível. Na verdade, parece que eu não falei de um “carro de qualidade”, mas que falei de um “carro perfeito”! Um engenheiro da indústria automobilística poderia, inclusive, se virar para mim e dizer, tranquilamente: “– Você não está sendo sensato em exigir tudo isso em um carro para defini-lo como um ‘carro de qualidade’!”. E ele estaria completamente certo.

Parece que algo assim tem acontecido em relação à Educação e a grande parte de seus teóricos. Muitos livros e artigos que tenho lido sobre qualidade em Educação parecem sofrer de absoluta falta de sensatez! Quer-se colocar tudo ao mesmo tempo em todo lugar para todo mundo, sem perceber que ainda é necessário categorizar e obedecer a certas restrições impostas nessas categorias. Qualidade em Educação, assim como qualidade em construção de automóveis, é algo que a gente não alcança de uma vez e que não se permite integrar tudo o que nosso desejo exige, por mais legítimo que nosso desejo pareça ser. E ainda pior: na produção de um carro, a indústria tem controle quase absoluto sobre todas as fases do processo: projeto, qualidade dos materiais, métodos de produção etc. Um carro não pede para ser como é: a indústria o faz assim. Ou seja: o produto (o carro) não é um agente no processo. Mas, em educação, os educadores não têm controle absoluto sobre todas as fases do processo e o “produto” (os educandos) são agentes e, portanto, não são meros “produtos” no mesmo sentido de que se fala de um carro, de um televisor ou de um prato de macarronada. Eles podem simplesmente dizer que não querem ser como “a indústria” os concebeu. E aí?

Por outro lado, eu não posso apenas dizer: bem, já que a nossa categoria é de “carros econômicos”, pegue um carrinho-de-mão, desses de construção, coloque sua esposa sentada em cima com a mala no colo e saia correndo pela estrada: você terá um carro de qualidade econômica, de concepção ecológica e ainda vai ficar sarado! Isso é falso, porque isso não é um carro! É a insensatez no outro extremo. Também tenho visto isso, principalmente em discursos oficiais. De um lado, a “insensatez do tudo”, do outro a “insensatez do nada”. Escolas que não poderiam ser chamadas de escolas, simplesmente porque não são escolas, professores que não são professores, alunos que gostariam de um dia ser alunos... Nesse caso não temos Educação: esse padrão que se mostra em muitos lugares do Brasil está abaixo de qualquer crítica.

Falar em qualidade em Educação em um país como o Brasil, portanto, parece ser um exercício infundável de busca da extrema sensatez: entender as diferenças (ver as categorias) e avaliar o que se pode entregar em cada uma, sem esquecer os mínimos que fazem aquilo ser Educação, nunca perdendo de vista as possibilidades futuras de mais e mais qualidade. É o que pretendo discutir aqui durante o próximo mês. Até a próxima semana.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 2) – QUALIDADE NOS INSUMOS

Em um dos primeiros artigos que escrevi para o Artefato, discuti o que pode e o que não pode ser chamado de escola, do ponto de vista da estrutura física. No Brasil, temos algumas aberrações no setor: galinheiros reformados que funcionam como escolas rurais e containers de latão que funcionam como escolas urbanas são alguns exemplos clássicos que a TV já mostrou. Mas, como esses, existem aos milhares outros escombros que não poderiam servir nem de depósito de coisas inservíveis e que funcionam como escolas.

Quando falamos de insumos, estamos falando de tudo o que faz parte da estrutura oferecida pela escola, não apenas a estrutura predial, mas todas as condições materiais para o funcionamento de uma escola: prédio, equipamentos, móveis, material de consumo e por aí vai. Existem estudiosos que consideram que os insumos também abrangem a dimensão dos profissionais, a parte humana da coisa, mas, neste artigo, quero tocar apenas na questão material mesmo.

Creio que considerar a questão da estrutura é algo que precisamos fazer de um ponto de vista, digamos assim, “filosófico”: a escola tem que ser melhor do que a casa da criança. Essa é a filosofia das igrejas: oferecer algo portentoso é uma forma eficiente de mostrar que quem “mora” ali (a divindade) é melhor do que você e, por isso, merece seu respeito. Na escola, a questão não é apenas de respeito, mas de horizontes: principalmente nas escolas que atendem as classes pobres, é preciso mostrar, através da escola, que a vida pode ser melhor do que aquilo que a criança conhece como vida. Isso inicia pela imagem geral que a estrutura da escola oferece. Em um lugar em que as casas são todas de madeira, a escola tem que ser de alvenaria. Em um lugar em que as casas são todas de alvenaria, a escola tem que ser maior e mais bonita e chamar a atenção pelos espaços especiais para estudo, como bibliotecas e laboratórios, que o sujeito não tem em casa. Quanto aos mi-bilionários, eles que escolham como querem suas escolas. Mas, no Brasil, mi-bilionários não são atendidos pela rede pública de escolas...

Existem algumas coisas que não abro mão nessa coisa de estrutura. Acho que, sem elas, uma construção não pode ser chamada de escola. Divido essas coisas em quatro grupos: 1. Casa; 2. Ciência; 3. Administração e 4. Convivência. Creio que todas elas devem ser exigidas em qualquer estabelecimento escolar, seja rural ou urbano, e o tamanho dessas coisas se define de acordo com a quantidade de alunos atendidos.

No grupo “Casa”, coloco:

- a. banheiros (com chuveiros);
- b. cozinha;
- c. copa;
- d. área de serviço e;
- e. local de descanso.

Pra mim, escola que não tem banheiro decente não é escola! E banheiro de escola tem que ter chuveiro. Quem já trabalhou em uma escola sabe como é complicado quando uma criança derruba o prato de sopa no colo, ou vomita ou até mesmo tem um surto de diarreia. Se você não tem um chuveiro para dar um banho nessa criança, fica difícil. Já a cozinha é tomada aqui como o lugar em que os alimentos são guardados e preparados. Tem que ser boa, permitir higiene e praticidade. Tem cozinha de escola por aí que dá nojo! O que chamei de “copa”, por analogia com nossa casa, é onde as crianças se alimentam, o refeitório (que, geralmente, engloba as instalações da cozinha). A área de serviço é necessária para o pessoal da limpeza, principalmente. A escola tem que ter ao menos um tanque para lavar os panos de limpeza (ou eventualmente até as roupas daquela criança que vomitou, para não mandar a criança para casa toda vomitada!) e tem que ter um depósito seguro para os produtos químicos da limpeza, das vassouras etc. Tem escola em que as vassouras e baldes ficam “escondidos” atrás das portas das salas, por falta de um lugar para colocar. Finalmente, a escola tem que ter áreas de descanso. Se for uma escola de tempo parcial, essas áreas podem ser no próprio pátio, com bancos e sombra, ou mesmo uma varanda ou um pátio coberto; se for uma escola integral, aí estamos falando de locais para dormir, salas de estar etc. E isso tudo tem que ter equipamentos. A cozinha é emblemática nesse caso: conheço escolas que tem um bom “prédio” de cozinha, mas até a faca usada pela cozinheira, foi ela que trouxe de casa! Não tem um liquidificador, o freezer não esfria, o fogão não tem forno, não tem panela que preste, não tem talheres, copos e pratos para os alunos, enfim, só tem prédio! Assim não dá.

Na parte que chamo de “Ciência”, entram duas coisas essenciais: sala-de-aula e biblioteca. Escola sem biblioteca, para mim, pode ser qualquer coisa menos escola. Sala-de-aula toda escola tem, mas será que isso que se chama de sala-de-aula por aí pode ser assim chamado? Muitas vezes não! A sala é o principal local das vivências escolares da criança. Tem que ser bem iluminada e ventilada, cheirosa, sem mofo, sem feiura! A sala tem que ser aconchegante, bonita!!! A carteira escolar, por exemplo, é um móvel essencial, em que a criança fica cerca de 4 horas por dia e, dependendo do regime da escola, esse tempo pode chegar a quase o dia todo! **NÃO SE PODE ECONOMIZAR EM CARTEIRA ESCOLAR!** Tem que ser boa, absolutamente confortável

e eficiente do ponto de vista ergonômico. Aquelas “maldições” chamadas de “carteira universitária”? Bah! O sujeito que inventou aquilo, de certo era sádico ou queria deliberadamente destruir as gerações futuras! Escola tem que ter mesa e cadeira, boas cadeiras e boas mesas que permitam abrir livros e cadernos em cima, fazer um recorte e uma colagem, montar um quebra-cabeça, fazer uma atividade “mais espaçosa”. Por sua vez, a biblioteca tem que propiciar lugar para leitura, mas, especialmente, ter o que ler! Se eu estou falando de uma escola rural de 10 alunos, estou falando também da necessidade de uma biblioteca! Tem que haver uma sala especial, bonita, confortável, com prateleiras para os livros, uma sala chamada de “biblioteca”. Para uma escola de mil alunos, a coisa não vai caber em uma sala e estamos falando, aí, de uma biblioteca completa: acervo, salas de leitura etc. O leitor poderia me perguntar sobre laboratórios e sala de informática. Importantíssimos, sem dúvida, mas aqui vão ficar fora do pacote mínimo que estou defendendo. A escola que conseguir oferecer o “pacote mínimo”, depois programa a instalação de laboratórios e da sala de informática.

Na área de administração fica a parte documental da escola, que é importantíssima. É preciso haver um local específico, com armários adequados e com chave para os documentos da escola, para arquivar a vida dos alunos e os documentos da escola. Só quem já passou pela experiência de ter sua vida escolar perdida pela escola sabe o tamanho da dor-de-cabeça que isso dá! Dia desses visitei uma escola rural em que o “arquivo” de documentos dos alunos era uma sacola de plástico “guardada” num armário sem porta! Depois some essa tal sacola e a vida dos meninos está toda apagada! Assim não dá para aceitar! Agora, se a escola é grande, a área administrativa tem que aumentar proporcionalmente: vem a sala do diretor, da supervisão, da orientação e por aí vai. O que não pode é o diretor ficar numa sala refrigerada com quadros de Monet enquanto os alunos estudam em carteiras quebradas, sem luz e ventilador, numa sala cheia de mofo nas paredes (seriam, nesse caso, quadros de Mofet?). Isso é ética e moralmente incorreto!

Finalmente, uma escola tem que ter os locais de convivência: desde o pátio limpo e bonito para as brincadeiras do recreio até um auditório ou uma sala especial de convivência, se estamos falando de uma escola grande. É nesses locais que a escola “ameniza” seu clima de obrigações, fazendo com que os alunos tenham prazer de estar ali.

Resumo da ópera: vamos pensar no que eu pedi aqui, tomando como referência uma escola rural daquelas de “uma sala só” com dez alunos e ensino multisseriado. Como ela seria? Assim:

- a. uma boa sala-de-aula;
- b. uma cozinha organizada e um local de refeições com mesas e cadeiras;
- c. bons banheiros com chuveiro;

- d. uma salinha de depósito e um tanque de serviço;
- e. uma sala de biblioteca (com livros, é claro!);
- f. uma salinha de administração com arquivos para guardar os documentos da escola;
- g. uma pequena varanda ou área coberta para os alunos descansarem;
- h. um pátio limpo e bonito.

É sensato ou é demais? O Brasil não aguenta? As prefeituras não aguentam? Claro que aguentam! Segundo o Senador Cristovam Buarque, para que todas as escolas do Brasil tivessem um padrão mínimo como o que coloco aqui, o Brasil teria que investir 7 bilhões de reais por ano na estrutura das escolas. Menos do que está sendo usado para ajudar as instituições financeiras e grandes empresas na tal crise quem não chegou aqui... é coisa para se pensar... Na semana que vem, conversaremos sobre a formação dos professores.

*Versão final*

# O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 3) – QUALIDADE NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Nós temos problemas gravíssimos de formação de professores no Brasil. De cara, nossos cursos de licenciatura se tornaram excessivamente teóricos e teorizantes, e muito pouco práticos. Estuda-se muito de quase tudo, mas se consegue a façanha de deixar de fora desse quase tudo muita coisa que realmente importa e faz falta na formação de um professor.

Isso não é novo e já foi notado por outras pessoas. Em um artigo na revista *Veja* (edição 2083), o articulista Cláudio de Moura Castro (com o qual eu quase nunca concordo, mas que, dessa vez, fui obrigado, diante das evidências, a concordar) escreveu:

*“Nossos professores não aprenderam a ensinar e, como consequência, nossos alunos não aprendem o que deveriam aprender. Hoje são formados nas faculdades de Educação não apenas os orientadores, mas a esmagadora maioria dos que vão ser professores de sala de aula. Nessas faculdades eles ouvem falar dos livros de muitos autores, vivos e defuntos, nenhum dos quais ensina a dar aula. Em compensação, estudam as mais exaltadas teorias, tais como a luta de classes, a exploração do homem pelo homem, o imperialismo cultural, os intelectuais orgânicos e a psicogênese do conhecimento. É como se a inclusão de algum fragmento de sapiência fosse condicionada a não ter nenhuma aplicabilidade na sala de aula. Piaget não ensina a alfabetizar. Portanto, isso não se aprende nessas faculdades. Resultado: os professores se sentem perdidos diante dos seus alunos.”*

Lendo isso, lembro do tempo em que eu fiz o curso de Magistério de nível médio. Havia muitas aulas de Didática prática. A gente aprendia a fazer um plano de curso fazendo, a elaborar provas elaborando, a corrigir provas corrigindo, a dar aulas efetivamente dando aulas (e não apenas por leituras), aprendia até a escrever e a apagar o quadro escrevendo e apagando o quadro (que naquele tempo era apenas “movido” a giz). Havia as didáticas de cada disciplina. Nelas, a gente aprendia a escolher e a usar o livro didático escolhendo e usando, a elaborar exercícios de sala elaborando e a propor atividades complementares propondo. Bem... naquele tempo...

Hoje, sou professor dos cursos de Letras e Pedagogia de uma universidade federal. Se a gente pede para um aluno ir ao quadro escrever alguma coisa, parece que está encomendando a alma do sujeito ao inferno! “Pra quê?” Se pergunta. Pedir para os alunos simularem uma aula em classe ou mesmo

fazer o estágio obrigatório gera outra choradeira. A gente tem que “convencer” os alunos de que aquilo é necessário, quase pedir por favor. Uma vez um aluno se virou para mim e disse que não ia para lousa e que não iria fazer nada disso, porque ele estava ali, mas não ia ser professor. Argumentei que ele fazia um curso de Licenciatura e que esse curso preparava professores. Ele ficou com raiva, saiu de sala, foi me denunciar como “ditador” no Departamento e nunca mais retornou para sala. Pode? Pode! E o pior foi levar uma bronca do chefe do Departamento dizendo que eu devia pegar mais leve com os alunos! UHAUHAUHAUHAUHA

Aliás, acho que esse é um problema fundamental da formação de professores no Brasil: essa ideia de “pegar leve”. Já cansei de ouvir de alunos que sua opção por um curso de licenciatura foi porque eles achavam que era um curso mais fácil de fazer ou porque não tinham passado no vestibular de Direito ou de Medicina. Então, na verdade, para essas pessoas, dar aula, formar-se num curso superior de licenciatura não é um programa de vida, é uma “sobra”, o que “infelizmente restou”! E assim não dá. Acho que deveria ser exatamente o contrário. “Pegar leve” deveria ser uma ideia repudiada em cursos de licenciatura. Professores precisam ser formados de uma forma absolutamente séria, competente, eficaz, com cobrança de resultados, sem espaço para qualquer “jeitinho brasileiro”. Afinal, serão essas pessoas que formarão todos os outros profissionais! Sinceramente, não dá para pegar leve na formação de professores!

Depois tem outra: um sujeito que faz Direito ou Medicina, sabe que não dependerá apenas de seu curso superior para exercer a profissão. Ele será fiscalizado no exercício profissional pela entidade de classe (OAB ou CRM, nos casos citados). Isso vale para engenheiros, contadores, administradores e por aí vai. Se esse sujeito pisar na bola, perde a autorização de exercício profissional. Com professor, não tem nada disso. O professor pode ser uma catástrofe em sala, destruir a vida dos alunos, pintar e bordar, e nada acontece com ele. No máximo, se tiver muita reclamação de pais, ele sai de uma escola e vai para outra continuar a fazer porcaria. E ele nem tem que fazer “exame da ordem”, como acontece com os advogados. Ou seja: basta ter o diploma, muitas vezes conseguido de forma escusa, que ele é professor.

Então, para resumir, aqui temos dois problemas graves na formação dos professores brasileiros, que acho que precisam ser enfrentados de forma mais rápida e mais clara, inclusive com intervenção governamental:

1. É preciso reformular imediatamente as grades dos cursos de licenciatura, mas não como se tem feito nos últimos anos. A grade não tem que ser “atualizada”, tem que ser reconstruída com outro foco. O foco das grades de licenciatura tem que ser a formação profissional do professor, ou seja, um pouco menos de blá-blá-blá e muito mais de formação prática, de vivência em

sala de aula, de exercício de docência. E, sinceramente, 300 horas de estágio como manda a lei, estágio que ainda é disfarçado na forma de “práticas que nunca se praticam” não bastam! Nossos alunos de licenciatura têm que ir para sala mesmo, aprender desde como elaborar um plano elaborando até a como apagar o quadro apagando. É isso que exigimos de um dentista, de um mecânico ou de um engenheiro. Por que professores não deveriam, também, aprender a “parte profissional” de suas profissões?

2. Já passou da hora de haver a criação dos conselhos regionais de magistério. Uma entidade séria, que faça provas de autorização do exercício profissional e que possa cassar essa autorização se for necessário. Sindicato não basta e não é para isso. Sindicato é para proteger interesses de classe. O Conselho Regional, de certa forma também protege os interesses de classe, mas de outra forma: fiscalizando, controlando, limpando a classe de sua sujeira, o que ajuda a valorizar a categoria. Ou seja, já passou da hora de os professores brasileiros serem submetidos a provas de competência e fiscalizados para poder exercer sua profissão. Sem carteira do conselho de classe, nada feito. E sem competência, nada de carteira do conselho.

Se esses dois problemas forem enfrentados de forma séria e imediata, creio que a qualidade da formação de nossos professores seria muito melhor em pouco tempo. É sensato isso? Creio que sim. Não custa tão caro, não é tão difícil de fazer e ainda por cima ajudaria bastante. Na semana que vem retomarei o tema dos currículos. Até lá.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 4) – QUALIDADE NOS CURRÍCULOS

Quanto mais trabalho em Educação, mais fico me perguntando sobre minha responsabilidade como educador. Em nosso sistema, de alunos passivos e pacientes (doentes de tão passivos, doentes de tão pacientes...), aquilo que a instituição traz como conhecimento acaba virando dogma religioso. Isso é um perigo! Vejo isso na educação básica, vejo na superior.

Na semana passada, uma aluna minha da universidade foi desenvolver uma atividade de estágio em uma escola pública no município em que resido. Depois de dar a aula dela em uma classe de 2º ano do ensino médio, aula que versava sobre os diversos sentidos das palavras, ela fez a seguinte pergunta aos alunos e pediu respostas por escrito: *“Você gostou de estudar o conteúdo ‘As palavras e seus vários sentidos’? Acha que ele é importante para a formação de seu conhecimento e para sua vida? Justifique.”* Aí veio, de uma aluna, uma resposta que justifica todos meus medos em relação ao que ensinamos. O papel com a resposta consegui ganhar de presente da minha aluna e está guardado em casa. Eis a pérola:

“– Gostei. Não entendi tudo, mas gostei. Também acho que seja importante, por que se não fosse não teríamos estudado.”

Uaaaaaaaaaaaauuu! Precisamos analisar essa resposta com mais calma.

Em primeiro lugar, me chama a atenção o fato de que “o gostar do que se estuda” está totalmente desvinculado do “entender o que se estuda”. É como se tudo não passasse de um ato de teatro: a estagiária estava bem-vestida, falava bem, era simpática, deu uma aula diferente, fazendo coisas que a professora da classe normalmente não faz... é... foi interessante... gostei! Em outras palavras, quase chorei na hora em que o Rei Lear estava tentando reavivar a filha morta, embora nem tivesse entendido por que ele era tão besta... Ela estava morta... Será que ele achou que ia conseguir reviver a filha? Bem... afinal, por que Shakespeare tinha que escrever tão difícil, né?! Tudo parecia tão bonito, tão bem produzido... Por que eu ainda tenho que entender o que está acontecendo ali, não é mesmo? Não basta que eu seja capaz de entrar e sair ileso do teatro?

Chamo a isso de consequências da “escola da carochinha”. Nossa escola virou um mundo paralelo. O portão da escola é um “stargate”. O que se faz dali para dentro não tem relação com a vida de verdade; a vida de verdade não tem relação com o que se faz ali. Nem precisa ter. Se todo mundo passar de ano, depois a gente aprende na própria vida o que a vida exige de nós. A escola se tornou apenas mais uma peça nessa construção intrincada das

fantasias modernas, junto com a TV, o PC e as baladas e bailes funk. Na TV, no PC e nas baladas e bailes funk o que acontece não interessa: é só fuga da vida. Acrescente-se a escola a essa lista.

A segunda coisa que me assusta nessa reposta da aluna é o fato de que o conteúdo é tomado como tacitamente bom, porque é dado como tácito o fato de que tudo o que a escola ensina é bom, relevante e necessário: “Se não fosse importante não teríamos estudado.” Assustador isso! Como essa visão facilita a trambicagem de conhecimento, o ensino de quinquilharias (como já disse em outro artigo aqui no Portal). É nessa concepção que toma base as famosas respostas “Porque sim!” e “Um dia você vai precisar!” dadas a alunos que ousam perguntar as razões de estudar isso ou aquilo. Mas, essa ideia também contribui para a transmissão de idiotices que, de tanto ser repetidas, já estão se incorporando biologicamente a nós e se tornando uma herança “idio-genética”: “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil”, “A princesa Isabel libertou os escravos”, “Tiradentes foi um grande líder inconfidente”, “Marechal Rondon era um pacificador”, “todos precisam decorar a tabela periódica dos elementos químicos”, “Suspiros Poéticos e Saudades é uma grande obra literária porque inaugurou o Romantismo no Brasil”, “o Brasil é um país abençoado em que se fala uma única língua”, “em Cuba só tem comunista” e outras coisas idiotas como essas são a base do nosso “conhecimento escolar”. Coisas que já se incorporaram em nós e em nossa história (tomaram nosso corpo como aliens). Nossos filhos já nascem sabendo essas coisas e as repetem por todos os lados. O menino nasce e leva um tapa na bunda. Ao invés de chorar, hoje ele diz “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 22 de abril de 1500!”. O médico diz: “Está vivo! E é um menino de futuro!”. É quase como uma maldição nacional.

Além das besteiras repetidamente-repetidas, nossos currículos são cheios de distorções de valores, inclusive valores históricos. Outro dia, em uma palestra, novamente pedi aos professores que me ouvia que me dessem os nomes de 10 países e dez línguas da Europa. Na hora! Então pedi os nomes de 10 países e 10 línguas da África. Nada... o Brasil é um país de maioria negra que não conhece suas origens... Obra da escola. Perguntei quem havia estudado a história dos Estados Unidos: Guerra de Secessão, essas coisas. Todos. Um professor me falou até do “Plano Anaconda”! Perguntei quem sabia alguma coisa da história da África. Ninguém. Então amenizei: perguntei sobre coisas da história do Brasil: Palmares, Rondon, Padre Cícero, Lampião, Tratado de Petrópolis, Guerra do Paraguai, esses sujeitos e fatos de nossa história, coisa básica. A maioria tinha ouvido falar nos nomes, mas não conhecia nada de muito substancial sobre esses caras e fatos. Obra da escola. De uma escola que nunca deixou de ser colonial. É chique ser colonial!

“A escola não faz parte da vida” e “tudo o que a escola ensina é importante, mesmo não fazendo parte da vida” são as duas faces de uma mesma moeda da escola brasileira chamada currículo. Embora nossa legislação determine que:

“Lei Federal 9394/96:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

na prática, essas exigências diferenciadas de cada região e comunidade são desprezadas, tudo continua como sempre foi, as comunidades não são chamadas a contribuir com a construção dos currículos, ensina-se coisa demais em tempo de menos e muito disso que se ensina é conversa para boi dormir, besteira da grossa mesmo. Assim, fica difícil ter educação de qualidade!

E sabe, leitor, o que mais me espanta? É que o Ministério da Educação, além de toda legislação de suporte, tem um dos melhores materiais sobre currículos que eu já li em minha vida. Sabe aquela “coisa finíssima”? É assim esse material! E ele está nesse endereço para quem quiser: <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=979>

Todo professor brasileiro, todo diretor de escola e técnico educacional tinha que ter lido esse material, pois a lei diz que eles é que constroem, junto com a comunidade, o currículo final da escola. Todo dirigente municipal e estadual de educação tinha que ter lido esse material, pois eles é que são responsáveis pela coordenação da construção dos currículos regionais mínimos. Até os pais mais esclarecidos e alunos maiores precisam conhecer esse material, pois ele traz informações sólidas sobre o que é “importante de verdade em um currículo”. Mas, sabe o mais estranho, leitor? Quase ninguém conhece isso! Saio perguntando e é um tal de “ninguém sabe”, “ninguém viu”. Dinheiro público e tempo foi usado para construir essa coisa e não se usa.

Fico pensando se estou sendo sensato em pedir o que eu peço sobre currículos: que a lei seja cumprida, que o ótimo material existente seja conhecido, que os currículos finais das escolas sejam construídos de forma coletiva com as comunidades atendidas, que os currículos sejam mais enxutos e mais essenciais, com coisas realmente importantes para a “vida de verdade” e que haja tempo para trabalhar cada conteúdo com profundidade e solidez. Enfim, que o lixo que hoje existe em nossos currículos seja tirado, e que coisas que estão fazendo falta sejam colocadas. Será que é sensato isso? Ou será que estou pedindo demais? Deixa eu parar por aqui que já estou ficando com raiva... Na semana que vem, vou falar um pouco sobre qualidade nos relacionamentos. Até lá.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# O QUE É QUALIDADE EM EDUCAÇÃO? (PARTE 5) – QUALIDADE NOS RELACIONAMENTOS

Já falei aqui de insumos, currículos e formação dos professores. Na cabeça de muita gente, isso basta para se ter uma Educação de qualidade. Na verdade, é o que a maioria busca quando procura uma escola para o filho: dá uma olhada na escola. Se tem cara boa, deve ser boa. Procura saber dos professores: todo mundo formadinho, deve ser boa a escola. E por aí vai. A gente vai olhando por fora a Educação e esquecendo que a parte mais importante da coisa está mesmo é nos relacionamentos.

Educação é uma atividade essencialmente humana. E os relacionamentos são a essência dessa humanidade da Educação. O relacionamento entre professor e aluno, aluno e aluno, professor e professor e assim por diante dita, em grande parte, se a disposição de insumos, de bons currículos e a formação técnica do professor prestarão para alguma coisa. Ou seja, não adianta ter tudo, se os relacionamentos no processo educacional são frágeis. Mas esse negócio de relacionamento está ficando complicado nas nossas escolas...

Meus alunos dos cursos de Letras e Pedagogia trazem relatórios sistêmicos de seus estágios nas escolas públicas e particulares. Ontem, um deles apresentou em sala uma coisa espantosa. Ele disse, com todas as letras: “O respeito na escola acabou! Em minhas observações, vi que os alunos não respeitam mais os professores. Se os professores não ficarem ameaçando os alunos com reprovação o tempo todo, os alunos não fazem nada. Nos intervalos, os alunos se referem aos professores como “babacas”, “retardados” e “idiotas que *estão se achando*”. Nas classes, os professores chamam os alunos de apelidos pejorativos e xingam os alunos. O padrão de “conversa” é o grito. Os professores também falam mal dos outros professores e da escola durante suas aulas. No recreio e na saída das aulas, os alunos estão divididos em gangues e ficam se agredindo. Isso não é ambiente educacional. E eu vi isso se repetir em todas as escolas que fui fazer estágio. Assim, não tem educação que dê certo. Não quero e não vou mais ser professor.”

Impressionante esse depoimento! Mais ainda porque foi exatamente o que ele viu nas escolas, e eu sei que é verdade, porque acompanho o dia a dia das escolas e já vi tudo isso acontecendo. Os relacionamentos dentro da escola estão fragilizados. O respeito virou agressividade. Aquela admiração que os alunos nutriam pelos professores acabou. De tanto se falar mal de professor neste país, de tanto se ficar rindo de salário de professor no Brasil, aquela admiração virou desprezo. Na minha pequena cabeça, faltam “valores”. Falo

de valores morais e éticos! Aqueles que grande parte das famílias (seja lá o que for isso hoje!) não consegue mais dar e que a escola não se preocupou em aprender como ensinar.

No Brasil, aconteceu uma coincidência histórica triste em relação à Educação. O tecnicismo educacional, vertente educacional que quis profissionalizar o professor ao máximo, inclusive afirmando que ele só é professor dentro de sala-de-aula e que o que ele faz fora de sala não interessa para ninguém, uma vertente que estava mais preocupada com as técnicas educacionais e com os papéis (como os planos de curso) do que com aquilo que acontecia efetivamente na sala, principalmente em termos de relacionamento, pois bem, essa vertente ganhou forma, força e tomou conta da educação nacional justamente na época da derrocada moral e ética das famílias brasileiras. Enquanto as famílias estavam se desestruturando em função das muitas “revoluções sociais libertárias”, exatamente enquanto as mães estavam saindo de casa em busca da sobrevivência e deixando os filhos para ser educados pela Xuxa na TV, enquanto o padrão “produção independente” de filhos ganhava força, enquanto a TV extrapolava os limites de exposição da imoralidade e da antiética, desde as telenovelas e programas humorísticos até as sessões especiais de sacanagem nas altas horas, enquanto isso acontecia fora da escola, a tal de escola estava preocupada com técnicas e papéis e havia esquecido que Educação se faz com valores. Juntando a fome com a vontade de comer, temos o que meu aluno observou esse semestre: não há mais respeito nas escolas, não há mais valores morais e éticos nos relacionamentos dentro da escola, simplesmente porque não há mais onde aprender esses valores morais e éticos. A família faliu, a escola nem começou o trabalho ainda. E, embora haja um ou outro professor que dê o fígado na busca de passar alguma coisa mais elevada que o MMC e o MDC para seus alunos, nesse caso específico, é totalmente verdadeiro o ditado que afirma que “uma andorinha só não faz verão.”

Minha esposa trabalha com uma segunda série fundamental de uma escola pública de periferia. Acompanho com interesse o trabalho dela e o desenvolvimento dos alunos. Grande parte de seus alunos tem problemas familiares. Mas, um deles é mais complicado: 8 anos, já teve envolvimento com gangues de rua, a mãe está presa por envolvimento com o tráfico de entorpecentes, o pai disse que o menino não deve perder tempo estudando, pois estudar não serve para nada, a avó (para a casa de quem o menino foi levado) disse que não pode criar o menino e iria entregá-lo ao Conselho Tutelar da cidade. Com a intervenção da escola e de um tio, o pai resolveu assumir de novo o menino e se comprometeu a levá-lo para escola diariamente. Até quando vai funcionar, ninguém sabe. Pois muito bem (ou, neste caso, muito mal...). Na semana passada, minha esposa estava ensinando os meninos a escrever cartas. Ela pediu que eles escrevessem uma carta para

alguém que eles gostavam. O menino escreveu para a mãe, três linhas que “traduzidas” são mais ou menos isso:

“Querida mãe, você sabe que eu te amo.  
Querida mãe, você sabe que eu fico chorando porque eu fico jogado na rua.  
Querida mãe, você sabe que eu te amo.”

Aí, eu leio isso e me pergunto: alguém que se autodenomina educador, pode, em sã consciência, achar que não tem nada a ver com isso??!! Que a educação moral e ética, e mesmo os valores afetivos dessa criança são problema da família? Isso é, para mim, o cúmulo do *non sense*.

É triste verificar que, nesse quadro desastroso, muitos educadores ainda se recusam a assumir o papel do desenvolvimento de valores morais e éticos na escola. Muitos com os quais já conversei dizem abertamente: “Não ganho para educar filho dos outros. Isso é problema da família!” Então eu pergunto: “Mas que família? Que família vai educar um menino filho de mãe solteira, jogado para cima da avó, que é aposentada e viúva e que trabalha de doméstica o dia inteiro para conseguir dar de comer ao moleque, enquanto a filha mora em outra cidade, com um cara que a família dela nem sabe quem é? Tá cheio disso por aí!” E a resposta que recebo é: “Quem pariu Mateus que cuide dele.” Chamo isso de “Fase Pilateana da Educação brasileira”. Muitos educadores simplesmente lavaram as mãos, como Pilatos, sob a alegação de que a formação moral e ética da criança é problema exclusivo da família, mesmo que essa família não exista. Só que, nesse caso, Pilatos não manda um para a cruz, manda toda a sociedade.

Creio que já passou da hora de discutir isso mais abertamente nas escolas e na sociedade como um todo. Nossas crianças e jovens, com as raras exceções dos que ainda têm a felicidade de ter uma família ou de morar em um orfanato que preza pelos valores morais e éticos, estão se perdendo. A educação técnica não consegue fazer muito por essas crianças e jovens, que acabam caindo nas drogas e na criminalidade, inclusive os filhos das classes médias e alta (ou talvez, principalmente eles...)! E é incrível que essas classes médias e alta, justamente as classes formadoras de opinião, estão cegas para isso. Pais que passam o dia inteiro fora de casa ganhando dinheiro para trocar a BMW pela Mercedes e o quadriplex pela cobertura, não estão se dando conta de que seus filhos estão crescendo sem valores morais e éticos, e que, por isso mesmo, ou seja, porque não se dão conta disso, também não contribuem para a construção de uma educação que busque mais esses valores. Mais uma vez a escola fica sozinha.

Não falo de transformar nossas escolas em quarteis movidos à pressão moral. É justamente o contrário: falo de compartilhamento de valores. No final

do século XIX, a escritora americana Ellen G. White apresentou a seguinte fórmula para a consecução de bons relacionamentos na escola. Peço especial atenção para o trecho que sublinhei:

*“Ao invés de vigiar continuamente, como se estivessem a suspeitar mal, os professores que se acham sintonizados com seus alunos discernirão a operação da mente irrequieta, e porão em atividade influências que contrabalançarão o mal. Leve-se os jovens a sentir que eles merecem confiança, e poucos haverá que não procurarão mostrar-se dignos dessa confiança. Sob o mesmo princípio é melhor pedir do que ordenar; aquele a quem assim nos dirigimos tem oportunidade de se mostrar leal aos princípios retos. Sua obediência é o resultado da escolha em vez de o ser da coação. As regras que governam a sala de aulas devem, quanto possível, representar a voz da escola. Todo princípio nelas envolvido deve ser posto diante do estudante de tal maneira que ele possa convencer-se de sua justiça. Assim ele sentirá a responsabilidade de fazer com que as regras que ele próprio ajudou a formular, sejam obedecidas. As regras devem ser poucas e bem-formuladas; e uma vez feitas, cumpre que sejam executadas. Tudo que é impossível de ser mudado a mente aprende a reconhecer e a isso adaptar-se; mas a possibilidade de condescendência suscita o desejo, esperança e incerteza, e os resultados são a irritabilidade, inquietação e insubordinação”* (Educação, p. 290).

Creio, sinceramente, que a fórmula ainda vale para hoje: a uma revolução de dentro para fora, de nós para os outros, de todos nós (coletiva, portanto) para todos os outros, reconhecendo a justiça e a necessidade dos limites que os valores morais e éticos nos impõem, sem qualquer possibilidade de condescendência com o erro. Penso que isso tornaria, em pouco tempo, nossa “educação” de hoje de novo a Educação que precisamos e que gostaríamos de ter.

A sensatez que tenho buscado nesses quatro artigos sobre qualidade na Educação me impõe a ideia de que precisamos melhorar os investimentos de dinheiro e tempo na aquisição de insumos necessários, na construção de melhores currículos e em uma melhor formação de professores sim, mas ela me impõe, principalmente, a certeza de que se a nossa sociedade não trabalhar logo na construção de uma escola de e com valores morais e éticos elevados, uma escola que possa reestabelecer a normalidade e a grandeza dos relacionamentos necessários a um processo educacional e que o faça sistematicamente, constantemente, interminavelmente, não restará muito mais o que fazer. A Educação não será nada além do que mais uma das muitas farsas da pós-modernidade. Enquanto crianças e jovens morrem à míngua suplicando por uma gota de “humanidade”, todos os olhos se voltam para as bolsas de valores... Triste condição essa!

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



## SOBRE A LEITURA E SEU ENSINO

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A LITERATURA E O PRAZER NA ESCOLA

Uma das coisas que mais me têm preocupado ultimamente é o ensino da Literatura nas Escolas. Já vimos em artigos anteriores que o gosto pela leitura se forma das experiências do lar somadas ao trabalho na escola. Porém, o que tenho presenciado e ouvido em depoimentos de alunos é que o ensino da Literatura tem tido muito pouco de fruição e muito de obrigação formal e “decoreba”.

Ontem mesmo, uma aluna minha da graduação em Letras me disse: *“Eu aprendi a odiar Literatura na escola. A professora nos obrigou a ler um livro inadequado para nossa compreensão. Eu li e não entendi nada. Então, na sala, ela me fez perguntas sobre o livro e eu não sabia responder. Ela disse que eu não tinha lido o livro e me deu zero. A partir dali, ler se tornou um castigo.”*

Esse depoimento extremamente significativo revela uma incompreensão muito grave a respeito do ensino da Literatura. Aquilo que deveria ser o maior prazer da escola, uma fonte de alegrias, descobertas, momentos de reflexão e aprendizado profundos como só a Literatura oferece, se torna um peso para os alunos.

Há alguns anos, escrevi um artigo que falava sobre isso, que demonstrava que o ensino da Literatura deve prezar muito mais pelo prazer do leitor do que pelo cumprimento de formalidades. Preocupado como ando, acho conveniente repetir aqui um pedaço desse artigo e espero que os leitores acompanhem meu raciocínio em relação ao fato, pois creio que uma parte das soluções para questão está justamente na compreensão da necessidade do prazer da leitura. Eis o texto. Nele falo de “Arte”. A cada vez que aparecer essa palavra, peço ao leitor que pense em “Arte Literária”:

## **Prazer**

O primeiro contato com a arte não precisa – e chego a afirmar que não deve ter! – intermediações e tampouco explicações. Ao aprendiz basta achar bonito. Falamos de ativar na mente o senso de beleza; de gostar de algo simplesmente porque se gosta. Nada de “por que esse quadro é bonito?” ou “o que o atrai nessa música”?

A criança de colo que gosta de um brinquedo e despreza outro pratica esse tipo de contato estético. Quando o tio gordo entra na sala vestido de Papai Noel e a criança entra em pânico diante daquela materialização vermelha de Bicho-Papão, também pratica esse contato estético espontâneo.

Ninguém conseguirá tirar dela uma explicação lógica das causas que a apavoraram e, tampouco, convencê-la com argumentos consistentes que aquilo é bonito. O homem que para diante de um pôr-do-sol, sem palavras, atônito com a beleza que emana de cada raio de luz, também vivencia esse tipo de experiência. E aí não importam as causas da beleza; importa a existência da beleza.

A escola brasileira pula essa fase. Em nenhum momento do programa didático tradicional a criança tem contato espontâneo com a arte. É impensável algo como trazer um quadro para a sala e: “Quem gostaria de ver esse quadro de perto? Quem achou bonito? Muito bem. Quem achou feio? Muito bem também.” A tradição é outra: “Olhem. Por que ele é bonito? O que ele significa? Façam uma redação sobre o quadro, valendo nota...”

O resultado é que a criança trabalha, numa série de perguntas como esta, com alguns pressupostos que lhe tiram o direito de ser sujeito:

a. “Por que ele é bonito” pressupõe que o quadro é bonito e que se você o acha feio é porque não está dando conta de enxergar mais algum ponto do conteúdo, da mesma forma que não sabe dividir por três. Mais do que isso, pressupõe-se que há um conceito pré-existente de beleza, que deve ser reconhecido ali, memorizado e repetido. Ainda mais funesto ainda é ver que essa pergunta pressupõe que a arte existe sem sujeitos pois é do tipo de conhecimento de uma só resposta que não prescinde de fórmulas interpretativas lógicas e perenes.

Podemos ver isso claramente no trato com a poesia. O professor apresenta aos estudantes um fragmento de obra e sentencia: “interpretem”. O aluno cai na besteira de dizer o que pensa sobre a poesia e ouvirá “não é assim que se interpreta este texto!” Absurdo, mas comuníssimo. Entretanto, é mister que essa prática seja alterada. Se estamos lidando com um texto artístico, o aluno tem, mais do que um direito, a necessidade existencial de tornar-se o sujeito daquele texto, de recriar seu sentido e de dar-lhe o valor artístico que bem entender. Somente isso poderá trazer-lhe prazer estético. O jogo de relações de sentido desenvolvido nesse processo é o responsável maior pelo desenvolvimento do prazer com a arte. E nem sempre – aliás, muito poucas vezes – esse jogo de relações é logicamente exprimível.

Antes de desenvolver nos estudantes o prazer pela arte, é pura perda de tempo tentar avançar de fase. Se a escola conseguisse, ao menos, desenvolver isso, faria muito mais pela humanidade do que ensinando a tabela periódica dos elementos químicos, o movimento uniformemente variável, a oração substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo...

## Intuição

Quando sente prazer pela arte e, por isso mesmo, torna-se sujeito dela, o homem dá-se o direito de intuir sobre a obra artística. Aí – e só aí – ele está capacitado a começar a atribuir causas aos efeitos que lhe dão prazer. Então, ele começa a dizer coisas como “eu pintaria essa flor de azul, ao invés de amarelo”, “eu tocaria essa nota mais devagar”, “eu faria o nariz dessa estátua mais empinado”. Todas essas afirmações demonstram que o espectador tornou-se vivenciador, sujeito da obra, atribuindo-lhe sentidos, mas também intuindo sobre as causas desses sentidos, dando-se o direito de modificar, de recriar a obra artística, mesmo que apenas em sua mente.

Lembro-me de meu primeiro contato com Rei Lear, de Shakespeare. Um horror! Manti-me distante da obra e não conseguia opinar além de “não gostei”. A segunda leitura, porém, foi mais prazerosa. Nela, permiti-me dizer que Shakespeare poderia ter mudado os destinos de Lear se, num dado momento o fizesse conversar com um bom conselheiro, ao invés de um servo pessimista. A história de Lear, a partir daquela descoberta, estava sujeitada aos meus desejos, pois agora eu me dava o direito de reescrever o Rei Lear. Apropriei-me da obra. Como escreveu Quintana<sup>6</sup>:

*“Qualquer ideia que te agrade,  
Por isso mesmo... é tua  
O autor nada mais fez do que vestir a verdade  
Que dentro de ti se achava inteiramente nua...”*  
(Quintana, 1987, p. 124)

## Formalismo

O último passo no contato com a arte é ser capaz de perceber que nossas intuições conduzem à possibilidade de sistematizar uma técnica de construção inteligível e manipulável. Nessa fase, o estudante consegue enxergar o trabalho do escritor na construção dos versos, no sistema rítmico, na metrificação, no esquema de rimas, na escolha vocabular. Nessa fase o estudante é hábil para enxergar beleza no traço do pintor, na combinação de cores, na textura da tela, na qualidade da pigmentação da tinta.

É essa uma fase muito avançada no trato com a arte. Gostaríamos, sinceramente, que nossos alunos universitários fossem capacitados a sentir prazer estético formal. Mas como, se as duas fases anteriores foram queimadas na escola básica?

6 Mário Quintana (1987). *Poesias*. Rio de Janeiro: Globo.

Desde muito cedo, ao listar características, ou querer ensinar teoria do verso, ao fazer decorar datas de publicação de livros e nomes de autores, a escola brasileira tenta em vão introduzir nossas crianças diretamente na fase do prazer formal. Uma violência por si só, essa tentativa é seguida da prática de avaliar o prazer do aluno em relação à obra de arte: se gostou é porque é inteligente; se não gostou, um caso perdido. Como quer ser inteligente, o aluno é conduzido a assumir uma postura lógica diante da arte, o que destrói a natureza da arte e violenta a organicidade estética do aluno. Associe-se a isso as ideias de que nossa arte não é nossa, de que nossa língua é muito difícil, por isso não é boa, de que só há um tipo de inteligência, de que a Lógica é mais importante do que a Estética, etc., etc. e fica bem fácil entender porque nossas crianças têm uma concepção equivocada de arte e de sua importância.

O nível formal de prazer estético é o mais abstrato de todos. Permite encontrar beleza até na estética de uma fórmula matemática ou de um argumento lógico. Aí a Estética suplanta a Lógica, pois adentra seus domínios enquanto o contrário é impossível. A arte logicizada deixa de ser arte; a Lógica esteticamente avaliada, não deixa de ser Lógica. Mais: o trato estético da Lógica reforça seus estatutos e dá-lhe uma força que sozinha não tem para impressionar o espírito humano.

O nível formal de prazer estético somente deveria ser tratado no período escolar superior. Que maravilhoso serviço estaria a escola básica prestando à nação em desenvolver os níveis de prazer estético natural e intuitivo de nossas crianças. A equilíbrio das mentes infantis seria sobremodo propiciada e a fábrica de desequilibrados em que se converteu a escola voltaria a ajudar no desenvolvimento nacional. Entretanto, para meu estarecimento, o contrário é o que vejo. Cada vez mais Lógica, cada vez mais memorização, cada vez mais informatização de dados, cada vez menos música, teatro, lírica, plástica. Fala-se de dezenas de eventos científicos, feiras, congressos e simpósios para cada um ou outro evento artístico. A grande maioria das escolas brasileiras, ao invés de incentivar o ensino da arte em uma tentativa de equilibrar a desigual luta entre o quarto de miolo que acolhe Matemática, Física, Química, Teoria da Linguagem, Geografia e História memorizadas, Biologia, entre outras disciplinas, e os três quartos que aguardam seu desenvolvimento pela Estética, impõe um trato Lógico à arte, que deixa, portanto, de ser arte, e os três quartos “mais humanos” do cérebro ficam, novamente, de molho na salmoura.

A tradição filosófica ocidental desde Aristóteles tem contraposto a Lógica à Estética, sobrevalorizando aquela e desprezando esta. O resultado na humanidade é plenamente visível. Nunca antes em nossa história, os professores de

artes foram tão necessários. Nunca precisamos tanto de verdadeiros artistas que nos propiciem a equilíbrio mental de que carecemos. Os professores de Educação Artística e de Literatura deveriam orgulhar-se de sua importância para a sociedade atual. Mas, parece que nosso sistema educacional está ainda bem distante dessa compreensão da importância existencial da Estética para o homem.

Pois era isso que eu queria dizer de novo aqui. Se, em nossas escolas básicas, os professores conseguissem fazer com que os alunos ao menos cumprissem as duas primeiras fases, muita coisa já mudaria e teríamos muitos leitores mais. A terceira fase, a do formalismo, sequer é necessária. Deve ser um desejo de estudos mais profundos, para quem quiser fazer da arte seu ofício. Quem sabe um dia isso será entendido... quem sabe...

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A LEITURA EM CASA

## (PARTE 1) – O EXEMPLO

É consenso nacional que o Brasil é um país que lê pouco. Não há como fugir dos dados que dão conta de que, na média, o brasileiro lê menos de um livro por ano, enquanto há países em que essa média chega perto de 10 livros. Isso se reflete na qualidade geral de nossa educação e, por que não, na qualidade geral de nosso povo. Muitas das barbaridades a que assistimos diariamente na TV não ocorreriam se tivéssemos um povo mais educado, mais leitor. Por isso, estou iniciando uma série de 4 artigos que vão tratar do tema da leitura no ambiente familiar, abordando a importância do exemplo, da biblioteca familiar, das experiências multimodais e como essa experiência familiar se transporta de casa para escola.

Acredito que a família tem grande responsabilidade no processo de formação de crianças leitoras. Assim como a criança aprende em casa a importância do respeito, da ordem, da higiene e das regras de convivência básica, é em casa também que ela aprende que a leitura precisa fazer parte de nossa vida como a respiração e a alimentação.

A boa leitura abre os horizontes da pessoa, isso todo mundo já sabe. Ela eleva o espírito, permite que haja um significativo desenvolvimento geral do intelecto e, assim, melhora até as conversas e os relacionamentos em casa. Mas, é moeda corrente que “a leitura é árdua em seu princípio”, que “determinados livros importantes são difíceis de digerir e exigem muito esforço e dedicação do leitor” e que “toda leitura dedicada toma tempo de outras coisas”. Há, ainda, as versões de que “ler dá sono” e de que “ler é chato mesmo”. Tudo isso é verdade se o leitor não desenvolveu, desde pequeno, uma relação de dependência vivencial para com a leitura. “Depender de ler para viver” é ter um hábito de natureza existencial, uma relação de prazer e satisfação com a leitura como temos para com a comida e o sexo (a maioria, pelo menos, gosta de comer e fazer sexo... eu acho...).

Só que isso não se aprende na escola, pois na escola, leitura é “tarefa” (ainda e infelizmente! Quem sabe um dia a gente muda isso...). E tarefa não é lá uma coisa legal de se fazer, pela própria concepção que temos disso. Mais do que isso, a gente sempre estraga a leitura na escola dando coisa para se fazer “em cima dela”. Então, quando vem a leitura, o aluno já sabe que depois vêm mais obrigações. A leitura da escola nunca é, ela mesma, uma realização, e isso é terrível!

A leitura se torna prazerosa na medida em que não é imposta (de fora para dentro), mas autoimposta. Todos sabem que crianças têm a tendência de

imitar seus pais. Ninguém pede que elas os imitem. Elas simplesmente têm prazer nisso. Por isso a menina pega o batom da mamãe e pinta a cara toda e o menino fica andando pela casa com o sapato do pai naquele toc-toc intrigante. Se as crianças veem os pais lendo em casa, comumente, constantemente, elas terão a tendência de imitar isso, de achar que isso é mesmo importante (porque os pais fazem isso sempre) e de seguir o mesmo caminho dos pais. O exemplo dos pais como leitores é fundamental para formação de meninos e meninas leitoras. Não é por outra razão que lares com pais leitores tem a tendência de ter mais filhos leitores. Vivenciamos isso na prática aqui em casa e vou mostrar “as provas”.

O Lucas, nosso filho mais velho, hoje com 17 anos, é um leitor contumaz. Começou com um ou dois anos se virando com os livros para cá e para lá pela casa, pedindo para gente ler as histórias dos livrinhos para ele e fazendo as leituras ao modo dele para gente. No balaio de brinquedos, havia livros também, livros que ele colocava lá e não adiantava tirar: os livros voltavam rapidinho. Faziam parte de sua diversão. Na foto abaixo, o Lucas ainda tinha 8 anos. Estávamos de férias em um hotel fazenda e queríamos sair para pescar. O Lucas tinha “sumido” e fomos procurá-lo ao redor da cabana. Achamos o garoto deitado na rede, lendo. Enquanto isso havia crianças tomando banho no lago e pescando no rio que passa ao longo do hotel. Ele me disse que “estava cansado e por isso foi descansar um pouco... lendo”.



Ninguém pediu que ele lesse. Ninguém sequer pediu que ele levasse os livros pras férias. Foi ele que fez isso, porque quis.

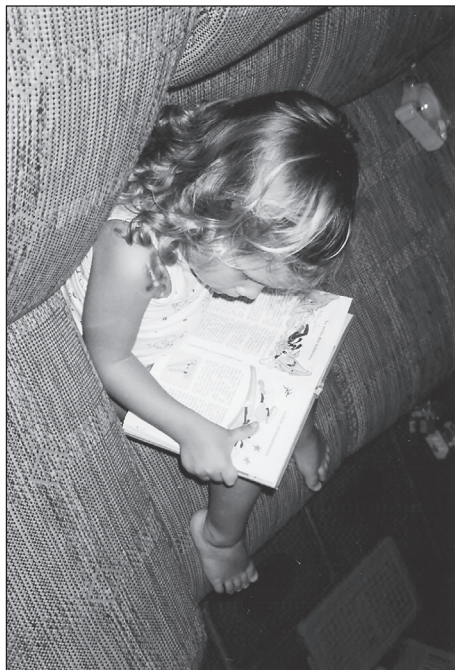
A Bia, hoje com 8 anos, já mostrava como o exemplo dos pais é importante na formação do hábito de leitura. A foto abaixo foi tirada na biblioteca

de casa. Ela tinha menos de dois anos e foi para biblioteca “ler”, ao invés de brincar com outras coisas. Na foto dá para ver que ela buscou os livros de criança, espalhados pelo chão. Ela já sabia quais eram os dela, quais eram os do papai, da mamãe e do mano. Hoje já são todos de todos. O fato é que, quando entrei na biblioteca, estava ela lá tão concentrada que não me viu. Pude ir buscar a câmera, voltar e tirar a foto. Na imagem não dá para ver direito, mas ela ainda estava de fralda. De fralda e já virando leitora!



Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Nesta outra foto ela tinha quase 3 anos. Também é um flagrante, não uma “montagem”. Eu fui entrando na sala de casa e vi a Bia “lendo” mais uma vez. Já era um hábito. Voltei para pegar a câmera e registrei novamente a formação desse hábito. Vejam que, na foto, aparecem brinquedos que foram deixados de lado em favor do livro:



Hoje<sup>7</sup>, o Lucas e a Bia são leitores assíduos. Lemem de tudo, de revistas a livros, passando pela inescapável internet. Agora, ela já tem doze anos e veja, caro leitor, o resultado dos anos iniciais:



7 Na data de publicação da segunda edição deste livro, o Lucas já é Mestre em Química, professor e está com 28 anos. A Bia, com 20 anos, está concluindo Arquitetura. Ambos continuam sendo leitores habituais.

Nas férias, eu sugiro alguns livros para ele e outros para ela, que são lidos e depois conversados em casa comigo e com minha esposa que, por nossa vez, estamos sempre lendo também. Nas últimas férias, a Bia pediu que comprássemos *Viagem ao Centro da Terra*, do Júlio Verne, que ela queria ler. Viu a propaganda do filme na TV, eu disse que o filme tinha sido feito com base em um livro “antigo”. Ela ficou curiosa e pediu. O livro foi rapidamente “devorado”. Não há sofrimento nisso, não há obrigação nem imposição. Há autoimposição e prazer nas múltiplas leituras que fazemos.

Mas, aí se argumenta que nem toda família tem uma biblioteca em casa e pais professores que leem o tempo todo, que há famílias que sequer tem livro em casa. Sim, é claro que há famílias que sequer tem comida em casa! Mas, também, há famílias que poderiam ter livros em casa e não os têm! E há famílias em que os pais poderiam ser um exemplo de leitor para os filhos e não o são. Como fica nesse caso? Acredito que a biblioteca da família (que pode ficar na sala ou no quarto, por exemplo) é tão importante que vou falar exclusivamente dela no próximo artigo. Mas, muito mais do que a posse de livros, acredito que os pais precisam rever sua participação e sua relevância na formação de seus filhos como leitores e a importância de seu **exemplo cotidiano** nesse processo. É uma decisão educacional de efeitos eternos.

Se os pais brasileiros se dessem conta disso, reclamariam menos da escola e já mandariam seus filhos para lá, aos 6 anos, sendo leitores assíduos, mesmo sem que tenham sido ainda alfabetizados. Serão leitores de gravuras, de livros especiais para crianças e leitores do mundo. Muitas vezes, as próprias crianças iniciam o processo de alfabetização em casa, sozinhas, de tanto perguntar aos pais o que está escrito aqui e ali. Nosso Lucas, quando foi para escola já sabia ler bem, e escrevia algumas coisas. A Bia, idem. Quem os obrigou a aprender isso? Eles mesmos. Tanto queriam aprender, tanto perguntavam, que iniciaram naturalmente o processo de alfabetização, sem que ninguém precisasse ficar mandando que decorassem os nomes das letras e o be-a-bá! Pensemos nisso, pois essa mudança de comportamento dos pais pode ser decisiva para o futuro de nosso país. Até a semana que vem falando das bibliotecas familiares.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## A LEITURA EM CASA (PARTE 2) – A BIBLIOTECA FAMILIAR

Como começamos a ver na semana passada, o desenvolvimento de leitores requer um trabalho familiar que vai além daquilo que a escola pode oferecer sozinha. Através do exemplo de pais leitores, já damos um passo enorme na direção de formar crianças leitoras. Uma das pessoas que leram o texto da semana passada confirmou essa experiência com sua filha, que pelo exemplo da mãe leitora já, por volta dos dez anos, é, também, uma leitora assídua. Ou seja: sabemos que as crianças aprendem muito por imitação. Assim, é importante que o exemplo de ler possa ser imitado das pessoas em casa.

Outro fator importantíssimo na formação de leitores é a exposição e o acesso facilitado a boas coisas que se ler. Cecília Meirelles, em seu clássico “Problemas de Literatura Infantil”, defende que as bibliotecas para crianças deveriam ser formadas pelas melhores obras disponíveis no mundo. Para as crianças, diz ela, somente deveríamos oferecer o ótimo! Concordo plenamente. Assim, é essencial que a criança tenha a sua disposição, a qualquer momento, um acervo de bons livros que possam ser lidos e apreciados por ela.

É claro que, quando falo de um acervo de bons livros, não falo de milhares de livros em uma biblioteca organizada em casa, com catalogação e tudo mais (se bem que isso não é nada desprezível...). Mas, falo de que a família tenha um conjunto significativo de livros de diversas naturezas, interessantes, atrativos, educativos, belos, disponíveis para a criança. Isso pode ser numa estante na sala ou até no próprio quarto da criança. Ou, até, um pouco em cada cômodo da casa. Isso cria uma intimidade da criança com o livro, que ela passa a ver como parte de sua existência.

É esperado, porém, que já venham as objeções daqueles que não querem se comprometer com nada: “As escolas é que deveriam ter bibliotecas!”. É claro que deveriam, mas a maioria não tem! Então eu fico reclamando da escola e deixo de formar como leitora a criança que está sob minha responsabilidade... Outra objeção que já ouvi: “Os municípios e estados é que têm que manter bibliotecas públicas decentes!”. A resposta é a mesma: É claro que deveriam, mas a maioria não tem. Então eu fico reclamando dos municípios e dos estados e deixo de formar como leitora a criança que está sob minha responsabilidade...

Na verdade, é necessária uma enorme mobilização nacional em prol das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas. Nos últimos anos, o MEC (parabéns ao MEC por isso!) tem retomado com certa insistência programas

de formação de bibliotecas escolares de boa qualidade e investido mais nisso<sup>8</sup>. Estados e municípios deveriam seguir o exemplo e constituir bibliotecas públicas decentes. Aliás, há muitos estados e municípios que investem em estádios, ginásios, balneários, carnaval e festas, mas não investem um real em uma biblioteca decente... Todas essas coisas são importantes, mas a biblioteca é mais importante que todas elas, afirmo. Ou seja: não nego as responsabilidades de escolas, estados e municípios em ter ótimas bibliotecas, muito pelo contrário. E digo ainda que nós e nossos filhos deveríamos frequentá-las como frequentamos o supermercado. Mas isso é uma coisa diferente do que ter uma significativa biblioteca em casa, que permita uma exposição constante da criança aos livros e que mostre para a criança – isso é muito importante! – que seus pais ou responsáveis investem em livros como coisas essenciais.

Em minha casa, quando eu era menino, havia muito poucos livros. Além das bíblias individuais, de fato, havia um livro legal e mais dois ou três que eu não entendia. Esse livro legal se chama “Segredos do Mar”, um livro publicado pelas Seleções do Reader’s Digest, que eu nunca soube como foi parar lá em casa. É um livro-documentário com centenas de fotografias da vida marítima e insular de diversas partes do mundo. Vasculhei, admirei, sonhei, li, observei, decorei esse livro e suas fotografias centenas ou milhares de vezes ao longo de toda minha infância. Era folheado como um tesouro, absorvido como o perfume que emana dos templos mais sagrados, foi decorado como um mapa da felicidade. Hoje esse livro me pertence. Foi o livro da minha infância, dos meus sonhos e das minhas histórias. O “herdei” de meu pai... depois de muita insistência. Sinceramente, não sei como não enjoei dele. Como teria sido melhor se ao invés de um, tivéssemos alguns livros mais dessa qualidade em casa. Hoje, ele, e outros mais são vistos e lidos pelos meus filhos na nossa casa, mas ele nunca deixará de perder o encanto para mim. Era meu tesouro, embora não fosse meu. Minha alegria permanente. E como era maravilhoso saber onde eu podia – sempre! – encontrá-lo.

Outra objeção comum que se faz em relação a famílias terem livros em casa é o preço dos livros no Brasil. É verdade. Não são os mais baratos do mundo. Também é verdade que há famílias que sequer tem o que comer. Isso aqui e na Dinamarca... Mais aqui do que lá... eu sei... Mas, convenhamos: é realidade, também, que o povo brasileiro não tem tradição cultural de investir em livros. A maioria das famílias de classe média, média alta e alta gastam milhares de reais anuais com seus filhos dando-lhes roupas caras, celulares de última geração (e pagando as contas que eles geram...), com brinquedos

8 No ano de publicação desta segunda edição (2021), depois da troca de sucessivos governos sem prioridade para a educação, o MEC cancelou/encerrou todos os programas de formação de bibliotecas escolares e de bibliotecas públicas. Ainda resta o PNLd, mas não sabemos até quando.

eletrônicos e outras parafernalias secundárias, mas não gastam um real com livros para essas mesmas crianças e adolescentes. É uma questão de prioridade! Dia desses, o filho de um conhecido veio me mostrar seu celular novo de 1.300 reais! Mas não há um livro interessante sequer (além dos livros didáticos dentro da mochila, esses não muito interessantes) no quarto desse adolescente ou em algum lugar da casa! Depois, os pais reclamam da escola e berram que os filhos não gostam de ler! Quantos bons livros poderiam ser comprados para esse rapaz com os mesmos 1.300 reais?! E o que se encontra no resto do quarto dele? Computador de última geração, TV de LCD com videogame ultrapotente, dezenas de cartuchos de jogos eletrônicos, roupas de grife. Quanto custou tudo isso? Muito. Por que não há livros? Falta de dinheiro? Não. Prioridade. Apenas isso.

Se fosse prioridade, na criação dessas crianças e adolescentes, construir leitores, e assim, uma estirpe mais evoluída de pensadores e cidadãos conscientes, haveria livros nessas casas à disposição deles, seus pais os estariam lendo cotidianamente e os filhos, muito provavelmente, pelo exemplo dos pais e pela disponibilidade de bom material, aprenderiam a gostar de ler. Coisa para se pensar. Na semana que vem, falaremos sobre a importância de experiências multimodais e sua relação com a leitura.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## A LEITURA EM CASA (PARTE 3) – EXPERIÊNCIAS MULTIMODAIS

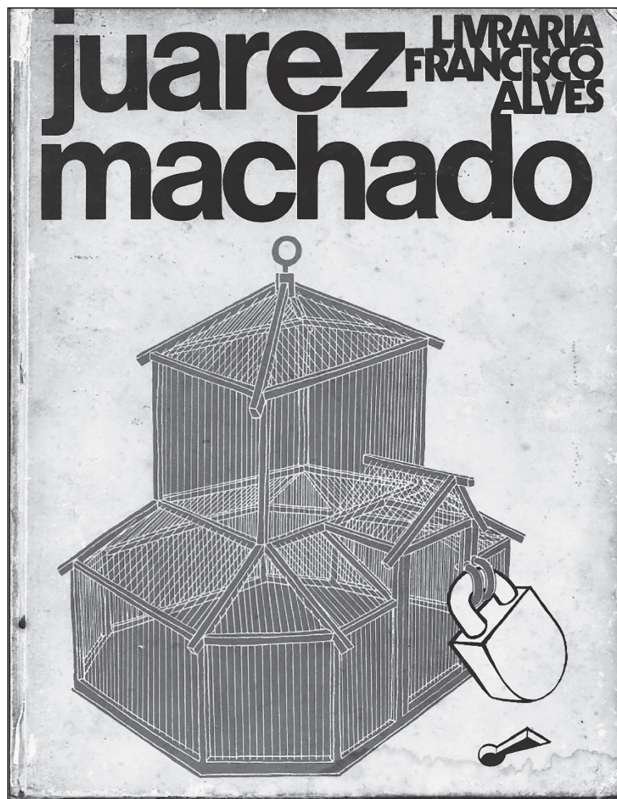
Muitas pessoas com as quais converso atestam ter dificuldades de concentração na leitura. Muitas delas dizem que começam a ler um livro e desistem, pois acham a atividade enfadonha. Um amigo, em especial, diz que o melhor sonífero que existe para ele é a leitura. Ele se deita, pega um livro e dorme em poucos minutos, com o livro na cara. Nesses casos todos, temos algumas questões a considerar.

Parece verdadeiro que uma pessoa desacostumada com a leitura tenha uma dificuldade inicial em levar um grande livro até o final, mesmo que seja um livro com um texto interessante, cativante. De fato, a leitura exige de nós níveis de concentração e perseverança que são cada vez mais incomuns na sociedade em geral, especialmente nas crianças e jovens acostumados à efemeridade nos jogos eletrônicos e da internet. Por isso, essa perseverança precisa ser treinada, trabalhada, insistida!

É claro que, se isso for treinado desde as mais tenras idades, a criança já crescerá com o gosto pela leitura e será muito mais fácil para ela a leitura de grandes livros e textos mais “ásperos” na idade adulta. Mas, conseguir isso de uma criança pequena é algo que exige cuidados a capricho. Não se obriga uma criança a sentar e ler indefinidamente a título de “treinamento” para idade adulta. É mais fácil que ela odeie a leitura. Assim, existem algumas coisas que podemos fazer para facilitar esse processo. Muitas delas têm a ver com experiências multimodais, em que misturamos diversas modalidades de expressão com o ato de ler, de forma que a criança se sinta motivada a insistir na leitura do texto escrito.

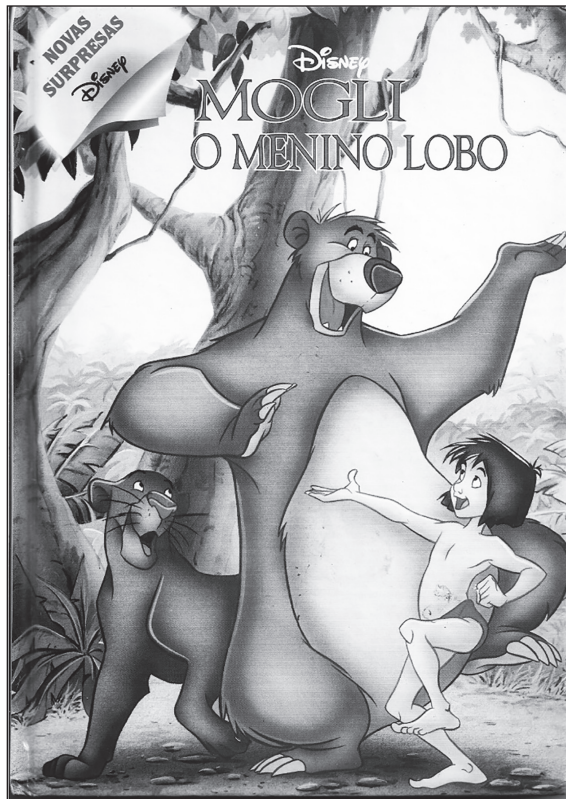
Antes de qualquer coisa, é importante que haja material diversificado à disposição da criança, como disse no artigo anterior, de forma que a própria criança possa se deixar encantar pelo livro e iniciar uma experimentação de leitura. E, é claro que, se disponibilizarmos livros que permitem experiências multimodais, a coisa fica ainda mais fácil.

Uma das formas iniciais é a relação entre a leitura e a imagem pictográfica. Existem bons livros ilustrados no Brasil. Existem bons livros só de gravuras, que a criança lê a partir das imagens e constrói seu texto. Dia desses, minha filha confessou que seu livro preferido aqui em casa é um livro sem título de Juarez Machado, publicado pela Francisco Alves, um que tem uma gaiola com um cadeado sem buraco de fechadura na capa. Esse aí embaixo:



Fiz questão de digitalizar a capa do livro para os leitores terem uma ideia da coisa. O livro já foi branco... esse marrom que se vê é encardido mesmo! De tanto uso, de tanto olhar, de tanto ler no chão, na varanda, no quintal. É um livro sem ilustrações coloridas, com desenhos bem rudimentares dentro, mas que cativam o leitor por sua inteligência e organização. A cada nova leitura dessas ilustrações, ela me conta uma história diferente. Mas, ela faz sempre questão de me perguntar: “Por que o buraco da fechadura está no chão e não no cadeado?”. E eu sempre digo que a resposta está dentro do livro, que ela deve procurar e depois me contar. E assim se vão algumas dezenas de leituras...

Outro tipo de material que se encontra facilmente no Brasil hoje é o livro relacionado a desenhos animados. É muito difícil se encontrar hoje uma criança que não conheça, por exemplo, os desenhos da Disney. A maioria desses desenhos tem versão em livro. Um dos livros preferidos da minha filha, é o do Mogli, o Menino Lobo. Esse aí:



Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Ela tem o desenho e o livro que ganhou do tio-avô. Muitas vezes a vi assistindo o desenho com o livro na mão. Outras vezes, lê o livro e vai assistir o desenho. Outras, ao contrário. De toda forma, desenho e livro conversam entre si e a leitura vai virando gosto. Mas não são somente os desenhos da Disney que tem versões em livro. Hoje, desenhos da Turma da Mônica conversam com livros e revistas. Os geniais livros ilustrados de Asterix e Obelix também tem versões muito fiéis em desenho animado. Quem mais curtiu esses desenhos com os livros na mão foi o Lucas, meu filho mais velho. Ia assistindo o desenho e conferindo os textos e ilustrações no livro. Por exemplo, essa aventura aí embaixo é uma das que tem versão correspondente em desenho animado, muito fiel, muito bem-feita:



O Pequeno Príncipe tem versão em desenho e a maioria dos clássicos de contos de fadas tem versão em livro e desenho, só para citar alguns. Ou seja, basta procurar que se acha a dobradinha desenho-livro sem muita dificuldade em qualquer bom magazine ou livraria.

Outra parceria muito boa é cinema-livro. Hoje, temos uma infinidade de livros que viraram filmes e que podem ser explorados pelos pais. Só para lembrar alguns pouquíssimos exemplos, temos O Menino Maluquinho, As Aventuras de Gulliver, Viagem ao Centro da Terra (esse, como disse em outro artigo, descoberto pela Bia e assistido uma dezena de vezes enquanto ela lia o livro), A Volta ao Mundo em Oitenta Dias, O Senhor dos Anéis, Os Miseráveis, os tantos e tantos filmes de romances brasileiros e por aí vai. Até coisas mais esdrúxulas como a série Harry Potter e a vampiragem do Crepúsculo acabam servindo para uma relação cinema-livro que pode conduzir o jovem ao gosto pela leitura. É incrível a sensação de descoberta delas quando ficam sabendo que os filmes foram baseados nos livros e que elas podem ter acesso aos livros, à história original. É como se descobrissem a roda! E, quando podem ter as duas formas de expressão nas mãos, aí a festa fica completa.

Mesmo os adultos se deixam levar por essa experiência. Há algum tempo, minha esposa assistiu o filme e se encantou com a história de Moll Flanders. Veio me dizer como era bonita a história, como tinha gostado do filme. Eu comentei que era um romance de Daniel Defoe e que tínhamos o livro em casa. Não deu outra: mais um livro lido. Ou seja, funciona até com os adultos.

Outra coisa bem legal de se fazer é assistir adaptações de livros para teatro. Nas cidades que têm o privilégio de possuir teatro e vida teatral ativa, essa é uma forma muito interessante de convidar as crianças e jovens para leitura. Depois, pais e filhos ainda podem conversar sobre o que foi assistido e lido, para tirar melhor proveito do que se viu e assistiu.

Essas experiências multimodais, ou seja, de associar leitura com outras modalidades de expressão, podem e devem ser levadas a efeito nas escolas também. Não para fazer trabalho depois, mas pelo prazer que elas proporcionam e pelo que elas ensinam por si. A escola é mestra em estragar o prazer pela leitura, pois quase sempre a leitura é associada a atividades chatas como resumos, provas e seminários, o que cria vínculos entre a leitura e o desgosto que dela decorre. Deixemos e incentivemos que nossos alunos leiam em paz pelo prazer de ler e pelo conhecimento que a leitura proporciona!

Na semana que vem, termino essa série relatando experiências de transferência do hábito de leitura da casa para escola. Até lá.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A LEITURA EM CASA (PARTE 4)

## – TRANSFERÊNCIA PARA A VIDA ESCOLAR

Neste quarto e último artigo sobre o desenvolvimento da leitura, quero tratar da transferência das experiências de leitura da criança de casa para a escola. A prática tem mostrado que, se por um lado, a escola sozinha só consegue muito raramente desenvolver o gosto pela leitura e transformar a criança em um leitor, por outro lado, não tem o poder de desfazer o gosto pela leitura já arraigado em uma criança.

Como disse no primeiro artigo, um dos maiores problemas da escola em relação à leitura está no fato de que, ali, a leitura está quase sempre relacionada a um “depois”, chato e maçante. A leitura não é considerada a atividade em si, mas algo que se usa para fazer a atividade “de verdade”. Assim, a gente lê um texto para depois... ou preencher um questionário... ou fazer uma análise gramatical... ou “compreender” o texto que se leu... ou fazer uma prova... ou, ou... Estas, por sua vez, é que são consideradas as atividades “de verdade” para as quais a leitura era apenas uma preparação. Isso conflita diretamente com a realidade e, por isso, é bastante problemático.

Quando lemos um artigo ou procuramos uma informação em uma revista como a Veja, a Istoé, a Época, lemos um rótulo de produto, bula de remédio ou manual de aparelho, por exemplo, não precisamos de um questionário para entender o que lemos. Os artigos dessas revistas e essas informações técnicas não são seguidos de exercícios de compreensão... Quando lemos um texto literário pelo prazer de lê-lo, não esperamos nada após a leitura. Ninguém lê um romance, na vida real, e depois pede a ficha de resumo para entregar para professora. A gente simplesmente lê. Ler já é a atividade principal. Ela toma tempo, exige concentração e habilidade, e, muitas vezes, a consulta a um dicionário ou a outro livro de informações. Às vezes, a leitura demanda conversas com outras pessoas ou mesmo uma experiência com outras modalidades de comunicação. Mas, em todos esses casos, ela é a atividade principal.

É assim que a gente aprende a ler em casa quando segue aqueles passos de que falei nos artigos anteriores, e é assim que a gente transporta a leitura para escola. O incrível nessa história é que alunos-leitores, ou seja, aqueles que aprenderam a amar a leitura fora da escola, muitas vezes, antes dela, não misturam a “leitura da vida” com a “leitura da escola”, o que impede a escola de estragar seu gosto pela leitura. Isso ficou evidente em entrevistas que fiz com crianças-leitoras em minha cidade. Apresento aqui dois trechos dessas entrevistas que evidenciam isso.

**Criança A, menina, 09 anos:**

Ent: Você gosta de ler?

Cri: Gosto muito.

Ent: O que você gosta de ler?

Cri: Meus livros e revistinha... tipo assim... gibi.

Ent: Você lê todo dia?

Cri: Quase todo dia. É que tem dia que não dá tempo. Mas, se der tempo, eu leio.

Ent: Você lê na escola?

Cri: Na escola a gente lê muito pouco.

Ent: É gostoso ler na escola?

Cri: Não. É chato.

Ent: O que você lê na escola?

Cri: Só os livros das matérias.

Ent: O que tem para ler nesses livros?

Cri: Só texto chato. Tem um ou outro... tipo assim... mais legal. Mas é tudo curtinho.

Ent: Você falou que ler em casa é legal e ler na escola é chato. Não é tudo leitura?

(Pausa. A criança reluta na resposta e o entrevistador reformula a pergunta.)

Ent: Ler em casa não é a mesma coisa que ler na escola?

Cri: Não. Ler em casa é mais legal, porque a gente lê coisa legal e depois que leu já acabou. Na escola, as coisas de ler são chatas e depois tem que fazer questionário da leitura... e ainda tem que ler em voz alta para tia.

**Criança B, menino, 08 anos:**

Ent: Você gosta de ler?

Cri: Gosto um pouco.

Ent: O que você gosta de ler?

Cri: Gibi... também eu leio livro... também eu leio a Bíblia... também eu leio jornal, quando o meu pai traz para casa, mas aí eu gosto mais de ver as figuras.

Ent: Você lê todo dia?

Cri: Sim.

Ent: Você lê na escola?

Cri: É difícil. A gente está sempre escrevendo.

Ent: É gostoso ler na escola?

Cri: Não. Eu não gosto de ler na escola.

Ent: O que você lê na escola?

Cri: Os livros que o meu pai comprou no começo do ano.

Ent: Que livros o seu pai comprou no começo do ano?

Cri: Os livros que a tia mandou comprar para fazer as tarefas.

Ent: O que tem para ler nesses livros?

*Cri: Só tem algumas coisas. Tem mais lugar para escrever.*

*Ent: Você falou que gosta de ler em casa e que ler na escola é ruim. Não é igual ler em casa e ler na escola?*

*Cri: Eu já disse que na escola a gente quase não lê, porque só fica escrevendo... Em casa é mais legal porque a gente fica mais lendo.*

Como se pode ver nas respostas dadas pelas crianças, aquelas que foram formadas como leitoras fora da escola não “misturam as coisas”. Ou seja, mesmo considerando as atividades de leitura da escola muito chatas, elas não perdem o gosto pela leitura na vida. Até pode acontecer, eu creio, que uma criança que fosse leitora venha a perder seu gosto, de tanta insistência da escola em vincular leitura e “exercício”. Mas, ao que parece, isso é raro. Pelo menos, não apareceu um único caso num rol de cerca de 30 crianças-leitoras entrevistadas ao longo de 5 anos (não é fácil encontrar crianças-leitoras!...).

Já imaginaram o que acontecerá a essas crianças-leitoras no dia em que a escola descobrir a importância da leitura e como lidar com ela? Já imaginaram o reforço de “gosto” que essas crianças terão em relação ao seu hábito de leitura e como isso influenciará em sua formação como pessoas de horizontes amplos? Bem, nos resta insistir nessa tese da importância da leitura e esperar que os pais que puderem, pelo menos em casa, façam algo em prol de formar seus filhos como leitores. Ao menos já sabemos que, se conseguirmos formar esse hábito nas crianças, será muito difícil que alguém o estrague. Quanto à escola, bem... que essa procure resolver o quanto antes o problema na parte que lhe cabe. É nossa esperança.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



SOBRE A EXCELÊNCIA  
DESEJADA E A ESPERANÇA

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# PORQUE A ESPERANÇA É INSUBSTITUÍVEL!

A cada semana em que um texto meu sai no portal, recebo um sem-número de e-mails desesperançados, de pessoas que falam em desistir, de largar tudo, de deixar para lá. Triste isso. Mais triste ainda, porque, às vezes, acho que tenho causado um pouco dessa desesperança, quando, na verdade, minha intenção é justamente oposta a isso!

O fato de apresentar aqui, a cada semana, os problemas de nossa sociedade e de nossa educação, por si só, deveria ser uma prova de que tenho esperança de que algo mude e de que essa mudança só pode ser feita por meio da educação. Como diz o “velho ditado”: “Ninguém chuta cachorro morto”. Se eu uso uma parte do meu tempo (mais do que escasso) a cada semana para mostrar que as coisas não estão legais na educação brasileira e, muitas vezes, dizer como elas poderiam ser para ficar legais, é porque reconheço que o cachorro está doente – doente para cachorro! (com o perdão do pobre trocadilho...) – mas está vivo! E é nessa vida que reside a esperança que tenho de que as coisas mudem.

Já pensaram se todos os bons professores, sensíveis aos problemas de nossa educação, aqueles que param e pensam no que está errado e no que precisa ser feito, de uma hora para outra simplesmente jogarem a toalha e saírem do ringue? Quem ganha a luta? É óbvio: a ignorância, a estupidez humana, a desorganização social, a falta absoluta de perspectivas de futuro e os demais membros dessa gangue assombrosa ganharão a luta por W.O. (pra quem não entende bem a linguagem do esporte, “ganhar por W.O.” significa ganhar porque o oponente simplesmente não compareceu à disputa). Creio que isso não pode ser permitido!

Na mesma medida em que entendemos a dimensão de nossos problemas, precisaríamos intensificar nossas ações no sentido de resolvê-los. Nossa educação está ruim das pernas, todo mundo sabe disso. Temos problemas de formação de professores, de estrutura nas escolas, com os materiais didáticos, com as grades curriculares etc. etc. etc... e já mostrei tudo isso aqui no portal. Mas, mostrei para que algo seja feito e, sem sombra de dúvidas, nunca imaginei que esse “algo” seja pular do barco e ir cuidar da própria vida.

Não sei se já tive a oportunidade de contar isso aqui no portal, mas agora quero falar um pouco da minha experiência como professor. Iniciei no magistério quando tinha 15 anos de idade, substituindo – como leigo – professores em escolas primárias no interior de São Paulo. Recebia uns trocados para preencher, por alguns dias ou semanas as lacunas que eles deixavam porque

tinham ficado doentes ou porque tinham que resolver algum outro problema. Naquele tempo, cursava o antigo “Magistério de 2º Grau”. Já terminei o magistério empregado. Foram 5 anos trabalhando em todas as séries escolares, da alfabetização ao ensino médio, mesmo sem ter concluído a universidade. Aos 20, passei no concurso para professor de Universidade Federal e aos 21 estava contratado. Já se vão vinte anos. Tenho 41 anos de idade e 26 de magistério. Passei por tudo o que se imagina. Dei aulas em escola pública com 54 crianças na sala. Trabalhei com crianças carentes que me davam peixe, que elas pescavam no rio que beirava a cidade, no dia dos professores. Respondi mais processos administrativos por me recusar a dar para as crianças os livros didáticos ruins que o governo comprava, do que a maioria dos professores responderá por toda a vida. Tive meu pescoço na guilhotina um sem-número de vezes por me recusar a cumprir programas educacionais imprestáveis ou compartilhar ações corruptas nas escolas. Chegava em casa fedorento e todo sujo de abraçar menino fedido e mal lavado. Peguei piolho uma centena de vezes – acho que por isso acabei ficando careca... Mas, no final do ano, todos meus alunos cheiravam bem, mantinham as unhas e cabelos cortados sempre e não tinham mais piolhos. Eles aprendiam que assim, limpos e cuidados, é melhor de se viver. Peguei todo tipo de doença de alunos: até sarna eu peguei. Na universidade, não peguei sarna, mas o que arrumei foi sarna para me coçar. E, por que estou contando tudo isso aqui? para dizer que quando eu abro a boca (ou aponto os indicadores para o teclado) para falar de educação, estou falando da minha vida, não do que eu li em algum livro de teoria. Sou “macaco velho”, “gato escaldado”, “mula surrada”... deem o nome que quiserem! Eu não sou modelo para ninguém, mas tenho, pelo menos, uma virtude (virtude da qual me orgulho... ops...orgulho já é defeito...): eu nunca perdi a esperança!

É a esperança que me traz a cada semana para frente do computador para implorar que os olhos de cada um de nós se voltem para educação e sua importância. É a esperança que me coloca na frente do teclado e que faz eu esquecer minha L.E.R. em grau adiantado (daqui a pouco vou ter que digitar com o nariz: tá feia a coisa...) para implorar que as pessoas se movam no sentido de combater essa porcaria toda que está aí. É a esperança que me faz escolher, a cada semana, escrever um texto apelativo e provocativo, colocando minha cara a tapa na maioria das vezes, ao invés de ir me divertir. Eu poderia estar agora me deliciando com um livro de Dostoiévsky, Machado ou Proust, curtindo essa coisa de ser professor de Literatura, mas estou aqui com os meus dois dedos duros tentando dizer que a esperança é insubstituível! Que ela nos move! Que ela não pode ser perdida! Que, sem ela, nenhum professor sobrevive neste país! E que a nossa esperança é a esperança dos nossos alunos!

Uma vez, aprendi, numa dolorosa experiência, andando de barco nas cachoeiras do Rio Mamoré, que não adianta você ser corajoso se o piloto do seu barco é covarde e inepto. Não adianta você ter todo conhecimento do mundo se o sujeito que leva a embarcação é um panaca. Por isso, em assunto de andar de cachoeira no Rio Mamoré, a segurança do piloto é a sua segurança. Se ele falhar, você está em sérios apuros. Assim é com o médico que abre o seu peito numa cirurgia, com o engenheiro que calculou o prédio em que você mora, e em tantas outras situações da vida. Dependemos uns dos outros para muitas coisas. E, na maioria das situações cotidianas, o nosso presente e/ou o nosso futuro está nas mãos de outra pessoa. Quando penso em educação, percebo claramente que o futuro dos nossos alunos está no nosso presente. A esperança deles é a nossa esperança. E, se nós nos dermos o direito de perder a nossa, a deles poderá sequer existir.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# A EXCELÊNCIA EDUCACIONAL É POSSÍVEL NO BRASIL!

Durante anos tenho repetido que um pouco de vontade política seria possível para trazer ao Brasil excelência na Educação. Como já expliquei aqui nesta coluna, vontade política funciona assim: a governante quer, o governante faz, usando para isso tudo o que estiver a seu dispor, sem desculpas, sem meios-termos, sem rodeios.

Com base nessa ideia de que é possível, convido o leitor a acompanhar esta notícia recente veiculada pelo IG Educação (acessada em 07/12):

## ***Alunos da rede federal estão entre os melhores do mundo***

*Média obtida em avaliação internacional por eles supera a de países como Canadá e Reino Unido e encosta no Japão*

*Se a maioria dos estudantes brasileiros não consegue ler, fazer cálculos matemáticos e compreender a ciência como a maioria dos jovens de países desenvolvidos como Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá e Japão, há um grupo seleto de alunos do País que consegue até superá-los quando o assunto é o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa).*

*As notas do último exame educacional, criado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para verificar a qualidade de ensino nos países desenvolvidos e parceiros, mostram que os estudantes da rede federal de educação básica obtiveram desempenhos tão bons ou até superiores aos de muitos alunos que vivem em países muito desenvolvidos.*

*Relatório divulgado pela OCDE aponta que a nota em leitura desses estudantes da rede pública federal ficou em 535. A média dos países desenvolvidos na área é de 493 pontos. Em matemática, a situação se repete. Foram 521 pontos obtidos pelos alunos da rede federal contra 495 da OCDE. Em ciências, os brasileiros ficaram com 528 e os desenvolvidos, 500 pontos. A média geral da rede ficou em 528.*

*Essa média está à frente de países como França, Estados Unidos, Israel, Espanha, Reino Unido, Dinamarca, Alemanha, Austrália e Canadá. Só perde para a o Japão (529 pontos), Coreia (541), Cingapura e Finlândia (543), Hong Kong (546) e Shangai (577). Vale lembrar que a China preferiu não colocar todas as províncias e regiões do país para realizar as provas. Apenas algumas participaram do Pisa.*

*“É uma rede pequena, mas é a prova de que o setor público sabe oferecer uma boa educação. Para isso, tem de remunerar bem o professor, investir em laboratório e investir em educação integral. Todos são componentes do*

*sucesso educacional”, ressaltou o ministro da Educação, Fernando Haddad. Os estudantes das escolas federais ficaram com resultados melhores do que a rede privada brasileira.*

### **Notas por redes de ensino**

<i>Dependência administrativa</i>	<i>Média</i>	<i>Leitura</i>	<i>Matemática</i>	<i>Ciências</i>
<i>Rede pública federal</i>	528	535	521	528
<i>Rede privada</i>	502	516	486	505
<i>Rede pública (estadual e municipal)</i>	387	398	372	392

### **Público e Privado**

Na rede particular, os resultados também foram bons. A média geral dos alunos dos colégios privados nas três áreas do conhecimento foi de 502 pontos, com destaque para leitura (516 pontos). A rede pública estadual e municipal, no entanto, apresenta diferenças gritantes de desempenho. A média geral desses estudantes foi de 387 pontos. A nota mais alta, em leitura, foi de 398.

Para Haddad, apesar das diferenças, o País está no caminho certo e deve aprender com as boas práticas nacionais e internacionais. “O sistema educacional brasileiro está reagindo aos estímulos. Crescemos 17 pontos no último triênio. Aparentemente, estamos no rumo certo”, pondera. “O ingrediente do sucesso é dar mais autonomia combinada com mais responsabilização”, defende. O ministro acredita ainda que a realização das olimpíadas de conhecimento, especialmente a de matemática, pode ter influenciado positivamente na melhora das notas dos brasileiros na disciplina. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pede “toda semana” que o ministério crie agora os jogos de incentivo ao estudo das ciências.”

Para quem não está muito por dentro do sistema educacional brasileiro, vale explicar o que é o tal “Sistema Federal”. No Brasil, existem 3 sistemas (escopos administrativos) educacionais mais ou menos independentes, definidos pela Lei Federal 9394/96:

- a) sistemas municipais – responsáveis, prioritariamente, pela educação infantil e pelo ensino fundamental;
- b) sistemas estaduais – responsáveis, prioritariamente, pelos ensinos fundamental e médio;
- c) sistema federal – responsável pelo ensino técnico e universidade federais.

A lei não impede que um sistema tenha nível de ensino além do que é sua prioridade, desde que esta esteja atendida. Por isso é que tem estado que tem

escola técnica e universidade, município que tem universidade e por aí vai. Mas, o fato é que o sistema federal nunca vai um centímetro além de sua obrigação legal: escolas técnicas e universidades, o que já está de bom tamanho.

Essa avaliação de que fala a notícia, abrange apenas as escolas técnicas, hoje denominadas Institutos Federais de Educação Técnica e Tecnológica. Houve enorme investimento durante o governo Lula nesses institutos, que hoje são mais de 250 no país. Mas, o que interessa aqui é saber o segredo dessas escolas que conseguem deixar nossos combalidos alunos semianalfabetos melhores do que os alunos do Canadá, Japão e Inglaterra.

Na verdade, não há segredo algum. E nem tem nada a ver com as Olimpíadas e os jogos bobos de que o Lula gosta. A coisa funciona porque é assim:

- a) Os professores dos institutos federais são escolhidos por concursos públicos muito rigorosos, parecidos com os concursos das universidades federais. Tem carga horária menor que os professores das escolas municipais e estaduais e ganham 2 ou 3 vezes mais do que estes. Dependendo do estado ou da prefeitura, a diferença chega a 5 vezes;
- b) as condições de trabalho nos institutos é incomparável com as precaríssimas condições das escolas (caindo aos pedaços) municipais e estaduais. Além disso, o número de alunos por sala é limitado e esse limite é respeitado;
- c) os institutos são providos de laboratórios, bibliotecas, refeitórios e todas as demais condições que permitem ao estudante uma educação digna. Aquilo que eu já chamei aqui algumas dezenas de vezes de “pacote mínimo de dignidade educacional”, os institutos têm, e ainda mais um pouco;
- d) os alunos são criteriosamente escolhidos e diligentemente trabalhados. O ritmo de trabalho nos institutos é frenético, sério e eficiente;
- e) praticamente todos os professores têm pós-graduação, grande parte deles com mestrado e doutorado: isso significa qualidade e atualidade de informação;
- f) os professores recebem incentivos para pesquisa e atualização, inclusive com afastamento remunerado para estudo e bolsas para pesquisa;
- g) muitos institutos têm convênios com empresas públicas e privadas para estágios profissionalizantes e incremento de atividades e estrutura. O aluno aprende e já trabalha. Não há tempo jogado fora.

O resultado??? Está na notícia. Ou seja: educação de qualidade é possível? É!!! Por que não acontece em todo o país? Por falta de vontade política de fazer. Quando se quer, acontece. E, então, por que municípios e estados ricos não têm educação que presta? Óbvio: porque os gestores não prestam,

não têm vontade política de fazer. Quando se quer, se faz. Dinheiro existe. O que falta é competência.

Com a revolução dos institutos federais, o governo Lula mostrou, de forma inequívoca, que o Brasil não deve nada a ninguém quando o assunto é inteligência para fazer uma educação de primeiro mundo. Mas, por outro lado, tornou evidentíssimo, que a falta de vontade de fazer (aliada a uma vontade enorme de roubar o dinheiro público) é o que mata nossa educação nos estados e municípios. É... faz a gente pensar...

*Versão final*

# POSFÁCIO

## (APRENDENDO A VOAR!)

Se você, caro leitor, conseguiu chegar ao final deste livro, pode comemorar. Você presenciou um percurso “maratona” que merece medalha de ouro, pódio, hino e muitos aplausos.

Começamos pelo final. A frase da última página do livro é: “*De verdade? Não basta saber que se tem que voar: é preciso ter disposição e coragem para tanto. É isso...*”. O professor Celso Ferrarezi Júnior relata nesse livro (EDUCAÇÃO: DIRETO AO ASSUNTO – nossas mazelas e nossas esperanças), sua vida, sua história, sua luta incessante pela Educação de qualidade em nosso país. Um relato híbrido de denúncias, conselhos, vivências, qualidades e defeitos, mas, sobretudo, um relato cheio de esperança.

Como ninguém escreve impunemente, a pena vem sempre antecipada: de disciplina, de treino, de suor, de dor e, sobretudo, de voos. É que um bom educador não desiste nunca. Apesar das dificuldades, ele voa e seu voo é de esperança, assim como fez uma certa Gaivota. Esqueceu-se da máxima do bando: “... a razão por que você voa é comer” e decidiu buscar sentido maior para a vida: voar, aprender. E fez as primeiras acrobacias aéreas de uma gaivota viva, voou até depois do pôr do sol, descobrindo manobras como o “loop” e o “slow rol”, acrobacias da aeronáutica. Desceu feliz, certo que seria bem recebido. Pensava: “Como vale a pena agora viver! Em vez da monótona labuta de procurar peixe junto dos barcos de pesca, temos uma razão para estar vivos! Podemos subtrair-nos à ignorância, podemos encontrar-nos como criaturas excelentes, inteligentes e hábeis. Podemos ser livres! Podemos aprender a voar!”

A vida de um educador é um constante aprendizado de “aprender a voar”, não se acomodar. E, talvez seja isso que esteja faltando a algumas gaivotas educadoras. Porque a esperança que nos nutre de ânimo para as mudanças necessárias, dificilmente virão dos poderes constituídos. Já esperamos muito, já confiamos demais. Lembro-me de uma fala do professor Celso, em uma palestra para formação de professores: “... é muito cômodo colocar a culpa no Sistema, aliás, esse senhor não tem rosto...”. Pode parecer duro com os professores, esses seres que, além dos baixos salários ainda precisam lutar com outras dificuldades como a falta de estrutura das escolas, por exemplo. Porém, é de onde podemos, de fato, almejar alguma mudança.

Isso é aprender a voar. Não lamentar o preço a pagar por isso. A recompensa virá (um dia, quem sabe?). Tenhamos esperança.

Um bom educador nunca “perde tempo” quando se dedica plenamente a seus alunos. Todos são capazes. Não há limites no paraíso das esperanças.

Se minha leitura, meu olhar sobre o livro do professor Celso foi de voos, é porque eles (os voos) sempre requerem aterrisagens: pé no chão da escola, esperança e formação de novos voadores repletos de aprendizagens. Livres, libertos da corrente e do tronco como nos conta o autor a respeito da doma dos elefantes na Tailândia. “A liberdade é uma lição dura para quem, desde a pequenez, convive com a memória da corrente e do tronco”.

Destaco, como leitora, dois capítulos do livro: *Sobre os currículos e Sobre a leitura e seu ensino*. No primeiro destaque, saliento a questão dos *Livros Didáticos* e no segundo, a *Leitura e o Prazer na Escola*.

Se o Livro Didático não pode ser uma muleta e se ele está longe de atender os ideais de professores voadores, que ele atenda, pelo menos, à necessidade de estar mais próximo da realidade regional. Cabe aqui sonhar com muitos livros de literatura (regional ou não) que serão utilizados em sala de aula pelos alunos. Com muito prazer e pouca obrigação.

Se houve mudança na “escolha” do livro didático, hoje mais voltado para os temas inclusivos, é porque, de alguma forma, os discursos multiculturalistas estão se transformando em práticas educativas. Ainda é tímida a reação por parte da sociedade, no que tange à aceitação das diferenças, mas a garantia de professores preparados para enfrentar o mundo globalizado com a velocidade de informações e o fluxo contínuo de migrações territoriais, poderá apresentar, no futuro, uma geração que sabe respeitar o “outro”, independentemente de sua cultura, etnia, sexo, classe social, preferência linguística, opção sexual ou posição econômica.

Em um país onde o professor que valoriza a leitura é taxado de preguiçoso, onde alguns acham que ler não é trabalho escolar, espera-se, pelo menos, que uma reflexão sobre a teoria e a prática da leitura possa circular entre “leitores ideais” e que o prazer seja o elemento introdutor do livro na escola. Depois, que os leitores consigam encontrar no livro, na sua superfície linguística, a cadeia de artifícios de expressões que devem ser atualizados. Podemos dizer que ler é exercitar um conjunto de estratégias, de hipóteses, a fim de que o *não dito* possa ser atualizado pelo leitor, através de movimentos cooperativos, conscientes e ativos. Para ler um texto, não é necessário apenas que o leitor tenha competência linguística, mas, sobretudo, uma capacidade de lidar com pressuposições e idiossincrasias.

Sendo assim, penso que o professor Celso Ferrarezi Junior voou muito e nos instigou a voar com ele. Afinal, sabemos todos que “vê mais longe a gaivota que voa mais alto”, conforme nos ensina Richard Bach no livro *Fer-não Capelo Gaivota*.

Obrigada, professor Celso por nos ensinar a coragem, a atenção e o companheirismo. Agora, podemos voar alto, planar tranquilos e pousar suavemente. Sem esquecer a lição do primeiro voo: saber escolher o piloto do barco nas cachoeiras do rio Mamoré, pois, “... a segurança do piloto é a sua segurança. Se ele falhar, você está em sérios apuros”.

Das suas lições de voo, gosto de ler, do livro, da leitura, do prazer. Pegar. Folhear. Marcar. Riscar. Sentir... Isso é ler. Isso é prazer. Lazer. Escolher onde, quando e como quero. Isso é democracia, liberdade. Os olhos, num bailado incessante, folheiam página por página avidamente. A imaginação, numa corrida veloz, antecipa-se ao desfecho do autor. Assim, com a respiração ofegante, chega-se ao ápice, ao final. Sensação de cumplicidade. Vontade louca de compartilhar... Interessante essa coisa que sentimos ao fechar um livro: refletir, crescer, realizar, transformar.

Isso é leitura boa. Leitura de mundo e da vida. Abastecer sempre o poço fecundo da imaginação. Desenvolver a capacidade crítica. Depois, arrebanhar leitores, soltar as amarras, inovar a escola, buscar o novo, libertar o leitor, dar vida ao livro. Finalmente, sorrir, sonhar, voar, libertar-se.

*Profa. Dra. Nair Ferreira Gurgel do Amaral*  
Porto Velho-RO, 05 de outubro de 2021  
(... em tempos de pandemia...)

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Alunos 28, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 80, 83, 84, 85, 87, 88, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 103, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 124, 127, 128, 129, 131, 135, 136, 137, 141, 143, 145, 146, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 179, 181, 183, 199, 201, 208, 209, 211, 212, 213, 216

Aula 15, 22, 39, 40, 41, 42, 54, 79, 84, 85, 87, 92, 107, 127, 128, 133, 136, 138, 143, 150, 151, 155, 162, 163, 165, 166, 167, 169, 174, 216

## B

Brasil 3, 9, 11, 13, 17, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 33, 36, 37, 45, 46, 51, 55, 71, 79, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 99, 100, 106, 108, 117, 121, 122, 123, 124, 127, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 143, 149, 154, 159, 161, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 185, 192, 195, 196, 211, 212, 214, 223, 228

## C

Carreira do magistério 80, 87, 89, 92, 106

Condições de trabalho 80, 85, 86, 87, 89, 99, 100, 102, 105, 106, 213

Conhecimento 13, 25, 32, 34, 39, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 72, 93, 94, 101, 115, 117, 123, 124, 127, 128, 129, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 145, 165, 169, 170, 180, 199, 209, 212

Crianças 45, 47, 67, 71, 72, 73, 80, 100, 103, 120, 122, 125, 131, 133, 162, 175, 176, 182, 185, 186, 189, 191, 193, 195, 199, 201, 203, 208

## E

Educação 3, 4, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 51, 53, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 120, 122, 123, 128, 129, 131, 133, 136, 137, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 165, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 183, 185, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 223, 225, 226, 227, 228

Educação básica 17, 22, 35, 53, 59, 72, 75, 81, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 115, 123, 144, 169, 211, 223, 226

Ensino 11, 13, 28, 33, 47, 61, 63, 68, 84, 89, 91, 92, 93, 95, 97, 100, 101, 108, 115, 119, 122, 123, 124, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 149, 157, 163, 169, 170, 171, 177, 179, 182, 208, 211, 212, 216, 223, 225, 226

Escola 9, 10, 11, 14, 15, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 37, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 94, 97, 100, 103, 105, 106, 111, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 143, 145, 146, 147, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 185, 189, 191, 193, 199, 201, 202, 203, 208, 213, 216, 217, 225, 226

Escola pública 53, 68, 83, 84, 132, 169, 174, 208

Especificações técnicas 155

## F

Família 22, 28, 33, 39, 50, 58, 72, 103, 106, 107, 174, 175, 185, 189, 191

Formação 11, 21, 28, 31, 41, 46, 50, 59, 60, 63, 65, 68, 70, 72, 80, 85, 87, 88, 89, 93, 95, 100, 101, 117, 129, 137, 157, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 175, 176, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 203, 207, 215, 216, 225

Formação de professores 21, 85, 87, 117, 165, 166, 176, 207, 215, 225

## G

Governo 28, 31, 37, 51, 72, 79, 80, 81, 83, 85, 101, 102, 106, 107, 122, 127, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 208, 213, 214, 225

Grupo de pesquisa 223, 225, 226, 227

## H

História 13, 24, 27, 33, 58, 65, 70, 83, 92, 107, 108, 110, 119, 127, 132, 133, 143, 144, 145, 170, 181, 182, 196, 198, 199, 201, 215

## L

Leitura 11, 13, 14, 16, 18, 33, 57, 119, 120, 124, 140, 163, 177, 179, 181, 185, 186, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 211, 212, 216, 217, 227

Língua 36, 75, 91, 99, 116, 117, 119, 120, 122, 124, 133, 144, 170, 182, 223, 225, 226, 227

Livro didático 10, 22, 51, 68, 122, 124, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 165, 216

## M

Memória da corrente e do tronco 9, 21, 22, 24, 216

**P**

Produção intelectual institucionalizada 93, 95, 96, 98

Professores 11, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 70, 71, 72, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 119, 120, 123, 128, 129, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 155, 157, 159, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 176, 182, 183, 189, 207, 208, 213, 215, 216, 225

Professores da educação básica 72, 91, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 107, 123

**Q**

Qualidade em educação 11, 137, 147, 157, 159, 161, 165, 169, 173

**S**

Saberes e práticas discursivas 223, 225, 226, 227

Sala de aula 15, 39, 40, 41, 54, 79, 85, 87, 92, 107, 127, 128, 143, 150, 151, 165, 167, 216

Sistema 17, 21, 22, 28, 36, 42, 43, 45, 46, 47, 64, 73, 75, 76, 81, 91, 100, 101, 103, 135, 136, 138, 151, 169, 171, 181, 183, 212, 213, 215

Sociedade 7, 14, 15, 22, 23, 25, 33, 39, 41, 49, 51, 59, 63, 67, 69, 71, 72, 80, 87, 88, 122, 125, 131, 136, 171, 175, 176, 183, 195, 207, 216, 223, 225, 226, 227

**T**

Trabalho 15, 21, 33, 39, 41, 59, 60, 64, 69, 71, 75, 76, 80, 83, 85, 86, 87, 89, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 115, 116, 121, 123, 135, 137, 138, 139, 143, 144, 146, 169, 174, 179, 181, 191, 199, 213, 216

**U**

Última rosa do verão 10, 109, 110, 111

Universidade 5, 13, 15, 22, 25, 53, 54, 55, 63, 75, 80, 88, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 105, 106, 119, 121, 123, 138, 165, 169, 208, 212, 213, 223, 225, 226, 227, 228

**V**

Valores morais e éticos 69, 174, 175, 176

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## O AUTOR



### **Celso Ferrarezi Junior (UNIFAL-MG)**

Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês (1989), Mestrado em Linguística – Semântica (1997), Doutorado em Linguística – Semântica (1998) e pós-doutorados pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2005) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2016), também em Semântica. É autor de vários

livros literários e científicos, estes na área de linguagem e ensino de línguas, dentre os quais “*Semântica para a Educação Básica*” (2008); “*Introdução à Semântica de Contextos e Cenários: de la langue à la vie*” (2010); *Pedagogia do Silenciamento* (2014); *A Pesquisa em Semântica de Contextos e Cenários* (2018) e “*Gramática – Compreender e Comunicar* (2020)”. Também escreveu mais de 400 artigos científicos e de opinião publicados no Brasil e no exterior. Professor Titular no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas/UNIFAL, MG, tem experiência de ensino e de pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de línguas, alfabetização, descrição linguística e teorias semânticas da linguagem. Faz parte do Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq-IFRO – Premiado pela SBPC na UFMG em 2017.

Contato: [celso.ferrarezi@unifal-mg.edu.br](mailto:celso.ferrarezi@unifal-mg.edu.br)

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## OS COLABORADORES



**Ana Christina de Sousa Damasceno (Organizadora)  
(UNICAP, CAPES)**

Doutoranda em Ciências da Linguagem (Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP). Mestre em Letras (UESPI). Especialista em Educação Infantil (UESPI). Especialista em Gestão Municipal de Educação (UFPI). Especialista em Formação de Professores em EaD (FAESPA). Licenciada em Pedagogia (FAP/UNINASSAU) e em Letras/

Português (UESPI). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq-IFRO – Premiado pela SBPC na UFMG em 2017). Professora da SEMEC/Caxingó, PI e professora do Curso de Pedagogia na FAESPA.

Contato: [anachristinadamasceno@gmail.com](mailto:anachristinadamasceno@gmail.com)



**Elizângela Ataíde de Souza Morais (Organizadora)  
(SEDUC, PVh-RO)**

Especialista em Mídias na Educação (Universidade Federal de Rondônia-UNIR). Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior (União das Escolas Superiores de Cacoal-UNESC). Licenciada em Letras/Língua Portuguesa (Universidade Federal de Rondônia-UNIR). Professora do ensino médio no Governo do Estado de Rondônia desde 2002. Em

2014, desempenhou a função de gestora (vice-diretora) na Escola Estadual de Ensino Médio Shirlei Ceruti, em Vilhena-RO, bem como a função de coordenadora local do Enem nos anos de 2015 e 2016. Faz parte do Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq-IFRO – Premiado pela SBPC na UFMG em 2017). Organizadora de projeto escolar intitulado: Revista Impressa, desenvolvido nas escolas Shirlei Ceruti (Vilhena) e Carmela Dutra (Porto Velho). Tem publicação nas seguintes obras: Almanaque de Formação Continuada do Professor, Vol. I, da Coleção Ciência Aberta, Vol. 19 (organizadora e autora). Almanaque de Formação Continuada do Professor, Vol. 2, da Coleção Ciência Aberta, Vol. 20 (autora). No prelo: Figuras de Linguagem & tropos em contextos sociais (autora). Acredita que a educação precisa rever valores e métodos de ensino, onde o aluno e o professor devem se reconhecerem como parceiros na construção do saber.

Contato: [lizsouza1972@gmail.com](mailto:lizsouza1972@gmail.com)



**Gina Lúcia Gomes da Silva e Silva (Organizadora)  
(CETEP-SEC-BA)**

Mestre em Letras (Universidade do Sudoeste da Bahia-UESB). Licenciada em Letras Vernáculas, com ênfase em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (Universidade do Estado da Bahia – UNEB). Especialista em Avaliação (UNEB). Especialista em Metodologia de Ensino para a Educação Profissional. Atualmente é professora

do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP-SEC-BA: (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional). Professora da Escola Municipal Senador Ovídio Teixeira (Ensino Fundamental II). Possui experiência em Consultoria Pedagógica, Gestão Escolar e em Docência na Educação Básica e Ensino Superior com atuações nas redes: municipal, estadual e particular de ensino. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Língua Portuguesa, Ensino, Língua, Literatura e Redação, Aprendizagem e Avaliação Escolar.

Contato: ginaluciag@hotmail.com



**Jorge Luís de Freitas Lima (Organizador)  
(UFAM-INC)**

Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas – UFAM no Instituto de Natureza e Cultura – INC. Doutor (2019) e Mestre (2014) em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Licenciado em Letras: língua portuguesa e respectivas literaturas (1993) pela Universidade Federal de

Rondônia (UNIR/*Campus* de Rolim de Moura). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq-IFRO – Premiado pela SBPC na UFMG em 2017). Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Ensino de Línguas – UFAM e do Grupo de Pesquisa Infâncias, Criança e Educação na Fronteira Amazônica – UFAM. Contato: jorgefreitas@ufam.edu.br



**Nair Ferreira Gurgel do Amaral (Posfácio)  
(UNIR-RO)**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (Área de Concentração em Análise do Discurso) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara (2002). Possui Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (1996) e cursou o Pós-doutorado na UNICAMP – Faculdade de

Educação (2011). Atualmente, é professora titular aposentada da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Pluralidade Cultural e Linguagem, Análise do Discurso, Linguística Aplicada, Leitura e Produção de Textos. Desenvolveu pesquisas nas áreas de Educação, Cultura e Linguagem, através do Projeto “Alfabetização de Ribeirinhos na Amazônia”. É líder do Grupo de Pesquisa GEAL – Grupo de Estudos Integrados sobre a Linguagem, Educação e Cultura. Faz parte do Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq-IFRO – Premiado pela SBPC na UFMG em 2017). Já publicou e organizou vários livros, além de artigos nas áreas respectivas de Educação e Letras.

Contato: nairgurgel@uol.com.br



**Sérgio Nunes de Jesus (Coordenador)  
(IF, Cacoal-RO)**

Pós-Doutor em Educação – UFLO. Doutor em Ciências da Educação – UTIC. Mestre em Linguística – UNIR. Licenciado em Letras Português- Inglês – UNEB. Cursa Doutorado em Ciências da Linguagem sob a orientação da Profa. Dra. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, PE).

Coorientado pelo Prof. Dr. Celso Ferrarezi Junior, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Foi professor visitante na York University, Toronto-Canadá, (2019). Atualmente lidera o Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq-IFRO – Premiado pela SBPC na UFMG em 2017). Desenvolve pesquisas nas áreas de Estudos da Linguagem; Educação; Povos e Comunidades Tradicionais. Pesquisador Associado do Projeto PAINTER – FAPEAM – UFAM (INC – Benjamim Constant – AM). Jornalista/Articulista (DRT 0001619-RO). Pesquisador, escritor, músico e poeta. Autor das seguintes obras: “*Português instrumental*” (2013); “*Ler e gostar de ler: isso é coisa que se aprende*”

(2016); “*Afinidades epistêmicas franco-brasileiras, V. 1 e 2*” (2016-2018); “*Coleção ciência aberta, Vol. 1-20*” (2011-2021); “*Povos e comunidades tradicionais, V. 1 e 2*” (2017-2019); “*Gramática – compreender & comunicar*” (2020); “*Pilares da Teoria Dialógica do Discurso: Volochinov da década de 1920 aos dias atuais*” (no prelo 2022). “*Figuras e tropos em contextos sociais*” (no prelo 2022).

Contato: canibalsergio@outlook.com



**Walterlina Brasil (Prefácio)  
(UNIR-RO)**

Professora Titular na Universidade Federal de Rondônia, Brasil. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Superior na Amazônia Brasileira. Temas de interesse: educação superior com ênfase nos processos de gestão, planejamento e avaliação. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior

(GEPES-UNIR) com o Observatório Educação Superior e Desenvolvimento. Possui participação em redes internacionais nas quais produz mapeamento da política e comunidade científica na Amazonia, cujo estudo de caso se consolidou em barragens e impactos na pesca. Na UNIR, coordenou a equipe da Comissão Própria de Avaliação da UNIR (2004-2006; 2013-2017) e outras atividades relativas à expertise profissional dentro do Departamento de Ciências da Educação ou mesmo em atividades interdepartamentais. Também atua na gestão como Diretora do Núcleo de Ciências Humanas até 2023. Atua em órgãos de representação externa e colaboração com a rede pública de educação como nos Fóruns Estadual e Municipal de Educação, sobre os Planos de Educação.

Contato: [www.walterlinabrasil.unir.br](http://www.walterlinabrasil.unir.br)



**De verdade?**  
**Não basta saber que se tem que voar:**  
**é preciso ter disposição e coragem para tanto.**  
**É isso...**

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

**SOBRE O LIVRO**

Tiragem: 1000

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/11,5/13/16/18

Arial 8/8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)